

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

CRISTIANE COELHO DE CAMPOS MARQUES

FACES DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DO VALE DO
ITAJAÍ: ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS LANÇADOS AO
SERVIÇO SOCIAL

FLORIANÓPOLIS
2011

CRISTIANE COELHO DE CAMPOS MARQUES

FACES DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DO VALE DO
ITAJAÍ: ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS LANÇADOS AO
SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, área de concentração em Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.a Dr.a Rosana de
Carvalho Martinelli Freitas

FLORIANÓPOLIS
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

M357f Marques, Cristiane Coelho de Campos
- Faces do desastre socioambiental do Vale do Itajaí
[dissertação] : análise sobre os desafios lançados ao serviço
social / Cristiane Coelho de Campos Marques ; orientadora,
Rosana de Carvalho Martinelli Freitas. - Florianópolis, SC,
2011.
169 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio Económico. Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço social - Vale do Itajaí (SC). 2. Calamidades
públicas. 3. Catástrofes naturais - Vale do Itajaí (SC). 4.
Desenvolvimento sustentável - Aspectos ambientais - Vale do
Itajaí (SC). 5. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. I.
Freitas, Rosana de Carvalho Martinelli. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social. III. Título.

CDU 36

CRISTIANE COELHO DE CAMPOS MARQUES

FACES DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DO VALE DO
ITAJAÍ: ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS LANÇADOS AO
SERVIÇO SOCIAL

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina pela seguinte banca examinadora:

Prof.a Dr.a Rosana de Carvalho Martinelli Freitas
Orientadora, Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. ph.D. Marcos Antonio Mattedi
Fundação Universidade Regional de Blumenau

Prof.a Dr.a Regina Célia Tamaso Mioto
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.a Dr.a Vera Herweg Westphal
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.a Dr.a Raquel Santos Sant'Ana (suplente)
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca (São Paulo)

Florianópolis, 4 de novembro de 2011.

Dedico este trabalho a todos aqueles(as) que, direta ou indiretamente, foram atingidos(as) por eventos extremos e, principalmente, aos profissionais que atuaram nos momentos dramáticos do desastre de novembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho só foi possível porque, durante o meu caminhar, tive estímulos, incentivos, apoio, compreensão, orientação, enfim inúmeras contribuições para que continuasse a longa jornada de desenvolver a arte de pensar, tanto no exercício profissional quanto no buscar um mundo diferente, igual e justo, e sonhar com ele. Portanto, agradeço

a Deus, força superior, por permitir a minha existência e emprestar-me diariamente o sol, o ar, o solo, o estímulo da vida.

Ao meu esposo, Luciano, que muito me esperou, incentivou e me agracia com seu amor. Lu, obrigada por entender as horas, os dias e os meses ausentes e por sempre ter acreditado e compartilhado de minhas alegrias, tristezas e conquistas. Sem suas palavras e seu carinho não teria sentido chegar até aqui.

À minha família, pela torcida e por ter se feito presente em todos os momentos. Em especial, aos meus pais, Aderbal e Lena, e sogros, Lauro e Cecília, que tiveram que receber meus nãoos, minhas lamúrias pelos cansaços, enfim conviverem também com minha ausência.

Aos familiares de forma geral, em especial aos meus irmãos, cunhados(as), afilhadas, que muito contribuíram entendendo e aceitando minha ausência e também pelos afetos mesmo a distância, minimizando a solidão do trabalho intelectual, que em muitas vezes exigia esse desprendimento.

À Universidade Federal de Santa Catarina, por permitir um ensino público que ainda faz a diferença. Em especial, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Ivete, Helder, Claudia, Vera Nogueira, Maria, pela oportunidade de crescimento. Registro também o incentivo das professoras Tereza e Iliane, que, em meio aos encontros de corredores, sempre tiveram uma fala motivadora. A todos vocês meu obrigada pelo conhecimento transmitido, pelo profissionalismo e pelo comprometimento com o ensino-aprendizagem. Se não fosse por vocês, não sairíamos melhor do que entramos.

À professora orientadora, Rosana, pelo exemplo de disciplina e comprometimento com o ensino. Obrigada pela troca de conhecimento, pela sua paciência em acolher tantos tropeços e, principalmente, por ter aceitado o desafio de me orientar numa temática pouco explorada pelo Serviço Social, a qual exigiu um debruçar intenso juntas.

À turma de mestrado, que fez história e que me marcou. Em especial, às grandes amigas Mariana, Rô, Edi, Jaque, Rizi e Suleica, que

acolheram as minhas angústias, se fizeram presentes nos momentos dramáticos pelos roubos em minha residência, situação que fez tirar o meu chão. Obrigada!

À minha “filha” do coração e amiga, Edivane, que compartilha comigo momentos de reflexão e questionamentos que levantaram inúmeros porquês, sendo em muitos momentos os motivos de grandes discussões, algumas exaltadas mas pertinentes, que me fizeram continuar a busca incessante por respostas. Compartilhamos momentos excepcionais dividindo experiências, preocupações, me convencendo a não desistir deste trabalho e de acreditar na possível mudança societária que tanto se almeja.

Aos meus amigos, que, mesmo distantes, estão juntos comigo, Betha, Sandra e Gomes. Amizade construída durante a graduação que perdura nas idas e vindas da vida.

Às grandes companheiras de luta Nara, Juciara, Mirela, Dilce, Patrícia(s), Gi, Lena, Vanita, Katty, que me deram colo nos momentos de desânimo ou mesmo por um fio conseguiram acalentar as angústias profissionais.

Aos novos amigos Fabi, Nedel, Julinho, Ieda, Robinho, Borem, Miriam, Dulce, Marilaine, que tanto me ouviram falar que não tinha tempo devido ao mestrado. Adorei conhecê-los e espero que a vida permita novos momentos agradabilíssimos.

Aos profissionais Jorge Fernando, Aldo, Alessandra, Ana, Joni, Negrodo, que fizeram parte do meu crescer profissional pelas convivências e pelas trocas durante e após o desastre de 2008. Eu os admiro muito, e podem ter certeza de que, muito embora os resultados não cheguem como pensado e almejado e as condições objetivas para possíveis mudanças estejam muito além, ainda assim vale a pena tentar. Obrigada!

Aos professores Mattedi, Regina e Raquel, que aceitaram ser avaliadores, compondo a banca de qualificação e de defesa, e trouxeram contribuições ímpares tanto para a dissertação como também para meu crescimento intelectual. Igualmente à professora Vera, que prontamente aceitou o convite de participar como membro da banca de defesa.

Agradeço à Capes, pela concessão de bolsa de pesquisa de março de 2009 a março de 2011, que possibilitou a dedicação à pesquisa, e também à FAPESC, que concedeu recursos específicos para as viagens, possibilitando o desenvolvimento do projeto de pesquisa que culminou em artigos, participação em congresso e concretização deste trabalho.

Finalmente, deixo lembranças a todos os profissionais que aceitaram participar desta pesquisa e às famílias que dividiram comigo

suas histórias, suas dores, suas perdas no desastre de 2008 em Blumenau. Meus mais sinceros e profundos agradecimentos a cada um em especial, ficando aqui minha admiração e o compromisso de levá-los sempre na lembrança, e mais: o compromisso desafiador como profissional de lutar sempre em prol da equidade e da justiça social. A todos o meu muito obrigada!

FACES DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DO VALE DO ITAJAÍ: ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS LANÇADOS AO SERVIÇO SOCIAL



Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência.
Marx, 1996, p. 31.

Fonte: GOOGLE (2009).

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar, dentro de uma perspectiva crítico-dialética, o desastre socioambiental de 2008, ocorrido no Vale do Itajaí, especificamente os desafios lançados ao Serviço Social diante das situações de desastre socioambiental. Tal estudo permitiu refletir sobre as implicações que os desastres socioambientais vêm denunciando à sociedade e sobre a condução dada à atuação dos profissionais que são chamados a intervir, entre eles o assistente social. É justificado em virtude de a temática ter interpelado o cotidiano profissional do assistente social, exigindo que esteja atento às discussões dos “consensos” em torno da reprodução da lógica destrutiva do capital e da relação sociedade e meio ambiente; dos caminhos trilhados pelo Estado para responder aos impactos dos desastres socioambientais; da pulverização de políticas públicas por meio de ações isoladas e a-históricas; da criminalização dos movimentos sociais; do conhecimento ainda incipiente, no contexto catarinense e brasileiro, sobre as novas demandas e os desafios lançados ao trabalho interdisciplinar; e, por fim, das necessidades de provocar o debate no interior do Serviço Social quanto à importância do tema ambiental como categoria para o conhecimento e a intervenção profissional. Parte-se do pressuposto de que os desastres socioambientais evidenciam e intensificam expressões da questão social, retratando-se como resultado da relação sociedade e meio ambiente. Tal relação, ao longo da história, vem dissociada, a exemplo dos fatores econômico, político, cultural, social e ambiental, levando à simplificação de respostas no âmbito do comportamento, da moral e/ou do tecnicismo, sem as mediações sociais e históricas, por isso se defende que o desastre de 2008 não pode ser explicado somente como fenômeno natural, e sim como fenômeno socioambiental que revela faces. Serão essas faces que sinalizarão os desafios ao Serviço Social. A metodologia aplicada foi a pesquisa qualitativa, sob a análise documental e a entrevista semiestruturada. A análise documental tomou como material de pesquisa os marcos legais e institucionais em níveis internacional, nacional, estadual e local com o intuito de conhecer as principais formas de enfrentamento. A entrevista semiestruturada foi aplicada com as assistentes sociais que atuaram no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e com os demais profissionais que compuseram equipes de trabalho para atender as vítimas do desastre de 2008, objetivando conhecer o entendimento e o posicionamento dos profissionais de várias áreas que atuaram nesse desastre acerca dos desafios profissionais e da

visão sobre o trabalho do assistente social nesse contexto. Por fim, a pesquisa almejou provocar no interior do Serviço Social a necessidade de se pautar a discussão da temática ambiental, aprofundando as linhas que vêm norteando atuações profissionais em situações de desastre, para não se cair no fatalismo e no trefismo e não se perder o horizonte da luta por direitos de acordo com o compromisso ético-político da profissão.

Palavras-chaves: Desastre socioambiental. Ações de prevenção e resposta. Serviço Social. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This research aimed to analyze, within a critical-dialectical perspective, the social and environmental disaster of 2008 occurred in the Itajaí Valley, specifically that which is consistent with the challenges posed to the social service in situations of social and environmental disaster. This study allowed to reflect on the implications of socio-environmental disasters to society and have been reporting on the conduct of the work given to professionals who are called to intervene, including the social worker. It is justified because of the theme Tues questioned the daily professional social worker, requiring you to be aware of the discussions of the "consensus" around the reproduction of the destructive logic of capital and the relationship between society and environment, the paths taken by the State to respond social and environmental impacts of disasters; spraying policy by isolated actions and ahistorical; the criminalization of social movements; incipient knowledge in the context of Santa Catarina and Brazil on the new demands and challenges posed to interdisciplinary work, and Finally, the need to provoke debate within the Social Work regarding the importance of the environmental issue, as a category for knowledge and professional intervention. It starts from the assumption that demonstrate social and environmental disasters and enhance expressions of social, portraying themselves as a result of the relationship between society and environment. This relationship, throughout history, has dissociated, the example of factors: economic, political, cultural, social and environmental issues, leading to facilitation of responses in the context of behavior, moral and/or techniques, without the social and historical mediations therefore, it argues that the 2008 disaster, it can not be explained only as a natural phenomenon, but as a phenomenon that reveals social and environmental sides. Are these faces challenges that will signal to the Social Work. The methodology was qualitative research, under the semi-structured interviews and documentary analysis. The document analysis took as research material and institutional legal frameworks at the international, national, state and local levels in order to know the main alternative to face. The semi-structured interview was applied to the social workers who worked in the Vale do Itajaí, Santa Catarina, and other professionals who formed work teams to assist victims of the disaster of 2008, aiming to meet the understanding and positioning of professionals from different areas who acted in that crash, about the professional challenges and vision on the work of this social context. Finally, the research aimed to lead within

the Social Work the need to guide the discussion of environmental issues, deepening the lines that have been guiding professional performance in disaster situations, not to fall into fatalism and, in the tasks and not get lost the horizon of the struggle for rights in accordance with the ethical-political profession.

Key words: Social and Environmental Disaster. Prevention and Response. Social Work. Interdisciplinarity.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimentos em prevenção x respostas	100
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AMAVI	Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
AMMVI	Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CENAD	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPED	Centro de Estudo e Pesquisa em Desastres
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIDS	Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMDEC	Coordenadorias Municipais de Defesa Civil
CONDEC	Conselho Nacional de Defesa Civil
COPs	Convenções das Mudanças Climáticas
CRED	Centre for Research on the Epidemiology of Disasters
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DEDC	Departamento Estadual de Defesa Civil
DRD	Departamento de Resposta aos Desastres e Reconstrução
EIRD	Estratégia Internacional para a Redução de Desastres nas Américas
EM-DAT	International Disaster Database
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FAPESC	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina
FUNCAP	Fundo Especial para Calamidades Públicas

FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
GADE	Grupo de Apoio a Desastres
GRAC	Grupo Integrado de Ações Coordenadas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIUC	Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC	Intergovenamental Painel on Clime Change
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAD	Movimento dos Atingidos pelo Desastre
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
NESPP	Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social
NUDEC	Núcleo de Defesa Civil
OFDA	Office of Foreign Disaster Assistance
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNDC	Política Nacional de Defesa Civil
PNGR	Planejamento Nacional para a Gestão de Riscos
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SCO	Sistema de Comando e Operações
SEDEC	Secretaria de Defesa Civil
SEMASCRI	Secretaria Municipal da Assistência Social, da
SINDEC	Criança e do Adolescente Sistema Nacional de Defesa Civil
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 PROBLEMÁTICA AMBIENTAL, DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	45
1.1 AS DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E HISTÓRICAS DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL	45
1.1.1 O surgimento das preocupações ambientais em nível mundial	56
1.2 DESASTRES NATURAIS OU SOCIOAMBIENTAIS	68
1.2.1 Abordagem das vulnerabilidades sociais e da perspectiva de risco ...	75
1.3 AS IMPLICAÇÕES DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	85
1.3.1 A configuração de ações de prevenção e de respostas aos desastres: estratégia internacional (EIRD/ONU) e enfoque brasileiro	90
1.3.1.1 <i>Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD/ONU)</i> ..	93
1.3.1.2 <i>Enfoque brasileiro</i>	95
2 DESASTRE SOCIOAMBIENTAL, SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE	105
2.1 O CONTEXTO DO VALE DO ITAJAÍ DIANTE DAS SITUAÇÕES DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS	105
2.1.2 O cenário do Vale do Itajaí e as enchentes	109
2.2 DESASTRE DE 2008 NO VALE DO ITAJAÍ: O QUE REVELA....	117
2.2.1 A (in)visibilidade das ações diante das situações de desastre	124
2.2.1.1 <i>Estruturação de ações de prevenção e respostas: antes, durante e após o desastre de 2008</i>	126
2.2.1.2 <i>Órgãos e instituições envolvidos no desastre de 2008</i>	133
2.2.1.3 <i>Forma de acionamento dos profissionais para atuarem no desastre de 2008</i>	137
2.3 O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DE SITUAÇÕES DE DESASTRE SOCIOAMBIENTAL	141
2.3.1 Aproximações do Serviço Social com o tema ambiental	146
2.3.2 Atuação do assistente social no desastre de 2008	149
2.4 INTERDISCIPLINARIDADE: LIMITES, POSSIBILIDADES E CRÍTICAS	164
2.5 DESAFIOS LANÇADOS AO SERVIÇO SOCIAL REVELADOS PELAS MULTIFACES DO DESASTRE DE 2008	176
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	183

REFERÊNCIAS.....	189
APÊNDICE A – SELEÇÃO DOS MATERIAIS DE ESTUDO E CARACTERIZAÇÃO DA ANÁLISE DOCUMENTAL	225
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	227
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS ACIONADOS PARA ATUAR NO DESASTRE DE 2008.....	229
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS	233
APÊNDICE E – LISTA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NO VALE DO ITAJAÍ.....	237
APÊNDICE F – LISTA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM BLUMENAU	239
ANEXO A – APROVAÇÃO DA PESQUISA NO COMITÊ DE ÉTICA DA UFSC.....	241
ANEXO B – FICHA DE AVALIAÇÃO DE RISCO.....	243

INTRODUÇÃO

Este estudo orientado pela perspectiva crítico-dialética toma como discussão as faces do desastre socioambiental do Vale do Itajaí como o grande cenário de pesquisa para a análise dos desafios lançados ao Serviço Social.

O referido estudo insere-se na linha de pesquisa Desigualdade e Pobreza, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP), do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

A justificativa do tema de pesquisa remonta às inquietações advindas dos descompassos que acompanham o tema ambiental, ainda mais visíveis em situação de desastre, pela separação da compreensão ambiental dos processos sociais que envolvem a produção e a reprodução da vida social.

As inquietações foram ainda mais exacerbadas por conta da experiência profissional, como assistente social, que à época, em 2004 e 2008, foi acionada para atuar em situações de desastre: em 2004 pela ocorrência do furacão Catarina e em 2008 pelo desastre da enchente seguida de deslizamento em Blumenau. Essa experiência profissional no atendimento às vítimas dos desastres, somada às inquietações intelectuais, levou a direcionar esforços de estudos preliminares com a revisão de literatura para recuperar a trajetória da América Latina e do Caribe diante das situações de desastres.

Esse estudo preliminar identificou, por meio de revisão bibliográfica, os desastres ocorridos no período de 2000 a 2010 e os seus impactos no contexto social; a produção teórica sobre desastres socioambientais; a trajetória das Ciências Sociais na discussão do tema ambiental; e a localização no Serviço Social de trabalhos que pautam a temática ambiental, publicados em eventos importantes para a categoria, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizados em 2010.

Salienta-se que os estudos preliminares foram iniciados em agosto de 2009, em virtude do ingresso como mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Com isso houve sua inserção no NESPP e se teve a definição

para a formatação de estudo científico. Mais tarde, em dezembro de 2009, esse estudo culminou na apresentação do projeto de pesquisa que vinha sendo construído, em edital da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), sendo então aprovado. O projeto aprovado pela FAPESC compreende o período de fevereiro de 2010 a dezembro de 2011.

Iniciado o processo de pesquisa, identificou-se em âmbito mundial que, nas últimas décadas, houve um aumento nas ocorrências de desastres naturais e dos prejuízos decorrentes desses desastres. Em vista disso, percebeu-se que, em termos de frequência e intensidade, os desastres denominados naturais estão se tornando rotina em muitos países.

Com essa aproximação foi possível visualizar a emergência do tema, principalmente para as Ciências Sociais e as Ciências Sociais Aplicadas, uma vez que outras áreas do conhecimento, a exemplo da Geociências e mesmo das Ciências Tecnológicas, já estão há bastante tempo caminhando com a temática. Outro ponto culminante foi identificar a formação de organismos internacionais que, por meio de comissões, vêm estruturando ações de prevenção e respostas entre os países da América Latina e do Caribe, estando o Brasil inserido entre eles.

Entre os organismos internacionais, aponta-se a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que vem despendendo esforços para lidar com os desafios do crescimento sustentado, e a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres nas Américas (EIRD/ONU), que tem por finalidade coordenar, promover e fortalecer a redução de riscos a desastres em níveis global, regional, nacional e local. Entre as principais atividades da EIRD, estão o fomento e a promoção de alianças e redes; a integração de políticas; a produção de materiais informativos e educativos; a comunicação com os atores da sociedade sobre prevenção de desastres; e o trabalho em campanhas para a implementação do Protocolo de Hyogo.

Vale lembrar que o Protocolo de Hyogo, que entrou em vigor em fevereiro de 1995, ratificado por 190 países, com exceção dos Estados Unidos e da China – as potências mais apropriadoras da degradação ambiental –, voltou a se repetir na cúpula climática de Copenhague em dezembro de 2009. O Marco de Ação de Hyogo (2000-2015) estabelece um arcabouço legal internacional para comprometer governos de todo o mundo a tomarem medidas para reduzir as vulnerabilidades diante de “ameaças naturais”.

Para entender melhor essas medidas, teve-se a necessidade do resgate histórico das discussões da problemática ambiental. Localizou-se o ano de 1972 como início das discussões, quando em Estocolmo, na Suécia, ocorreu a primeira conferência mundial para a discussão das questões ambientais. O evento promovido pela ONU contou com a participação de 113 países e mais de 400 organizações não governamentais (ONGs) de todo o mundo, e culminou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Somente vinte anos após, em 1992, houve uma nova reunião intergovernamental realizada no Brasil, no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Essa conferência resultou em acordos para a redução da emissão de gases, entre outras ações, e contou com a assinatura de 154 países, sendo o Brasil signatário. A Eco-92 foi considerada um marco histórico na discussão dos problemas socioambientais em escala planetária, teve grande repercussão no Brasil e resultou nas Convenções das Mudanças Climáticas (COPs), no Protocolo de Florestas, na Carta da Terra e na Agenda 21, entre outros.

Salienta-se que a Agenda 21, por exemplo, é um dos produtos dessa conferência que buscaram questionar sua aplicação em políticas globais, nacionais e locais, com um foco único voltado ao crescimento econômico. A Agenda 21 local ou nacional vem com o propósito de sensibilizar a população e as lideranças quanto aos desafios da construção de sociedades plurais, justas e ambientalmente sadias, contribuindo para fortalecer as responsabilidades individuais e corporativas, e de cidadania planetária. Essas construções estão, na prática, sendo disseminadas como ações de desenvolvimento sustentáveis. Importante atentar que, da primeira conferência aos documentos oficiais que resultaram em acordos, o tema ecodesenvolvimento fez parte da primeira conferência em Estocolmo e vem, com o passar das discussões, a se legitimar como desenvolvimento sustentável.

Muito embora o tema “desenvolvimento sustentável” não seja o foco de análise da proposta de pesquisa, é um tema que transita em toda a discussão acerca das ações de prevenção e respostas dadas pelo Estado e/ou dirigidas à sociedade. Portanto, procurou-se o entendimento desse termo.

Para Montibeller Filho (2004, p. 20), o conceito de desenvolvimento sustentável surge no seio da ciência e da política, enviesado por inúmeros paradoxos e pertinente para o entendimento da relação sociedade e meio ambiente. “[...] o desenvolvimento sustentável

é, contudo, a referência comum entre os autores que se dedicam ao estudo da inter-relação entre sociedade e meio ambiente”.

Atualmente, o termo ganha ainda mais destaque. A autora Maria das Graças e Silva, em sua obra “Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social”, traz importantes elementos para a discussão da sustentabilidade e das diferentes apropriações e implicações que o termo evoca, inclusive ao Serviço Social. Segundo a autora,

[...] o desenvolvimento sustentável comparece na agenda política como expressão das iniciativas voltadas às instituições de mecanismos de controle da relação entre sociedade e natureza e encontra-se amplamente disseminado na plataforma política das organizações governamentais e não governamentais, entidades de classe, partidos políticos, fundações empresariais, entre outros (SILVA, 2010, p. 40-41).

A autora lembra ainda que há grandes diferenças entre desenvolvimento sustentável, disseminado pela lógica do capital, e sustentabilidade ambiental e social, almejada pela sociedade.

Além disso, chama a atenção dos profissionais de Serviço Social a importância de esses termos se inserirem na discussão da temática ambiental. O chamamento que a autora faz também foi percebido tanto durante a participação nos desastres mencionados quanto no debruçar do trabalho acadêmico.

A produção do Serviço Social na área ambiental ainda é bastante tímida, essa lacuna foi observada por Loureiro, em 1990, quando realizava seu trabalho de doutoramento; por Santos, em 2007, quando analisou 3.787 artigos, dentre os quais somente 40 estavam relacionados à temática meio ambiente, representando 1,05% dos artigos produzidos pela categoria. Bourckhardt (2010) localizou no ano de 2000 um aumento de demandas socioambientais e o surgimento de espaços interventivos para o assistente social. Entretanto, também chama a atenção para o tratamento teórico dado à temática ambiental ainda bastante incipiente.

Além disso, a observação empírica realizada para fins de delimitação deste estudo, com base no número de produções que foram publicadas e socializadas durante os dois eventos consagrados na área

de Serviço Social (CBAS e ENPESS) realizados no ano de 2010, confirma esse caráter.

No CBAS, por exemplo, dos 914 trabalhos orais, 82 representavam o eixo temático “Questão Urbana, Agrária e Meio Ambiente”. Destes, 20 exploravam a temática ambiental. E, dos 20 trabalhos, apenas três sinalizavam a discussão dos desastres socioambientais no Serviço Social: um como resultado de trabalho de conclusão de curso de graduação e os outros dois, de nossa autoria (aluna e orientadora), como resultado parcial de estudo em nível de mestrado. Nos demais eixos não foram localizados o tema.

No ENPESS, foram publicados 913 trabalhos orais. Destes, 80 encontravam-se no eixo “Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social”. Dos 80, dez localizavam a temática ambiental e apenas um explorava a questão do desastre socioambiental (também de nossa autoria). Nos demais eixos, foi encontrada a temática ambiental de forma transversal: dois trabalhos no eixo “Política Social e Serviço Social – Habitação”; dois no eixo “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”; dois no eixo “Movimentos Sociais”; um no eixo “Classe Social, Gênero, Raça e Etnia”; e um no eixo “Ética, Direitos e Serviço Social”, este inclusive tratava do tema “desastre”.

Ao levantar esses dados, fica evidente que a temática ambiental no interior do Serviço Social, no contexto brasileiro, de fato encontra-se tímida, tendo aparecido o tema “desastre” somente em duas pesquisas, uma da UFSC (mestrado) e outra da FURB (graduação), ambas do Estado de Santa Catarina.

Diferentemente do contexto da América Latina, ao se fazer uma busca junto às bases de dados Scielo, evidenciou-se uma aproximação maior da categoria com a temática tanto no seio do debate ambiental contemporâneo quanto na discussão e sistematização de experiências profissionais diante das situações de desastres. Dessa aproximação foi selecionada a discussão dos seguintes autores: Arellano (2005), Valbuena (2007), Wilches Chaux (2001), Rojas (1993) e Gomez (2007). Esses autores forneceram elementos para problematizar a interdisciplinaridade nas ações de prevenção e respostas às situações de desastres e para localizar, a partir de suas realidades, o Serviço Social.

Assim, as referências ajudaram a identificar a discussão da questão socioambiental e do Serviço Social diante das evidentes contradições geradas pelo desenvolvimento que diz ser sustentável, entretanto vem a cada dia mais afirmando a produção destrutiva da natureza em nome da lucratividade e da produção de mercadorias. Essas contradições são extremamente gritantes em situações de desastres, que

não apenas abrem as cortinas de dilemas por conta de inúmeras expressões da questão social, mas, pelo poder destrutivo do impacto dos desastres, denotam inúmeros esforços de diferentes áreas do conhecimento e mesmo de diferentes políticas.

Portanto, ter o entendimento dos desastres socioambientais e dos reflexos originários da relação estabelecida pela sociedade capitalista não apenas com a natureza, mas também com o social, faz-se necessário. E é nesse sentido que este trabalho tem a proposta de refletir sobre esse tema e estabelecer argumentos que possam sustentar a importância dessa discussão de forma interdisciplinar e que possam demonstrar que o Serviço Social pode contribuir com debates, considerando, na leitura da realidade, a análise estrutural. O assistente social também é um dos atores principais no palco dos desastres, sendo chamado a intervir no âmbito do Estado, pelas instituições e junto à população. Dessa forma, fica evidente a relevância da proposta e de seu caráter inovador.

Outro arcabouço que ajuda a entender o porquê da escolha do tema de pesquisa trata-se da Política Nacional de Defesa Civil¹ e do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), que vêm respaldando as ações existentes nos dias atuais no Brasil (BRASIL, 2007; CASTRO, 1999).

Importante ressaltar que a Política Nacional de Defesa Civil é a responsável em assegurar a formação de Núcleo de Defesa Civil (Nudec) em todos os municípios. “Em Santa Catarina, apenas o município de Blumenau possui Nudecs estruturados e ativos” (DUARTE, 2008, p. 57). E, mesmo assim, o desastre de 2008 revelou inúmeras lacunas no que tange às ações de prevenção e respostas em Blumenau.

Outro aspecto a ser destacado que culminou na escolha da temática refere-se à experiência profissional no desastre de 2008, como já mencionado. Essa experiência nos colocou frente a frente com lacunas quanto à ausência de diálogos entre a Defesa Civil, a Política de Assistência Social, a Política Habitacional, entre outras, bem como com dilemas postos aos profissionais que foram acionados para intervir sob a forma interdisciplinar, retratando assim como recorte de pesquisa os

¹ A Defesa Civil foi criada após o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941. O Governo brasileiro (Estado Novo, do presidente Vargas), por meio do Decreto-Lei n. 4.098, de 1941, criava os serviços de Defesa Passiva Antiaérea. Em 1943, a denominação de Defesa Passiva Antiaérea é alterada para Serviço de Defesa Civil.

desafios lançados ao Serviço Social diante dos desastres socioambientais.

Como forma de contextualizar o cenário cuja pesquisa se justifica, foi em 22 de novembro de 2008 que o Vale do Itajaí enfrentou a enchente que assolou a região. Blumenau, como cidade de grande trajetória envolvendo enchentes, foi surpreendida quando, num primeiro momento, avaliava que seria mais uma enchente de rotina, entretanto acontecia um deslizamento de terra. Muitas cidades foram atingidas, a exemplo do Morro do Baú, que em 2008 modificou o cenário, levando ao desaparecimento de comunidades inteiras pelo deslizamento de terra. O evento atingiu também profissionais da Defesa Civil, médicos, assistentes sociais e tantos outros que geralmente atuam nessas situações na localidade.

Isso refletia, consideravelmente, a gravidade da situação, pois a atuação, os sinais de alerta e a condução de todo o processo durante situações emergenciais e calamitosas vêm por meio da atuação da Defesa Civil, que tem a responsabilidade de articular e orientar os demais órgãos, os profissionais, entre outros. Blumenau estava preparada para atuar em situações de desastre, mas o sistema da cidade também foi atingido, conforme o desastre de 2008 revela.

O desastre ocorrido em novembro de 2008 no Vale do Itajaí apontou alguns dilemas e não diferentemente inúmeros desafios, exigindo uma reflexão acerca das situações de desastres, tomadas como reflexos da relação sociedade capitalista e meio ambiente. Esses reflexos também representarão implicações políticas na condução das ações de prevenção e respostas em situações de desastres, uma vez que a dimensão do impacto dos desastres na sociedade e a vulnerabilidade a esses eventos estão relacionadas a um conjunto de fatores, o que vem a exigir também reflexões das práticas e a aprofundar debates.

Percebe-se que, a partir de um enfoque que não omite o conhecimento das complexas relações entre sociedade e meio ambiente, se pode avançar na construção de uma proposta interdisciplinar que possibilite a apreensão dos processos, das estruturas e das mudanças sociais e sua relação com os “desenvolvimentos” da sociedade. Justifica-se, assim, a necessidade de incluir a categoria “interdisciplinaridade” na discussão do exercício profissional do assistente social em situações de desastre.

Sendo assim, tal estudo se justificou pela relevância do tema tanto para os profissionais de Serviço Social quanto para aqueles que são acionados e precisam atuar em situações de desastre. A intencionalidade da pesquisa é, além de produzir conhecimentos,

também de provocar a reflexão acerca do peso ideológico que vem arrastando visões, práticas e disputas no contexto da relação sociedade e meio ambiente.

Os levantamentos e as observações empíricas realizadas, bem como as aproximações com a realidade pós-desastre em Blumenau, sinalizaram, então, a necessidade de uma leitura de tal realidade e de discussões específicas do que envolve o trabalho dos profissionais que são acionados para atuar em situações de desastres.

Portanto, o ponto de partida desta dissertação encontra-se na análise dos dilemas encontrados em situações de desastre, a partir do entendimento de que os desastres denominados naturais não se resumem aos aspectos meramente da natureza, e sim da relação direta e metabólica da sociedade capitalista e do meio ambiente. Por isso se assumiu o termo “desastre socioambiental” em vez de “natural”, o qual ao longo do trabalho será explicitado.

Parte-se, ainda, do entendimento do meio ambiente, não somente a natureza, as paisagens, os assentamentos, numa relação de interdependência entre homem e natureza, natureza e natureza, sociedade e meio ambiente. Esse entendimento fundamenta-se no pensamento de Marx (1985, p. 363), ao afirmar que “[...] as duas fontes de onde emana toda riqueza: a terra e o trabalhador”. Ou seja, tanto a terra quanto o trabalho tornam-se objeto de produção e reprodução social de um sistema que, ao desenvolver-se ao longo da história, cria mecanismos para a sua perpetuação. Entretanto, principalmente no século XX, a degradação ambiental vem sinalizar questões centrais não somente no modo de produção vigente, mas no tocante ao presente futuro da humanidade.

Esse quadro levou o tema ambiental a ocupar agendas políticas e lugar de destaque nos debates internacional e nacional, devido justamente ao limite que a degradação ambiental vem exigir do desenvolvimento econômico; limites refletidos pelas alterações climáticas, pelo efeito estufa, pela frequência e intensidade de desastres denominados naturais. Isso quer dizer que as situações de desastre trazem consigo não apenas a destruição, mas inúmeras lacunas que, ao longo da história, vêm sendo engendradaa e constituindo-se em faces: face política, face econômica, face social e face ambiental; faces essas demonstradas pelos significativos acontecimentos socioeconômicos e ambientais na esfera mundial que trarão pontos dilemáticos. De um lado, os avanços tecnológicos e, do outro, a degradação do meio ambiente. Por isso se afirma que as questões socioambientais no século XXI deixam de ser modismo ou utopia de movimentos ambientalistas

para se tornarem uma problemática societária (LOUREIRO, 2008; MÉSZÁROS, 2009; MONTIBELLER FILHO, 2004; SILVA, 2010).

Sabe-se que o desenvolvimento, ao longo da história, vem arrastando contradições em torno do tema ambiental. Os acontecimentos, na atualidade, a exemplo dos desastres socioambientais, demonstram que existe uma distância entre desenvolvimento e sustentabilidade.

Embora seja notória essa distância, o que se percebe é que os fenômenos socioeconômicos e ambientais do nosso século são vistos isoladamente e deslocados entre si, constituindo-se diferentes apropriações. E disso se têm inúmeras implicações: políticas, no que se refere às intervenções do Estado; econômicas, dada a relação entre sociedade capitalista e meio ambiente; sociais, no que tange à reprodução da vida social; e ambientais, com os resultados da degradação ambiental.

Outro aspecto importante está na ausência de análise crítica das consequências dessa distância entre desenvolvimento e sustentabilidade. Ao fragmentar a interpretação da realidade concebendo isoladamente os aspectos políticos, econômicos e sociais deslocados dos ambientais, as alternativas criadas passam a ser de caráter individual, simplificando os problemas complexos, como é o caso do problema ambiental.

Assim, a problemática ambiental entendida como consequência de um colapso pela má utilização da natureza pelo homem traz fatores conjunturais retratados apenas no uso indevido dos recursos naturais, e não por um conjunto de fatores. Esse ponto, segundo Loureiro (2008) e Mészáros (2009), é explicado pela noção de problemática ambiental como ameaça à sobrevivência, necessitando de soluções individuais para suas causas e ignorando elementos de ordem estrutural do próprio capital.

Reforça-se aqui a ultrapassagem da compreensão da problemática ambiental como fenômeno eminentemente natural. Esse precisa ser entendido como fenômeno socioambiental que desponta questões nas esferas política, econômica, social e ambiental.

Estudos demonstram, por exemplo, que os desastres denominados naturais² agravam expressões da questão social e suas consequências

² O termo “desastres naturais” é disseminado na Geociências, nas áreas tecnológicas e também no arcabouço de organismos internacionais, como EIRD/ONU e OPAS, e nos marcos legais da Defesa Civil do Brasil. Embora muitas instituições utilizem o termo, ainda não há um consenso em seu entendimento. Isso é decorrente das diferentes visões e opiniões dos especialistas. No

demarcam as ações de enfrentamento, sinalizando o nível de desenvolvimento econômico, político e cultural de determinada sociedade (MOLINA, 1992; ROJAS, 1993; SANTOS, 2007).

No contexto da América Latina e do Caribe, a presença frequente de desastres denominados naturais descortinou a limitação de trabalhos de prevenção e respostas, com a falta de clareza do papel do Estado diante dos dilemas agravados nessas situações, levando a formulações de ações imediatistas, geralmente direcionadas ao viés comportamental e moral; indivíduos e sociedade civil tornam-se os protagonistas de muitas ações de prevenção e respostas às situações adversas advindas da problemática ambiental. Além disso, a intensidade e a frequência de desastres denominados naturais também passam a ser o palco de atuação de muitos profissionais que são chamados a intervir, entre eles, o assistente social.

Portanto, a questão que norteou este trabalho foi moldada a partir deste aspecto: por que o desastre socioambiental ocorrido no Vale do Itajaí revela faces que irão denotar os desafios lançados ao Serviço Social?

Para responder a essa questão, buscou-se conhecer as discussões atuais da problemática socioambiental, identificando os seus ecos nas agendas políticas estabelecidas em conferências mundiais e as implicações que os desastres socioambientais despontam no século XXI. Observando o cenário dos desastres, também foram sinalizadas as formas de organização existentes para seu enfrentamento.

A partir disso, tem-se o argumento de que os desastres interrogam a sociedade em seus meios e propósitos, tanto por aquilo que (não) se fez antes (a prevenção) como por aquilo que (não) se faz durante (a gestão) ou depois (as transformações necessárias) (CASTRO, 2000). Portanto, ao se resgatarem as ações realizadas antes, durante e após o desastre de 2008 no Vale do Itajaí, têm-se a dimensão do impacto na sociedade e a forma como esse impacto vem requisitar novas posições

Brasil o termo “desastres naturais” refere-se à classificação segundo critérios de origem, evolução e intensidade. De acordo com a Política Nacional de Defesa Civil, os desastres são classificados em naturais, humanos ou mistos. Para ser definido como desastre, tem que ser resultado de um evento crítico ou adverso que ocasiona consequências que excedam a capacidade de respostas de determinada sociedade. A denominação “natural” vem do fenômeno que a originou. Ver algumas referências que auxiliam a localização do termo “desastres naturais”: Castro (2007), PNDC (2005), Alves & Gomes Jr. (2003), Hermann (2007), Marcelino (2008), EIRD/ONU (2000) e OPAS (2000).

profissionais, formações e debates, diante dos desafios lançados aos profissionais que são acionados a intervir.

Isso confirma que os estudos nessa área são extremamente relevantes. Primeiro pelo fato de provocarem discussões acerca dos dilemas que os desastres socioambientais revelam; segundo em virtude de os estudos nessa área serem considerados ainda embrionários no Brasil e no Estado de Santa Catarina; terceiro pela necessidade de pautarem a discussão também no interior do Serviço Social; e, por fim, por trazerem como alternativa o viés da interdisciplinaridade como forma de ultrapassagem da fragmentação da leitura da realidade.

Nesse sentido, formulam-se os seguintes argumentos para este trabalho:

a) o conhecimento das questões centrais reveladas pelo desastre socioambiental ocorrido no Vale do Itajaí permitirá explicitar os desafios lançados ao Serviço Social em situações de desastres; e

b) as situações de desastres exigem conhecimentos específicos e uma atuação integrada, tanto entre órgãos como entre políticas e profissionais. No Brasil e em Santa Catarina, as ações de prevenção e respostas ainda se encontram desarticuladas, dificultando, sobremaneira, a atuação profissional. Além das desarticulações, os respaldos legais e as discussões no interior da profissão não parecem muito vivos. Por isso, ao resgatar a visão dos profissionais que atuaram no desastre de 2008, tem-se o trabalho interdisciplinar como um viés necessário em situações de desastre, o qual poderá ser focado dentro de uma perspectiva de totalidade.

Segundo Dieterich (1999, p. 127),

os argumentos de pesquisa devem referir-se, preferencialmente, a aspectos da realidade que não tenham sido pesquisados ainda, já que a finalidade básica da atividade científica é a produção de novos conhecimentos. [...] A ciência avança geralmente com aproximações sucessivas à verdade [...].

A fundamentação dos argumentos está no entendimento de que as situações de desastre trazem consigo as relações contraditórias entre social e ambiental. E as fronteiras do interdisciplinar trazem à tona as armadilhas da construção de consenso em torno do socioambiental, com reflexos diretos nas ações de enfrentamento às situações de desastres.

O referido estudo compreende o período de agosto de 2009 a maio de 2011.

Salienta-se a importância da pesquisa não apenas para o meio acadêmico, pois “o conhecimento científico serve – de fato [...] – para conhecer o mundo real (objeto de pesquisa) tal como objetivamente existe e opera” (DIETERICH, 1999, p. 36). Assim, demonstra a sua contribuição também na vida social. A construção do conhecimento e a interpretação do real exigem procedimentos e instrumentos, tanto no trabalho empírico quanto no trabalho analítico, por isso será socializado nas linhas que seguem um pouco do processo de pesquisa, ou seja, dos caminhos traçados e trilhados para a efetivação da pesquisa que materializa esta dissertação.

Os caminhos da pesquisa estabelecem as bases do trabalho de produção do conhecimento e da abordagem da realidade. Segundo Dieterich (1999, p. 16-18),

o caminho para chegar ao conhecimento científico [...] é o método científico. [...] Trata-se, portanto, de um modo pensado de indagação, de uma estratégia, um procedimento ou um caminho [...] para chegar ao objetivo de conhecer um fenômeno nos aspectos que nos interessam.

Tomando a realidade estudada, o desastre de 2008 no Vale do Itajaí, têm-se os meandros ideológicos que atravessam a discussão da problemática socioambiental na contemporaneidade e os vieses do delineamento das ações de prevenção e de respostas aos desastres. Esses meandros podem explicar a relação existente entre o social e o ambiental, em que, a partir das situações de desastres, denotam inúmeros desafios a várias áreas do conhecimento, e não diferentemente ao Serviço Social.

A pesquisa teve como objetivo central analisar o desastre socioambiental de 2008, ocorrido no Vale do Itajaí, especificamente o que condiz aos desafios lançados ao Serviço Social diante das discussões e situações de desastre socioambiental e da relação com a formação e o exercício profissional do assistente social.

E como objetivos específicos a pesquisa procurou:

a) conhecer as implicações do desastre de 2008, ocorrido no Vale do Itajaí, observando as discussões sobre problemática ambiental, desastre socioambiental e principais alternativas de enfrentamento; e

b) identificar as formas e os níveis de participação do assistente social no âmbito da prevenção e das respostas às situações de desastre, a partir dos marcos legais e da visão dos profissionais que atuaram no desastre de 2008.

Para atingir esses objetivos, adotou-se a pesquisa qualitativa, que permitiu apreender o desastre de 2008 como desastre socioambiental, considerando os vários fatores que o envolvem, como econômico, político, cultural, social e ambiental. Isso leva a afirmar que as explicações de esses desastres serem somente desígnios da natureza limitam a compreensão quanto à relação existente entre homem e natureza e sociedade e meio ambiente.

A história como um elemento fundamental possibilitou compreender nuances do desastre socioambiental, a partir do modelo de produção, das contradições sociais e da própria atuação dos sujeitos como determinados e determinantes socialmente. Sobre a história, Marx (1996, p. 55-56) afirma:

Não se trata, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer sempre sobre o *solo* da história real; não de explicar à práxis a partir da idéia, mas de explicar as formações ideológicas a partir da práxis material; chegando-se, por conseguinte, ao resultado de que todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser dissolvidos por força da crítica espiritual, pela dissolução na “autoconsciência” ou pela transformação em “fantasmas”, “espectros”, “visões” etc. – mas só podem ser dissolvidos pela derrocada prática das relações reais de onde emanam estas tapeações idealistas; [...] tal concepção mostra que a história não termina dissolvendo-se na “autoconsciência”, como “espírito do espírito”, mas que em cada uma de suas fases encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos [...]. Mostra que, portanto, as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias.

Nesse sentido, os alicerces deste estudo foram construídos a partir do entendimento de que a realidade nos molda, assim como a moldamos, conforme as relações estabelecidas com o próprio caminho do real.

[...] São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica. O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. Não podemos, evidentemente, fazer aqui um estudo da constituição física dos homens, nem das condições naturais já encontradas pelos homens – geológicas, hidrográficas, climáticas e outras. [...] deve partir destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens (MARX, 1996, p. 26-27).

A aproximação com o objeto de pesquisa possibilitou se defrontar com uma realidade em que as contradições inerentes ao objeto de estudo exigiram um debruçar constante nos aportes teóricos e no acompanhamento dos desdobramentos que a cada dia eram sinalizados pela mídia, pelos profissionais entrevistados. Isso demonstra que os caminhos da pesquisa não foram lineares. Como bem lembra Dieterich (1999, p. 18),

[...] o caminho não é linear, que não é como uma estrada. Há passos para frente e para trás, novos começos e desvios, porque é impossível que no início de uma pesquisa o estudioso visualize todos os detalhes, obstáculos e surpresas que podem ser produzidos no caminho da pesquisa [...], o qual quer dizer que o sujeito pesquisador retroalimenta e, se é necessário, modifica sua atividade através do que aprende [...] durante o processo.

Isso foi um dos fatos no desenvolvimento desta pesquisa. Iniciou-se este estudo com sua delimitação, que foi realizada a partir das

aproximações com a realidade pós-desastre em Blumenau, no período de agosto a dezembro de 2009, por meio de pesquisa exploratória. Essas aproximações foram extremamente importantes, pois delas vieram os subsídios quanto a sua delimitação, relevância e abrangência. Como lembra Dieterich (1999, p. 183), “Um estudo piloto é um estudo exploratório, que tem a função de orientar e guiar o pesquisador no início da pesquisa, quando ainda não conhece a fundo a população do estudo (seu objeto de pesquisa) [...]”.

Realmente, a pesquisa em si veio como um grande desafio por justamente não se terem muitas publicações na área do Serviço Social sobre o tema de pesquisa. Muito embora seja esse o papel da academia, de produzir novos conhecimentos, sabe-se que o conhecimento necessita de um tempo para sua maturação, reflexões e críticas. Iniciar sem esse processo consolidado é um exercício bastante árduo.

Esse exercício foi iniciado com levantamento bibliográfico acerca do tema ambiental, de desastres socioambientais e suas implicações, e com aproximações realizadas pela profissão de Serviço Social nesse contexto. Isso culminou na elaboração do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e também submetido à chamada pública do Edital 10/2009,³ da FAPESC, referente ao tema de pesquisa.

Com a aprovação do projeto pela FAPESC, rotinas de viagens a Blumenau foram estruturadas e constantes, o que permitiu identificar demandas do pós-desastre no município de Blumenau; contradições em vertentes que defendiam haver consensos e mediações entre sociedade e natureza; e discussões acerca de ações de prevenção e de respostas que traziam vertentes sobre desenvolvimento e sustentabilidade, vulnerabilidade social e teoria do risco, exigindo novas leituras.

Os objetos de pesquisa são, em geral, tão complexos que quando se inicia uma fase de trabalho sobre eles, por exemplo, a elaboração do problema ou o marco teórico ou a formulação da hipótese, não se pode prever todas as complicações e mudanças que tem que ser enfrentadas em cada uma destas fases. É provável, por exemplo, que quando se analisa a fundo o

³ O projeto aprovado pela FAPESC teve como título “Situações de desastres: novas demandas e desafios ao Serviço Social e ao trabalho interdisciplinar”, do qual fiz parte como pesquisadora principal.

objeto em sua dimensão histórica [...] apareçam novas e desconhecidas facetas do objeto que obrigam a ampliar o marco teórico com os novos conceitos que requeridos para pesquisar tais facetas (DIETERICH, 1999, p. 117).

O autor tem toda razão, ao se debruçar sobre a realidade pós-desastre de 2008, em Blumenau, surgiram várias inquietações que exigiram aprofundamento teórico e reformulações quanto às questões de pesquisa. “A rigor, a delimitação do objeto de pesquisa, a elaboração do marco teórico e a formulação das hipóteses descasarão somente sobre bases seguras quando o pesquisador tiver [...] proposto a comprovação de suas hipóteses” (DIETERICH, 1999, p. 117).

Isso foi visível também nesse processo. As argumentações da pesquisa ficaram mais claras após a qualificação da dissertação, em fevereiro de 2011, quando os professores avaliadores fizeram vários questionamentos e apontamentos acerca da complexidade do tema escolhido. Houve a reformulação dos principais aspectos a serem abordados, bem como das questões norteadoras.

Entende-se a importância das reformulações, justamente, pela apreensão de o real oferecer um conteúdo contraditório e extremamente dinâmico. Como afirma Marx (1996, p. 37),

Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados [...] para, a partir daí, chegar os homens de carne e osso; parte-se [...] do processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não tem história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar.

Com relação a esse aspecto, é válido retomar a discussão que Marx (1996, p. 37) faz sobre a consciência, que não deve ser compreendida como algo estritamente individual e singular a cada

sujeito, mas sim como algo determinado socialmente: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”.

E foi a partir desse entendimento que se defenderam os desastres como socioambientais pela associação da tríade homem, sociedade e meio ambiente; e pelas influências dos conteúdos ideológicos que conduzem o rumo da história. Foi esse o entendimento com que se buscou compreender o desastre de 2008.

Dessa forma, o desastre de 2008 necessitou ser apreendido dentro do desenvolvimento histórico da sociedade. E, ao serem observadas as falas dos sujeitos sobre a definição de desastre, como interpretavam a questão do aumento e da frequência dos desastres e suas explicações pelo ocorrido no Vale do Itajaí, chegou-se às revelações das faces do desastre de 2008. Essas faces retratam o desenvolvimento da consciência social e as tensões sociais, interferindo na apreensão do homem como sujeito de sua própria história.

Portanto, a escolha dos sujeitos da pesquisa partiu do entendimento de que o homem é um ser social que histórica e estruturalmente também produz o real. Essa prerrogativa apresenta como elemento o pensar sobre o processo de conhecimento da realidade concreta com base na própria realidade e seu movimento. Ou seja, a realidade social não pode ser concebida como uma junção de partes e fatos isolados, mas sim a partir das ações e das condições materiais da vida social e da reprodução das relações.

Em termos de procedimentos metodológicos adotados, optou-se pela pesquisa qualitativa. Segundo Gil (1994), Minayo (1999) e Richardson (2010), esse tipo de pesquisa objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema e compõe três fases: exploratória, de trabalho de campo e de análise. Salienta-se que, dentro de uma perspectiva de totalidade, os procedimentos metodológicos vêm como aporte.

A primeira fase, a exploratória, contemplou o aprofundamento da proposta com o levantamento, a seleção e a leitura de referências bibliográficas e documentais visando ao desenvolvimento da pesquisa. Destacam-se os aspectos já delineados: a) abrangência da pesquisa: Vale do Itajaí, mais especificamente o município de Blumenau; e b) sujeitos da pesquisa: assistentes sociais e demais profissionais que compuseram grupos de trabalho para o atendimento das situações decorrentes de inundações e deslizamentos ocorridos em 2008 no Vale do Itajaí.

Os sujeitos da pesquisa foram trinta profissionais que atuaram na época do referido evento. Escolheram-se como sujeitos os assistentes

sociais que atuaram nos municípios do Vale do Itajaí que decretaram estado de calamidade pública, decorrente do desastre de 2008, e profissionais de outras áreas que foram acionados para compor equipes de trabalho em Blumenau, também devido ao desastre de 2008.⁴ A justificativa por ouvir assistentes sociais e também profissionais de outras áreas deu-se pelo fato de que a situação de desastre revelou a emergência de trabalho interdisciplinar, da intersetorialidade e conhecimento dos marcos legais e institucionais. Ou seja, as situações de desastre trouxeram à tona realidades veladas pela existência de corporativismo, de relações de poder, entre outros, que ajudam a falsear a relação entre sociedade e meio ambiente.

Na segunda, a de trabalho de campo, foram estruturados e aplicados os instrumentos de pesquisa. Os selecionados foram a observação participante, a análise documental e a entrevista semiestruturada.

A observação participante foi utilizada durante as visitas realizadas junto às secretarias do município de Blumenau (Defesa Civil, Assistência Social, Habitação, Saúde e Educação) em junho e novembro de 2009 e durante as conferências municipais e estadual de Defesa Civil, realizadas em fevereiro e março de 2010 nos municípios de Brusque, Blumenau, São José e Florianópolis. A observação permitiu identificar as implicações do desastre de 2008. Sob o eixo de análise do metabolismo Sociedade e Natureza, foi possível compreender a relação dos desastres denominados naturais com outras esferas, como econômica, política, cultural, social e ambiental, as quais conduziram a afirmação de que os desastres vem sendo compreendido por faces.

Em termos do aspecto de pesquisa, segundo Gil (1994, p. 104),

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a escolha e formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha um papel imprescindível no processo de pesquisa. [...] a observação participante consiste na participação real do observador [...] de uma situação determinada [...].

⁴ Nos Apêndices C e D encontram-se quadros representativos dos profissionais que participaram da pesquisa.

Com relação à análise documental, outro instrumento de coleta de dados, essa contemplou os marcos legais e institucionais em nível internacional (Marco de Hyogo e Estratégia Internacional para a Redução de Desastres), em âmbito nacional (Política Nacional de Defesa Civil), em âmbito estadual (Agenda 21 catarinense) e em âmbito local (plano diretor e plano de contingência do município de Blumenau). O eixo de análise foram as linhas que vêm configurando as ações de prevenção e de respostas às situações de desastre.

E, quanto à utilização da entrevista, foi empregado um formulário semiestruturado (Apêndices A e B) junto a trinta profissionais, acionados para atuar no desastre de 2008, conforme já mencionado.

Dos trinta profissionais entrevistados, 11 eram assistentes sociais dos municípios do Vale do Itajaí e 19 eram profissionais que compuseram equipes de trabalho em Blumenau. Vale salientar que, desses 19, seis também eram assistentes sociais, tendo sido privilegiado ouvir um assistente social acionado por instituições diferentes envolvidas no atendimento, a saber, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Habitação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, fundações e empresas. Esse critério teve como fundamento os diferentes espaços sócio-ocupacionais em que o assistente social desenvolve seu trabalho. Como ressalta Yamamoto (2009, p. 352),

O assistente social ingressa nas instituições [...], assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o seu objeto de seu trabalho [...] depende do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas.

E, quanto aos demais profissionais, foram entrevistados técnico da Defesa Civil, geólogo, geógrafo, arquiteto, engenheiro, biólogo, contador, educador social, enfermeiro, bombeiro, policial militar e exército. Quanto à amostra, procurou-se que fosse constituída ainda por profissionais de várias áreas que tiveram participação direta na atuação em grupos de trabalho, uma vez que as situações de desastre não permitiram atuações isoladas.

Esse procedimento teve como intuito conhecer o entendimento e o posicionamento dos profissionais de várias áreas que atuaram no

desastre de 2008 sobre o que vêm a ser desastre, causas, desafios profissionais e visão sobre o Serviço Social nesse contexto.

Os entrevistados recebiam o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, conforme exigido pelo Comitê de Ética da UFSC, e assinavam, oficializando o aceite em contribuir com a pesquisa.

A entrevista primou pela gravação, e o entrevistado teve a liberdade de conceder esse procedimento ou não. Dos trinta entrevistados, 12 profissionais concederam a entrevista sem gravação. As justificativas pela não gravação foram unânimes quanto a futuras represálias institucionais.

O formulário de pesquisa foi estruturado de acordo com os seguintes eixos temáticos: estruturação de ações de prevenção e respostas, atuação profissional em situações de desastre e faces dos desastres na sociedade. Continha vinte questões que versavam sobre a identificação do entrevistado em termos de escolaridade, profissão, área de atuação e função desempenhada na instituição, e sobre questões referentes aos eixos temáticos mencionados acima.

As entrevistas foram realizadas no período de março, abril e maio de 2011 nas instituições e regiões dos profissionais. E as transcrições foram realizadas nos meses de junho e julho do mesmo ano.

O número de municípios do Vale do Itajaí que decretaram estado de calamidade pública foi o critério para a seleção do número de assistentes sociais entrevistados, ao todo 11. Os municípios que à época decretaram estado de calamidade pública foram Benedito Novo, Blumenau, Brusque, Gaspar, Ilhota, Itajaí, Luiz Alves, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó e Pomerode.

A terceira fase compreendeu a análise dos dados coletados, em que as informações foram sistematizadas para a construção do conhecimento da realidade investigada.

As informações obtidas foram trabalhadas segundo as categorias analítico-teóricas totalidade e contradição. A primeira referiu-se ao campo das determinações sociais, no qual o tema e os sujeitos da pesquisa se inseriam; e a segunda se deu no encontro com os fatos empíricos acerca da temática problemática ambiental, desastres socioambientais, ações de prevenção e de respostas, Serviço Social e trabalho interdisciplinar.

As categorias empíricas tiveram como eixo de análise a identificação dos desafios lançados ao Serviço Social, junto aos assistentes sociais dos municípios do Vale do Itajaí e dos profissionais das equipes de trabalho. Por meio da forma de acionamento – enfoques utilizados, tipo de intervenção, funções desenvolvidas, novas demandas

advindas pelo desastre e estruturação de ações de prevenção e resposta –, foram sinalizados os desafios.

Salienta-se que a reflexão fez parte do processo do conhecimento e os resultados foram concebidos como aproximações no campo das determinações sociais, socializados nos itens a seguir.

Os procedimentos e os instrumentos utilizados foram o estudo exploratório, com a revisão da literatura sobre o tema, identificando autores que discutiam categorias centrais desta pesquisa, tais como problemas ambientais, desastres socioambientais, Serviço Social e interdisciplinaridade em situações de desastre; e a entrevista semiestruturada, tendo como sujeitos os assistentes sociais dos 11 municípios do Vale do Itajaí que decretaram estado de calamidade pública em decorrência do desastre de 2008 e os 19 profissionais de diversas áreas que compuseram equipes de trabalho durante esse desastre em Blumenau. As entrevistas foram gravadas e transcritas conforme consentimento dos entrevistados, por meio do Termo de Consentimento Livre Esclarecido aplicado junto aos sujeitos, que, por questões éticas, tiveram suas identidades preservadas.

Ressalta-se que o método que amparou o referido estudo considera o real como ponto de partida assim como ponto de chegada, em que a realidade não é concebida como partes isoladas e os processos contraditórios são reconhecidos como inerentes aos processos histórico-concretos. “[...] conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada. [...] qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo” (KONDER, 2008, p. 35).

A complexidade do estudo e a necessidade de delimitar a área de abrangência fizeram com que fosse privilegiado o Estado de Santa Catarina. A escolha considerou o fato de terem ocorrido até a presente data dois desastres de grande magnitude nesse estado. Embora terem ocorrido episódios de magnitude similar em outros estados brasileiros, a exemplo da enchente de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro, entre outros, a facilidade de deslocamento também foi outro fator determinante.

A pesquisa permitiu contatos frequentes com a realidade pós-desastre de 2008 no Vale do Itajaí e com as equipes de trabalho constituídas em decorrência desse desastre, onde se resgataram as formas de organização e de acionamento; as estratégias estabelecidas pela estruturação de ações de prevenção e respostas nos municípios; a forma de atuação a partir da visão dos profissionais; as contribuições do

trabalho interdisciplinar; e a visão quanto à contribuição do assistente social em situações de desastre.

A dissertação está estruturada em duas seções.

A primeira seção inicia-se pela discussão teórica acerca da problemática ambiental, do desastre socioambiental e de suas implicações na contemporaneidade, localizando as determinações estruturais e históricas do tema ambiental e das preocupações ambientais em nível mundial. Com isso, tem-se a base para o entendimento das ações de enfrentamento formuladas internacionalmente e no contexto brasileiro.

A segunda seção apresenta os resultados do estudo, iniciando com o resgate do contexto do Vale do Itajaí diante das enchentes, partindo da discussão histórica de convivência com situações de desastre há mais de 150 anos e sinalizando elementos com que se pensarem as ações de prevenção e de respostas existentes. Deu-se ênfase também às revelações do desastre de 2008, a partir de documentos oficiais e dos relatos dos profissionais que foram chamados a intervir, para que se pudesse analisar os desafios lançados ao Serviço Social diante das situações de desastre.

E, finalmente, nas considerações finais são tecidas algumas reflexões acerca da complexidade do desvendamento do real e da produção do conhecimento dentro de uma perspectiva da totalidade, bem como dos resultados que a pesquisa contemplou.

Por certo, o estudo aqui apresentado representa a sistematização e um esforço de construir conhecimento não apenas dos aspectos estruturais e conjunturais da pesquisa em si, pretendeu-se contribuir com os profissionais que são acionados para atuar antes, durante e após as situações de desastres, reforçando a necessidade do enfoque interdisciplinar; com a população, por meio da identificação das ações de prevenção e respostas que vêm sendo desenhadas, levantando a necessidade da intersetorialidade para efetivar serviços e legitimar direitos; e, especificamente, com os assistentes sociais, considerando que a profissão pode ocupar um espaço relevante tanto na discussão quanto na intervenção, a partir da perspectiva da totalidade, não omitindo as complexas relações históricas existentes na discussão da problemática ambiental resultantes da relação estabelecida entre sociedade e natureza.

1 PROBLEMÁTICA AMBIENTAL, DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Só depois das florestas destruídas, dos rios poluídos, do último animal morto, você perceberá que dinheiro não se come (José Truta Palazzo Júnior, ambientalista, atuante em Imbituba/SC).

Esta seção apresenta uma análise da problemática ambiental a partir das contradições ambientais e sociais expressas pelo modo de produção capitalista. Localizando as determinações estruturais e históricas do tema ambiental e as preocupações ambientais em nível mundial, têm-se os fundamentos da discussão dos desastres socioambientais. Também, ao se resgatarem as suas implicações no cenário contemporâneo, têm-se as ações de enfrentamento formuladas internacionalmente e no contexto brasileiro.

1.1 AS DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E HISTÓRICAS DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

A temática ambiental vem ocupando um lugar de destaque no debate não apenas dos destinos da atual sociedade capitalista em nosso século, mas, sobretudo, no futuro da própria humanidade.

Esse destaque dá-se sob inúmeras implicações – poluição generalizada, desmatamento, contaminação da cadeia alimentar, mudanças climáticas, frequência e intensidades de fenômenos naturais (furacões, terremotos, enchentes e deslizamentos de terra, entre outros) – que vêm anunciar um esgotamento da natureza.

Segundo a interpretação marxista, o surgimento da sociedade fundamentada na propriedade privada e na economia pode explicar a exploração ilimitada da natureza indicada pelo seu esgotamento e pelas questões centrais de nosso tempo, envolvendo, dentre outras questões, a temática ambiental. Conforme Foster (2010, p. 229),

Todo processo de acumulação primitiva [...] teve profundas implicações ecológicas. Já sob a forma

de propriedade feudal, a terra tinha sido transformada no ‘corpo inorgânico de seus senhores’. No capitalismo, com a consequente alienação da terra (e da natureza), o domínio do homem sobre o homem estendeu-se: a terra como o homem tinha se reduzido ao nível de um ‘objeto venal’.

O esgotamento da natureza com que se convive atualmente pode ser considerado uma das implicações da forma como o modo de produção se apropriou e se apropria da terra, do trabalho e da natureza, trazendo a inexorável face: problemática ambiental.

A problemática ambiental, sendo explicada a partir das relações concretas estabelecidas entre homem e natureza e da relação sociometabólica do capital, evidencia os reflexos na relação entre sociedade e meio ambiente. Ou seja, partindo das contribuições marxistas, tem-se que a natureza não pode ser entendida separada do homem nem da sociedade, porque está inserida no contexto das estruturas da sociedade.

[...] o processo material de metabolismo entre a sociedade e natureza [...] é a relação fundamental entre o meio ambiente e o sistema, entre as ‘condições externas e a sociedade humana’ [...], o metabolismo entre o homem e a natureza consiste [...] na transferência de energia material da natureza externa para a sociedade [...], assim, a inter-relação entre a sociedade e a natureza é um processo de reprodução social (BUKHARIN apud FOSTER, 2010, p. 330).

Partindo dessa linha de pensamento do autor, a lógica destrutiva do capital sustenta a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico e a relação estreita entre fenômenos sociais e ambientais que ocorreram no passado e que se apresentam no presente como consequências para as futuras gerações.

Localizando-se na história, com o advento da Revolução Industrial, por exemplo, sabe-se que houve a migração do campo para a cidade, gerando centros urbanos que cresceram de forma desordenada e insalubres, cujos reflexos ainda repercutem na atualidade.

Os aglomerados humanos continuam impressos nos centros urbanos, a concentração de terras e de riquezas continua aprofundando

desigualdades sociais, e a necessidade de expansão da produção vem sobrecarregando a capacidade assimilativa ou reconstitutiva da natureza, trazendo ao planeta a sua insustentabilidade.

A devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição – para as quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano – indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 801).

Entende-se, assim, que a problemática ambiental é resultado da forma como o modo de produção capitalista exerce sobre a capacidade assimilativa ou reconstitutiva da natureza e como as relações entre sociedade e meio ambiente vêm sendo engendradas ao longo da história. Portanto, diz-se que a problemática ambiental só pode ser explicada por meio das determinações estruturais e históricas que a compõem. Tomando por base a forma de apropriação do trabalho e da natureza historicamente, vale ressaltar que a natureza era considerada exclusivamente para a produção de meios de subsistência (MARX, 1982). Entretanto, com o desenvolvimento do capitalismo, houve a apropriação da natureza, que se converteu puramente em objeto de exploração.

Ainda segundo o autor (1982, p. 45), “[...] a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como ‘imensa coleção de mercadorias’ [...]”. Complementando o que afirma Marx, Ianni (1996, p. 8) afirma que o capitalismo é de fato um sistema em si de mercantilização, “[...] ele mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas”. Isso quer dizer que o capitalismo trará não somente o modelo de produção, como determinará a forma de sua reprodução que, ao longo do seu desenvolvimento, se particularizará historicamente e moldará as relações sociais.

A particularização histórica do capitalismo, a partir da apropriação pelo capital das forças de trabalho e da natureza, trará inúmeras implicações sociais e consequências imediatas. Segundo Marx, na obra “O Capital” (2008, p. 443), “Um primeiro exame põe em evidência que a indústria moderna deve aumentar extraordinariamente a produtividade do trabalho, ao incorporar as imensas forças naturais e a ciência ao processo de produção [...]”. Com isso, têm-se algumas características desse sistema: produção para a venda e não somente para

a subsistência; mercantilização da força de trabalho que dará origem à divisão internacional do trabalho; controle do processo de trabalho; internacionalização do capital. Isso trará a reboque a degradação ambiental.

Portanto, entender o desenvolvimento do capital trará luz para situar as implicações geradas pela dinâmica da relação entre sociedade e meio ambiente. Marx formulou sua teoria (explicações sobre o desenvolvimento do capital) em 1867, e ainda hoje suas evidências vêm sendo comprovadas: a tendência histórica de exploração tanto do trabalho quanto dos recursos naturais é concretizada.

Essa tendência vem de um sistema chamado de capitalismo e entendido como modo de produção⁵ em que o capital, sob diferentes formas, é o principal meio e fim. O termo em si demarca controversas na história, e as explicações quanto à sua origem “[...] são reconstituídas de diferentes formas: alguns explicam-nas pelo crescimento do capital mercantil e do comércio exterior, outros vêem sua causa na difusão das transações monetárias no interior do feudalismo” (BOTTOMORE, 2001, p. 52). De toda forma, para efeito temporal, sabe-se que, ao longo de sua existência, partindo da posição marxista, o capitalismo transita na dinamicidade da história, em que compreende suas fases a partir das crises que o constitui.

Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meio de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de

⁵ Sobre modo de produção, Netto e Braz (2007, p. 60) dizem que “A articulação entre forças produtivas e relações de produção – a que denomina modo de produção – é extremamente complexa, variando ao longo da história e exigindo, para sua compreensão, análises rigorosas e detalhadas [...]. Esquemáticamente, pode-se afirmar que no modo de produção encontra-se a estrutura (base) econômica da sociedade, que implica a existência de todo um conjunto de instituições e de idéias com ela compatível, conjunto geralmente designado como superestrutura e que compreende fenômenos e processos extra-econômicos: as instâncias jurídico-políticas, as ideologias ou forma de consciência”.

força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista [...]. Para compreender sua marcha, não precisamos voltar a um passado tão longínquo [...], a era capitalista só data do século XV. Onde ela surge, a servidão já está abolida [...], o que faz época histórica da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação [...], sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferentes épocas históricas (MARX, 1985, p. 262-263).

Em resumidas linhas, tem-se que a marca do capitalismo é o excedente econômico que, ao longo de sua história, se confirma com a acumulação e a exploração, atravessados por contradições entre as forças produtivas e as relações de produção. Isso vai sinalizar as diferentes fases do capital.

Pretendendo apenas situar o caminho do capitalismo, tem-se na crise do feudalismo e da atividade econômica derivada das lutas de classes, a exemplo da Revolução Burguesa, o registro do período do século XV até o início do século XVIII aceito como sendo a fase do capital mercantil. Fase que marca a crise do capital primitivo, em que o desenvolvimento do comércio e o surgimento do Estado absolutista⁶ serão fatores importantes. O século XVIII registra a fase do capitalismo concorrencial, em que a produção da mais-valia absoluta⁷ dará lugar à

⁶ O Estado absolutista surge como resposta dos senhores feudais ao movimento dos servos e vai sinalizar o moderno estado, com o absolutismo, a partir do século XVI. O absolutismo vai inaugurar uma forma de governo em que o poder é exercido por um monarca ou um pequeno grupo. Ver algumas referências consideradas chaves para auxiliar a compreensão do Estado absolutista e do absolutismo: Marx e Engels (1963) e Anderson (1989).

⁷ Mais-valia é a forma de extração de excedente, por meio da exploração do trabalho e/ou da produção. “A análise de Marx da mais valia difere significativamente da de seus antecessores da economia política clássica [...], tenderam a ver a mais-valia como resultado da troca injusta do trabalho pelo salário [...]. Marx demonstrou que a força de trabalho pode ser vendida pelo seu valor e a mais-valia surgir na produção” (BOTTOMORE, 2001, p. 228). Desse processo, denominado por Marx de processo de trabalho, a mais-valia produzida por um trabalhador é a diferença entre o valor que ele produz do valor de sua força de trabalho, assim a taxa da mais-valia será dada por trabalho excedente dividido pelo trabalho necessário. É dentro desse prisma

extração da mais-valia relativa, pelo surgimento da produção mecanizada, a qual irá demarcar até início do século XIX. Na segunda metade do século XIX, resultante dos eventos revolucionários de 1848 e da chamada Revolução Industrial, o capitalismo entra na fase dos monopólios. Essa fase, denominada de monopolista, vai acirrar ainda mais a busca pelos lucros por meio do controle dos mercados e aumentar o exercício industrial de reserva (ANDERSON, 1989; MARX; ENGELS, 1963).

Para situar esse contexto, Netto (1992, p. 15-16) afirma:

Na tradição teórica que vem de Marx, está consensualmente aceite que o capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, com incidências necessárias na estrutura social nas instâncias políticas das sociedades [...]. Trata-se do período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que [...] tornou-se conhecido como o estágio imperialista. E também é consensual que o período do imperialismo clássico situa-se entre os anos de 1890 e 1940. [...] o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica [...], altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade [...], o que importa observar e destacar [...] é que a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados.

Os últimos anos do século XIX e início do XX, caracterizados como o estágio imperialista, terão a fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários, constituindo o capital financeiro e um

que irão surgir a extração da mais-valia absoluta, considerada o resultado do trabalho humano em si, e a extração da mais-valia relativa, que vem da somatória entre o trabalho humano mais a produção de excedente, seja pela intensificação do trabalho, seja pelo aumento da jornada de trabalho ou pela incorporação de nova tecnologia (MARX, 2008).

alcance mundial e incluindo a internacionalização, ou a chamada globalização, ou ainda, a mundialização do capital (IAMAMOTO, 2008; IANNI, 1996, 1999, 2008; NETTO, 1992).

O capitalismo em suas trajetórias impunha a reprodução das relações sociais, em que tanto a terra quanto os homens passam a ser percebidos como um objeto de e para a dominação. Ambos foram transformados em mercadorias, em propriedades privadas. A separação dos produtores de mercadorias dos meios de produção e subsistência dos produtos de seu trabalho insere-se em uma condição de produção que explora a força de trabalho e a natureza. Por isso Marx (2008, p. 571) afirma que “a produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social da produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador”.

Tem-se que as transformações estruturais⁸ e a economia trazem ao nosso século dilemas, principalmente com o avanço da tecnologia e as respostas do capital dadas às suas crises. “o capitalismo é tecnologicamente dinâmico por necessidade, por existir sob o imperativo ‘renovar-se ou morrer’” (HARVEY, 1990, p. 140). Isso significa afirmar que as crises do sistema são inerentes a ele, constituindo-se crises estruturais.

Mészáros (2008, p. 653) auxilia nessa linha de raciocínio, lembrando que o sistema explicado por Marx reforça a tendência objetiva de o desenvolvimento ser historicamente dominante e precisar ser compreendido dentro dos vieses das contradições, que, ao longo da existência do capitalismo, apresentam as tendências e as crises que o consolidam.

Dada a natureza imanente do capital, caracterizada por Marx como a ‘contradição viva’, cada tendência principal desse sistema de produção e distribuição só se faz inteligível se levamos plenamente em conta a contratendência específica à qual aquela está objetivamente ligada. Isso acontece mesmo quando, no relacionamento

⁸ Transformações estruturais são consideradas as respostas do capital às suas crises estruturais. A exemplo da reestruturação produtiva, da mundialização financeira, “tem-se o reino do capital fetiche na plenitude de seu desenvolvimento e alienação” (IAMAMOTO, 2008, p. 107). O propósito em afirmar essa questão é introdutório, a indicar os (des)caminhos que o capitalismo tem feito ao longo de sua existência, como forma de nortear os fios que conduzem as determinações dos problemas ambientais em nosso século.

entre elas, um dos lados das interdeterminações contraditórias necessariamente predomina, de acordo com as circunstâncias sócio-históricas prevalentes. Assim, a tendência do capital ao monopólio é contrabalançada pela concorrência; igualmente, a centralização pela fragmentação, a internacionalização pelos particularismos nacionais e regionais; o equilíbrio pela quebra do equilíbrio etc.

As evidências das crises do capitalismo podem ser um indicativo forte para as consequências desdobradas no século XX. Segundo Antunes (2007, p. 35), “[...] mutações intensas, econômicas, sociais, políticas, ideológicas” terão implicações em se tratando da temática ambiental.

De acordo com Antunes (2007), Netto (1992), Harvey (1993), Chesnais (1996) e Ianni (2008), a configuração do capitalismo denominado contemporâneo inicia-se nos anos 1970 e constitui a terceira fase do estágio imperialista. Essa fase configurará novas alterações, a exemplo da acumulação flexível. “A acumulação flexível [...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo [...]” (HARVEY, 1993, p. 140). A base dessa flexibilidade estará na reestruturação produtiva que será lançada como ferramenta disseminadora de uma nova racionalidade política, cultural e ética, por conseguinte terá influências gritantes nas relações sociais e não diferentemente no meio ambiente.

Essas influências, com base em novas tecnologias, recriação da divisão internacional do trabalho (capital transnacional) e mundialização dos mercados, flexibilização dos processos de trabalho que combina produtividade, inovação tecnológica e competitividade, tornam ingredientes básicos para a despolitização e o acirramento das contradições que também envolverão a problemática ambiental em alcance mundial.

O alcance mundial do capitalismo, que se esboça desde os seus primórdios, desenvolve-se de maneira particularmente aberta no século XX. E adquire novas características na época iniciada com o término da Segunda Guerra Mundial, quando a emergência de estruturas mundiais de poder, decisão e influência anunciam a redefinição e o declínio do Estado-Nação. As

características da marcha da globalização incluem a internalização das finanças e seguros comerciais, a mudança da divisão internacional do trabalho, o vasto movimento migratório [...] e a competição ambiental [...] (IANNI, 2008, p. 22).

Dentro desse contexto, a relação sociedade e meio ambiente perpassa pelas relações estabelecidas por meio do modo de produção, que institui a apropriação do trabalho e da natureza como fontes imprescindíveis ao seu desenvolvimento. Considerando que o papel do capital seja exclusivamente de autoprodução, não seria difícil localizar a exploração ilimitada dos recursos da natureza e de se ter sua degradação como consequência. “Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada sociedade” (MARX, 1986, p. 6).

De acordo com Engels (1976) e Marx (2008), a relação homem e natureza vem sendo aprimorada mediante a ação transformadora do próprio homem sobre a natureza. E, ao transformar a natureza, também se transforma.

Unicamente o homem conseguiu imprimir seu selo sobre a natureza, não só trasladando plantas e animais, mas também modificando o aspecto, o clima de seu lugar de habitação; e até transformando plantas e animais em tão elevado grau que as conseqüências de sua atividade só poderão desaparecer com a morte da esfera terrestre (ENGELS, 1976, p. 25).

É conveniente lembrar o quanto o homem conseguiu imprimir seu selo sobre a natureza, citando as experiências genéticas, a exemplo da clonagem da ovelha Dolly; os experimentos com célula-tronco humana; as inovações tecnológicas em diversas áreas; e, inclusive, as situações de desastres que vêm acontecendo no mundo, a exemplo do episódio no Japão, mesmo considerado um país que respira tecnologia e avança para o domínio da natureza com treinamentos e engenharias contra terremotos, que, em fevereiro de 2011, foi devastado por consequência de desastre denominado “natural”.

A pergunta que fica é se de fato os fenômenos dito naturais que vêm ocorrendo com maior número e intensidade em todo o globo são mera e exclusivamente de ordem natural ou reflexos da relação estabelecida entre sociedade e meio ambiente.

Para o entendimento da relação entre sociedade e meio ambiente, precisa-se ter claro que essa relação é socialmente construída, assim a natureza também representa a história da própria sociedade. Vale lembrar que há diferenças entre a concepção de natureza e meio ambiente. É comum encontrar explicações para ambas como se fossem sinônimos, mas na verdade não o são. Tomando como referência a perspectiva marxista, tem-se o entendimento de que, ao longo da história humana, a concepção de natureza se modifica.

O primeiro conceito de natureza é o das culturas arcaicas (das sociedades pré-mercantis, não organizadas estatalmente, na concepção marxista), nas quais o homem é, antes de tudo, parte do grande organismo da natureza, concebido como totalidade viva e divina, na qual ele é socialmente inserido pelos mitos e ritos sociais sagrados (MULLER, 1996, p. 28).

Essa concepção de que a natureza é algo divino predominou até a Idade Média, que via como inconcebível a alteração da ação do homem na natureza. “O corte absoluto entre homem e natureza, na ciência, é instaurado pelo princípio cartesiano da divisão e separação” (MONTIBELLER FILHO, 2004, p. 36). Esse princípio vai ser consolidado no positivismo que separa a natureza da sociedade e constituir a separação das ciências da natureza das ciências humanas, tornando-se, inclusive, pressuposto da ciência moderna (MULLER, 1996).

Fazendo a distinção entre natureza e meio ambiente, chega-se ao ponto, a partir da revisão bibliográfica, de que o conceito de meio ambiente vem sendo disseminado a partir do século XX, quando os problemas ambientais vêm tomando tamanha proporção por conta da exploração desmedida da natureza em nível global, dando origem a movimentos sociais que tomam a defesa ambiental como processo advindo da complexa relação entre os sistemas socioculturais, econômico e biofísico.

Segundo François Chesnais (2009, p. 14), as origens do problema ambiental vivenciado em nosso século advêm da origem das crises econômicas:

Uno de los rasgos más importante de la situación que se abrió en el 2007, es la conjuncion entre la crisis económica mundial y la profundización de

la crisis climática con gravísimos efectos sociales de impacto mundial. [...] La conjunción entre la crisis económica mundial y el avance de la crisis climática (con toda su gravedad) no es algo fortuito. Las raíces de ambas crisis son las mismas: la naturaliza del capital y de la producción capitalista. Pero esto es algo que sólo pudo verse claramente con la liberalización y la desreglamentación del capital y, consecuentemente, su completa mundialización y exacerbada financiarización. Estos son los procesos los que explican, por un lado los rasgos originalis de la crisis.

Assim, afirmar que o selo impresso por um sistema que vem (des)configurando ao longo da história a relação sociedade e meio ambiente pode fornecer elementos para entender as decorrentes causas e consequências dos denominados desastres “naturais”.

A relação depredadora do modo de produção e as crises despontam da relação homem e natureza. Leff (1994, p. 139), defensor de que a raiz da maioria dos problemas societários veio da forma como o sistema opera, afirma que a racionalidade humana e a ênfase em escala planetária são sinal da complexificação da relação sociedade e meio ambiente:

[...] desde que la naturaleza se conierte em um conjunto de objetos y de procesos de trabajo, desde que los procesos ecológicos participan em la formación de valor y em la producción de plusvalor, lo natural se absorve em El objeto Del materialismo histórico; Es decir, em el proceso de reproducción del capital [...]. Es el proceso de producción material, de acumulación y expansión del capital, lo que condiciona el funcionamiento, la evolución y la estructuación de los ecosistemas, así como las formas técnicas de apropiación de la naturaleza. De esta manera, los procesos ecológicos y la transformación de la naturaleza se inscriben em la dinámica del capital.

Isso remete a pensar a relação sociedade e meio ambiente, dentro dos processos inscritos na dinâmica do capital, a partir da articulação de

processos histórico e social, em que as relações do homem com a natureza são resultado de ações sociais concretas. Ou seja, há a necessidade de vincular os processos naturais com a dinâmica da racionalidade econômica e reprodutiva do capital.

[...] o trabalho é a fonte de toda riqueza, afirma os economistas. E o é, de fato, ao lado da natureza, que lhe fornece a matéria por ele transformada em riqueza. [...] É a condição fundamental de toda a vida humana [...]. O domínio da natureza, iniciado com o aperfeiçoamento da mão, com o trabalho, ampliava o raio de percepções do homem, a cada novo progresso. Nos objetivos naturais, descobria ele constantemente outras qualidades até então desconhecidas. [...] o animal apenas utiliza a natureza, nela produzindo modificações somente por sua presença; o homem a submete, pondo-a a serviço de seus fins determinados, imprimindo-lhes as modificações que julga necessárias, isto é, domina a natureza. E esta é a diferença essencial e decisiva entre o homem e os demais animais; e, por outro lado, é o trabalho que determina essa diferença (ENGLES, 1976, p. 215).

Essa relação esclarece o processo de dominação homem e natureza que se constitui elemento para a apreensão da relação que a sociedade estabelece com o meio ambiente, bem como traz o(s) porquê(s) dos debates acerca da problemática ambiental no século XX. No próximo subitem será esboçado o surgimento das preocupações ambientais em nível mundial, em que o tema passa a se constituir em pauta política, principalmente a partir de conferências mundiais, em que tentam conjugar meio ambiente e desenvolvimento, trazendo a questão socioambiental em debate.

1.1.1 O surgimento das preocupações ambientais em nível mundial

A história registra que as preocupações ambientais em nível internacional iniciam-se com a discussão dos obstáculos criados ao modo histórico da utilização e da apropriação da natureza, quanto à escassez de produtos renováveis; ao despejo e tratamento dos resíduos

industriais; ao consumo não sustentável; ao peso comercial pela exigência de certificações de qualidade; à gigantesca lacuna entre desenvolvimento e pobreza; e à intensidade e frequência de desastres denominados naturais.

Todos esses elementos irão sinalizar os impactos de ordem econômica, política e social decorrentes da degradação ambiental. Como bem lembra Silva (2010, p. 83), “a ideia de que o planeta estaria caminhando para uma catástrofe irreversível se a degradação ambiental não fosse controlada, imediatamente, adquire visibilidade indiscutível”.

Fruto dessas preocupações, irá surgir, principalmente a partir dos anos 1960, segundo Leis (1996, p. 20), a chamada revolução ambiental norte-americana, a partir da qual irá crescer a preocupação da população com os problemas de degradação ambiental. Nos anos posteriores essa preocupação expandir-se-á para os demais países, chegando à América Latina nos anos 1980, já com o chamado ambientalismo.⁹

[...] o ambientalismo constitui um amplo movimento histórico de alcance global e importância prática no processo de redefinição do caráter da política mundial. Outrossim, assume-se que o ambientalismo constitui uma ideologia [...], pode ser contextualizado junto às clássicas ideologias do liberalismo, conservadorismo e socialismo.

Conforme análise de Moraes (1997) e Leis (1996), as preocupações ambientais apresentam três tendências: o naturalismo, o tecnicismo e a ecologia globalizada. Essas tendências irão materializar-se sob a forma das perspectivas, das ações e de definição de políticas.

No naturalismo os problemas ambientais não têm sentido histórico, mas meramente natural. Essa tendência servirá de parâmetro das ciências biológicas e irá influenciar as interpretações, das quais todas as relações são naturalizadas. Ou seja, as preocupações ambientais devem ser guiadas pelo entendimento de que a natureza age independentemente do homem e das relações estabelecidas em sociedade.

⁹ Termo utilizado para caracterizar o nascimento do movimento ambiental moderno, que se transforma num movimento multissetorial que vai agregar desde organizações e grupos que lutam pela preservação ambiental, até agências governamentais, cientistas, processos de gestão em empresas etc. Ver Leis (1996), Vieira (1992), Moraes (1997) e Viola (1995).

A segunda tendência tem no tecnicismo as soluções para a degradação ambiental, o manejo e a gestão dos recursos naturais. Essa perspectiva ignora os aspectos políticos, econômicos e sociais, privilegiando a tecnologia e a supremacia da ciência para resolver os problemas ambientais.

E a terceira tendência, caracterizada como ecologia globalizada, se ramifica em noção de crise ecológica pelo risco de colapso ambiental e em noção socioambiental que tenta resgatar a ligação entre fatores econômicos, políticos, sociais e ambientais.

Essas tendências irão atravessar vertentes conservadoristas, preservacionistas e modernas.

As vertentes conservadoristas e as preservacionistas farão parte do movimento ambiental tradicional, em que o eixo de preocupação da primeira será a conservação da contribuição dos recursos naturais e da segunda, a generalização das atividades humanas como perversa ao ambiente, facilitando a reprodução da lógica individualista, ou seja, os fenômenos de degradação ambiental precisam ser preservados da intervenção humana. Além disso, chega-se à noção de crises ecológicas e ameaças, em que irá se consolidar um ambientalismo pragmático para a preservação ambiental (LEIS, 1996; MORAES, 1997).

E a vertente moderna fará parte do ambientalismo multissetorial, o qual se torna extremamente complexo e inclui temas transversais. Complexo por incorporar interesses de vários setores: população, organizações não governamentais, agências estatais nas três esferas (federal, estadual e municipal), cientistas, profissionais, empresas, partidos, religiões, educadores. Enfim, o tema ambiental será capturado como não sendo mais a especificidade de um movimento, mas de muitos setores. O tema transversal, como inclui diversos setores, traduzirá as questões que envolvem as condições civilizatórias atuais, como questão de gênero *versus* pobreza, ambiente *versus* desenvolvimento, entre outros. Segundo Leis (1996, p. 109), “não se falava mais em proteção ambiental de forma isolada, mas de como atingir um novo estilo de desenvolvimento que a atenda de forma apropriada”.

Esse esboço situa o movimento ambientalista trazendo elementos importantes para localizar a discussão da temática ambiental e o entendimento da configuração em que o tema torna-se objeto de interesses público e privado, das mais diferentes vertentes em nível internacional.

Registra-se que foi a partir dos anos 1990 que o ambientalismo não mais fará o papel de denunciador, mas de restaurador com a busca de alternativas para a conservação do que existe. Essa configuração

canalizará as contradições entre Estado e sociedade civil, por exemplo. Têm-se, de um lado, o Estado resistindo a reconhecer a problemática ambiental e, de outro, a sociedade civil “denunciando” a degradação ambiental e forçando, por meio dos movimentos ambientalistas, ações que terão repercussões mundiais e que estarão cooptadas por meio de vertentes que caracterizarão os dissensos dentro das distintas posições e nas relações políticas estabelecidas internacionalmente.

O resgate histórico, no cenário mundial, aponta os anos 1960 como o início das discussões tímidas acerca da preocupação com o meio ambiente. Foi na verdade nas décadas seguintes, de 1970 a 1980, que se intensificou a preocupação internacional não com a problemática ambiental em si, mas com os limites do desenvolvimento do planeta em decorrência da degradação ambiental.

Com isso serão introduzidos termos como ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, biodiversidade, PIB Verde, entre outros, os quais expressarão, sob diferentes enfoques, “preocupações” ambientais.

Tais preocupações podem ser apresentadas dentro de uma cronologia em dois momentos históricos do debate ambiental contemporâneo. O primeiro, com início nos anos 1930 até início dos anos 1960, expressando a preocupação social com a degradação ambiental, o qual não ultrapassava a escala local. O segundo, a partir de 1962 até os dias atuais, com a configuração de movimentos ambientalistas que fomentavam não apenas ações pontuais, mas em escala global, como já mencionado.

Nos anos 1970 e 1980 a discussão do tema ambiental vem com propostas de sua inclusão em agendas políticas, as quais foram marcadas pelos trabalhos da Comissão Brundtland e pelo surgimento de partidos verdes, os quais irão relacionar o tema ambiental ao tema do desenvolvimento socioeconômico (LEIS, 1995, 1996; LOUREIRO, 2002; SILVA, 2010).

Por isso se diz que nos anos 1980 e 1990 se intensificou a preocupação internacional com os limites do desenvolvimento do planeta em decorrência da degradação do meio ambiente, em que o uso crescente de termos como “desenvolvimento sustentável”, “biodiversidade”, entre outros, sob formas diversas, aponta para a “preocupação” ambiental no contexto das transformações societárias.

Isso quer dizer que os problemas ambientais até a década de 1960 eram predominantemente vistos como acessórios do desenvolvimento. A poluição e os impactos ambientais do desenvolvimento desordenado, embora visíveis, eram considerados um “mal necessário”, haja vista os

benefícios proporcionados pelo progresso. Nos anos subsequentes, e principalmente nos anos 2000, ou seja, início do século XXI, demarcam-se os limites desse pensamento, de onde a construção da definição de questão socioambiental surge.

Segundo Leis (1995, p. 50), a questão socioambiental foi permeada por uma visão conciliadora entre a continuidade da expansão econômica e do desenvolvimento e os problemas sociais e ambientais que, por ora, vinham atravancar esse processo. O movimento ambientalista definiu questão socioambiental como sendo um

[...] fenômeno associado aos desequilíbrios sistêmicos ocasionados pela persistência de padrões reducionistas de regulação da dimensão econômico-política da vida social e pela natureza exponencial das curvas globais de crescimento demográfico. Esses desequilíbrios respondem pelo agravamento tendencial do volume de impactos destrutivos gerados pela ação antrópica sobre o funcionamento dos sistemas ecossociais, numa escala mais e mais planetarizada e capaz, dessa forma, de comprometer as próprias condições de sobrevivência da espécie.

Para tanto, é necessário, para a compreensão das questões socioambientais, saber que o modo de produção capitalista em seus vários ciclos é um dos geradores dos inúmeros dilemas. Esses dilemas dizem respeito à produção de bens e consumo e ao envolvimento de economias do mercado internacional, ditando o livre-comércio, acelerando as relações comerciais, expandindo os meios de comunicação e estimulando a produção e a tecnologia, as questões antagônicas do crescimento econômico (o aceleração da miséria, a superprodução e a desigual distribuição de renda) e inúmeras expressões da questão social (desemprego, violência, déficit em saúde pública, pobreza e consequências da degradação do meio ambiente).

Não se atendo aqui a discorrer sobre as várias teorias do desenvolvimento, mas apenas a situar o processo histórico em que o termo “desenvolvimento sustentável” entra em cena, vale resgatar que a adoção de distintas concepções de natureza no âmbito das lutas ambientalistas por diferentes movimentos, de certa forma, conferirá um caráter ideológico ao ambientalismo, bem como um dissenso nas discussões sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

Portanto, com base nas obras de Montibeller Filho (2004), Coutinho (2009) e Silva (2010), uma breve explanação sobre desenvolvimento e sustentabilidade será realizada.

Iniciando-se por desenvolvimento entendido popularmente como progresso e melhoria, esse foi utilizado por organizações internacionais para instaurar a noção de processo evolucionista e uma divisão de classes. A partir disso surgem classificações em várias esferas, por exemplo, na esfera política surgem os “países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos”. Nela aparecerá a terminologia “terceiro mundo” que várias teorias tentarão explicar, indicando os caminhos do desenvolvimento e dos problemas do subdesenvolvimento, classificando os Estados-nação conforme o seu desenvolvimento político, econômico, social, cultural, entre outros.

A sustentabilidade, entendida como sendo uma posição para incluir nos vieses do desenvolvimento as necessidades sociais e problemáticas ambientais, é considerada imprecisa: “o discurso da sustentabilidade ganha ampla repercussão desde os organismos internacionais aos agentes locais, configurando uma efetiva ideologia” (SILVA, 2010, p. 177). Muito embora tenha nascido do movimento ambientalista e sido construído durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, segundo autores como Montibeller Filho (2004), Coutinho (2009) e Silva (2010), o termo, juntamente com o desenvolvimento, irá aglutinar inúmeras interpretações, quando pressupõe as definições de ecodesenvolvimento e mais tarde de desenvolvimento sustentável.

As definições de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável são originárias das discussões da temática ambiental em nível internacional, em que o marco pode ser considerado a Conferência de Estocolmo. Primeiramente porque essa Conferência foi o primeiro evento em nível mundial para a discussão das questões ambientais. Segundo porque o evento contou com a participação de 113 países, mais de 400 organizações não governamentais (ONGs) de todo o mundo. E terceiro porque dela culmina a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA),¹⁰ que, a partir de então, além da

¹⁰ PNUMA é o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, estabelecido na Conferência de Estocolmo, em 1972. É uma “agência do sistema nas Nações Unidas (ONU) responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável [...], dispõe de uma rede de escritórios regionais para apoiar instituições e processos de governança ambiental e, por intermédio, desta rede, engaja uma ampla gama de parceiros dos setores governamental, não-governamental, acadêmico e

difusão de termos e definições, também traçará compromissos entre os países mundialmente.

A disseminação do termo “ecodesenvolvimento” tenta traduzir preocupações com os aspectos sociais, econômicos e ambientais de forma intrínseca. De acordo com Sachs (1981, p. 14), uma das principais disseminadoras da discussão, “trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e das gerações futuras a possibilidade de se desenvolver”.

Dentro dessa concepção, Sachs (1993) vai indicar cinco dimensões do ecodesenvolvimento: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Por sustentabilidade social considera-se que o desenvolvimento deveria atentar para os problemas da pobreza, das desigualdades, entre outros. Nas palavras da autora: “[...] o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não-materiais” (p. 25). Sustentabilidade econômica é definida por uma “[...] alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado” (p. 26). Sustentabilidade ecológica é compreendida como a preservação das fontes de recursos energéticos e naturais. A sustentabilidade espacial significa uma relação mais equilibrada entre campo e cidade. E, por fim, a sustentabilidade cultural traduziria “[...] o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e cada local” (p. 27).

[...] com o termo ecodesenvolvimento [...]

privado em torno de acordos ambientais multilaterais e de programas e projetos de sustentabilidade [...]. Dentre as principais áreas temáticas de atuação do PNUMA no período 2010-2011 estão as mudanças climáticas, a gestão de ecossistemas e biodiversidade, o uso eficiente de recursos e o consumo e produção sustentáveis e a governança ambiental. Nestas áreas, o PNUMA procurará contribuir para o diálogo entre os gestores públicos, atores da sociedade civil, do setor privado e acadêmico [...]” (ONU BR, 2009). Os movimentos sociais podem ser entendidos como ações coletivas que combinam a defesa de interesses. Manuel Castells, principal influência teórica nos estudos produzidos sobre os movimentos sociais no Brasil, nos anos 1970 e 1980, define movimentos sociais como “ações coletivas propositivas as quais resultam, na vitória ou no fracasso, em transformações nos valores e instituições da sociedade” (CASTELLS, 1997, p. 3). Outra vertente traz o movimento social como ação dos homens na história. Essa ação envolve um fazer e um pensar, portanto as lutas sociais conferem movimentos. Nessa linha, “Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil” (GOHN, 1999, p. 44). Ver também Scherer-Warren (1987).

buscava-se caracterizar-se uma ‘idéia-força’ que fosse capaz de direcionar, de forma criativa, iniciativas de dinamização econômica sensíveis aos fenômenos da degradação do meio ambiente e da marginalização social, cultural e política. Pensava-se inicialmente nos desafios suscitados pela situação característica das zonas rurais dos países em desenvolvimento. Esta concepção essencialmente antitecnocrática [...] preconizava uma gestão mais racional dos ecossistemas locais [...]. Desta perspectiva, [...] o crescimento econômico e a preservação do uso ecologicamente sustentado dos recursos naturais e do espaço corporificam duas dimensões passíveis de serem integradas (LEIS, 1995, p. 54).

Segundo Leis (1995, p. 20), a proposta de Sachs é de integrar a problemática ambiental às demais esferas que envolvem o desenvolvimento, refletindo uma iniciativa do movimento ambientalista da época, apontando “[...] que o ambientalismo constitui um amplo movimento histórico de alcance global e importância prática de redefinição do caráter da política mundial. [...] o ambientalismo pode ser contextualizado junto às clássicas ideologias do liberalismo, conservadorismo e socialismo [...]”.

Essa questão é importante para poder situar a mudança do termo “ecodesenvolvimento” para “desenvolvimento sustentável”, sugerido e ultimado na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland, como ficou conhecida), em 1987. A proposta de mudança publicada no relatório “Nosso Futuro Comum” foi justificada da seguinte forma:

[...] o primeiro volta-se ao atendimento das necessidades básicas da população, através da utilização de tecnologias apropriadas a cada ambiente e partindo do mais simples ao mais complexo; o segundo enfatiza o papel de uma política ambiental, a responsabilidade [...], o conceito desenvolvimento sustentável [...] foi colocado como um novo paradigma, tendo como princípios: - integrar conservação da natureza e desenvolvimento; - satisfazer as necessidades humanas fundamentais; - perseguir equidade e justiça social; - buscar a autodeterminação social e

respeitar a diversidade cultural; - manter a integridade ecológica (MONTIBELLER FILHO, 2004, p. 50).

A mudança é significativa, muito embora seja próxima, visto que a dimensão ambiental envolve outras esferas. O segundo termo, porém, vem reforçar o desenvolvimento como inseparável dos recursos naturais, levando a discursos imprecisos e diversas apropriações.

Para o autor, não há apenas a transferência de termos, mas de sentidos. Assim, é possível encontrar um sentido para o desenvolvimento sustentável na perspectiva de negócios, em que se considera apenas uma das cinco dimensões: sustentabilidade social, econômica, cultural, espacial ou ambiental, defendida pelo movimento ambientalista e incorporada pelo novo termo.

Segundo Leff (1996, p. 18), o termo “desenvolvimento sustentável” não tem uma definição consensual, na verdade provoca um discurso enviesado em que ambiente e crescimento econômico internalizam valores sociocultural, econômico e ambiental.

[...] o desenvolvimento sustentável reconverteu o sentido crítico do conceito de ambiente em um discurso voluntarista, proclamando que as políticas neoliberais haverão de conduzir-se aos objetivos do equilíbrio ecológico e justiça pela via mais eficaz: o crescimento econômico guiado pelo mercado.

Vê-se que o movimento ambientalista internacional produziu a noção pouco precisa sobre a relação sociedade e natureza e desenvolvimento e meio ambiente. Essa imprecisão, na atualidade, contribui, também, para a existência de várias vertentes sobre desenvolvimento e caminhos da sustentabilidade, representando ora uma tentativa de respostas à problemática ambiental, ora uma tentativa de articular a expansão capitalista com os ecos. Muito embora seja louvável o caminhar do movimento ambientalista ter pautado a discussão dos problemas ambientais e sociais em nível internacional, ainda se tem uma longa jornada, a considerar a revisão de um sistema desatento ao futuro das próximas gerações. A autora Maria das Graças Silva reforça essa posição:

O conceito de Desenvolvimento sustentável tem sido focado, majoritariamente, a partir de uma

visão tridimensional de desenvolvimento, na qual à eficiência econômica combinam-se requisitos de justiça social e de prudência ecológica [...]. Partindo desta base de entendimento, a questão da sustentabilidade passa a ser mediada por diferentes interesses econômicos e sociais, conferindo-lhes diversas perspectivas que oferecem respostas às questões nacionais ou globais, bem como as estratégias de enfrentamento da dimensão ecológica-ambiental [...]. Ora é defendida como estratégia de equacionamento da depredação do planeta pela via da compatibilização entre acumulação privada e preservação do meio ambiente, ora é entendida como princípio ético cujas possibilidades de realização encontram-se comprometidas diante do caráter destrutivo do sistema do capital (SILVA, 2010, p. 176).

Essas noções são de suma importância para a visualização dos porquês do discurso do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade e da forma como ganharam repercussão nas agendas políticas internacionais.

Não se constitui objetivo deste trabalho aprofundar cada evento que delimitou as políticas internacionais. A partir da revisão bibliográfica, elegeu-se a Eco-92 como referencial, primeiro por ter legitimado uma série de compromissos políticos entre nações com grande repercussão mundial, passando a consolidar o conceito de desenvolvimento sustentável; e segundo por ter sido sediada no Brasil, o que estimulou o debate ambiental no país.

A Eco-92 resultou em acordos para a redução da emissão de gases, entre outras ações, e contou com a assinatura de 154 países, sendo o Brasil signatário. A Eco-92 foi considerada um marco histórico na discussão dos problemas socioambientais em escala planetária e teve grande repercussão no Brasil. Como resultado temos as Convenções das Mudanças Climáticas (COPs), o Protocolo de Florestas, a Carta da Terra e a Agenda 21, entre outros.

A Agenda 21 é um dos produtos dessa Conferência que buscaram questionar sua inclusão em políticas globais, nacionais e locais, com um foco único voltado ao crescimento econômico. A Agenda 21 local ou nacional vem com o propósito de sensibilizar a população e as lideranças quanto aos desafios da construção de sociedades plurais,

justas e ambientalmente sadias, contribuindo para fortalecer as responsabilidades individuais e corporativas, sinais de cidadania planetária. Essas construções estão, na prática, sendo disseminadas como ações de desenvolvimento sustentáveis. Importante atentar que, da primeira Conferência aos documentos oficiais que resultaram em acordos, o tema “ecodesenvolvimento” fez parte da primeira Conferência em Estocolmo, sendo posteriormente utilizado o termo “desenvolvimento sustentável”.

A Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI. A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MMA, 2009).

No Brasil, a Agenda 21 foi oficializada em 2003 em um processo que compreendeu o período de 1996 a 2002. A caracterização da política ambiental brasileira pode ser descrita por meio de importantes marcos, ocorridos a partir da segunda metade do século XX, que influenciaram o curso das políticas ambientais no mundo e, conseqüentemente, no Brasil. Segundo Leis (1995), o desenvolvimento teve três óticas em relação à questão ambiental: a ótica corretiva (preponderante nos anos 1970), a ótica preventiva (preponderante nos anos 1980) e a ótica integradora (característica dos anos 1990, que fornece a base teórica para a elaboração das ações políticas ambientais atuais).

A política ambiental brasileira se desenvolveu de forma tardia, se comparada às demais políticas setoriais do país, e basicamente em resposta às exigências do movimento internacional ambientalista. Isso pode ser explicado pela visão governamental da época de que a proteção ambiental não deveria sacrificar o desenvolvimento econômico do país, constituindo os principais entraves para a inserção do componente da sustentabilidade no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Considerando que a sociedade civil não é um espaço homogêneo, e sim um espaço contraditório de representação de diferentes interesses de classes, evidenciam-se os embates entre Estado e sociedade civil e as políticas que acabam por atravessar o limite do capitalismo, denotando contradições entre capital e trabalho, permeadas pelas concepções de homem e de mundo.

Desse processo tem-se que no âmbito social são incorporadas também questões ambientais que, no século XXI, passam por crises de identidade, buscando situar-se entre a mobilização e a proposição, entre a parceria e o conflito, sem poder para inferir na definição de políticas públicas. O Estado passa a ser percebido como um campo de ação pouco ágil, contaminado pelos vícios da burocracia, que diminui a sua eficiência, apesar de apresentar importante função reguladora. Além de haver forte tendência a priorizar-se a sociedade civil em detrimento dos aparelhos do Estado na busca de soluções para os problemas sociais, entre eles a questão socioambiental, ignora-se a importância da compreensão do Estado como totalidade (governo e sociedade civil) e das instituições governamentais como mediadoras das relações na sociedade e potencializadoras da democracia.

Isso traz ao tema “socioambiental” tamanha complexidade e um campo de disputas ideológicas, políticas, econômicas e técnicas, em que transitarão desde lutas sociais urbanas, agrárias, rurais, até áreas do conhecimento, agências multilaterais, organizações não governamentais, que de certa forma irão direcionar a multiplicidade de compreensões e posições. Tal multiplicidade confere, assim, sentidos e matizes distintos, levando a uma diversidade de entendimento da natureza, do meio ambiente, de questões socioambientais (MATTEDI, 1999; SILVA, 2010).

Diante do exposto, formula-se que as contradições sociais e ambientais existentes nas discussões das questões socioambientais têm o desenvolvimento e a sustentabilidade como defesa de serem eles os propulsores para melhorias nas condições de vida e como estratégias de enfrentamento aos problemas ambientais. Nesse sentido, chega-se à indicação de que o tema ambiental sugere reflexões críticas em vários segmentos, e não diferentemente no Serviço Social. De acordo com Loureiro (2008, p. 28),

[...] a busca, no ambientalismo, de novos padrões civilizacionais ecologicamente aceitáveis, ao incorporar necessárias e fundamentais dimensões inerentes à discussão sociedade-natureza, está

desconsiderando a análise crítica e histórica de aspectos fundamentais do modelo societário vigente. Logo, para ganhar em consistência, a díade teoria social/questão ambiental precisa incorporar o caráter crítico das relações na sociedade, tanto quanto desta com a natureza.

A direção dada pelo autor enfatiza a necessidade do enfrentamento das discussões acerca das chamadas questões socioambientais, tendo presentes as contradições que envolvem os problemas sociais e ambientais, os conflitos, as correlações de forças, enfim, os interesses antagônicos do sistema vigente. Nesse sentido, reforça o caminho para a não repetição de discursos equivocados, a exemplo do ambientalismo moderno, que, ao descontextualizar os problemas do nosso século, vai legitimar o cooperativismo internacional e defender soluções individuais e comportamentais. Com isso prevalecem interpretações que descolam a historicidade dos problemas ambientais e sociais, fazendo com que a simples junção socioambiental mascare mecanismos da reprodução da lógica destrutiva do modo de produção capitalista.

É no contexto de inúmeros “dissensos” que envolvem a discussão ambiental que as situações de desastres socioambientais na atualidade também emergirão, trazendo implicações sociais, econômicas e políticas que transitarão tanto em âmbito internacional quanto no Brasil. Portanto, no item a seguir, resgatam-se fundamentos para a discussão dos desastres socioambientais na contemporaneidade.

1.2 DESASTRES NATURAIS OU SOCIOAMBIENTAIS

A revisão na literatura identificou que a busca por explicações científicas sobre desastres é do século XX. Segundo Mattedi e Butzke (2001) e Baker (2002), foi a partir do estudo realizado por Prince em 1920,¹¹ quando ele analisava o grande incêndio em 1917 na cidade de Halifax, no Canadá, provocado pela colisão entre dois navios que gerou a explosão de um suprimento de munição atingindo mais de 10 mil

¹¹ Essa produção refere-se a um estudo clássico na área da Sociologia apresentado como tese de doutorado na Universidade de Columbia (BAKER, 2002; MATTEDI, 2001).

pessoas (feridos e mortos), além de 25 mil desabrigados, que se observaram, além dos aspectos negativos, também os aspectos positivos, principalmente para o desenvolvimento da cidade. Nesse sentido, o termo “desastre” passa a ser objeto de estudo científico.

os estudos desenvolvidos neste período consideravam os desastres como exemplos de “patologia social”, e sua ocorrência era vista como a oportunidade de estudar a estrutura social de uma comunidade em condições “anormais” ou “distorcidas”. Estes primeiros estudos eram esporádicos, realizados por pesquisadores isolados que utilizavam técnicas de observação e de entrevistas não padronizados (FRITZ, 1965 apud MATTEDI; BUTZKE, 2001, p. 7).

Ainda em termos históricos, Mattedi e Butzke (2001, p. 7) lembram que a institucionalização de estudos sobre desastres e seus impactos foi efetiva somente após a Segunda Guerra Mundial. Na década de 1950 houve a formação de vários organismos governamentais americanos que promoveram programas de estudos na área.

Na década de cinquenta constituiu-se um programa planejado de estudos, promovido e subvencionado por vários organismos governamentais americanos. Nesse sentido, no ano de 1950, o National Opinion Research Center da Universidade de Chicago iniciou um programa de pesquisa em várias comunidades americanas afetadas por Desastres. Em 1952 o National Academy of Sciences e o National Research Council criaram o Committee on Disasters Studies, transformando, em 1963, no Disasters Research Center – DRC junto à Universidade de Ohio [...].

Em 1971, por exemplo, com a criação da United Nations Disaster Relief Organization (Undro),¹² que irá incorporar mais tarde a

¹² Em 1992, a Resolução 46/182 estabelece a incorporação da Undro e de outros órgãos de assistência, e cria a ISDR (International Strategy for Disaster Reduction) dentro do DHA. O DHA conta com dois órgãos: United Nations Office for the Coordination of Humanitarian

International Strategy for Disaster Reduction (ISDR), órgão responsável pelas estratégias mundiais de redução de desastre, os estudos e as explicações dos desastres incluirão os fatores sociais e econômicos, as vulnerabilidades e os riscos (STEPHENSON, 1994).

No contexto da América Latina foi criado na década de 1980 o Centro Regional de Informações sobre Desastres (Crid), o qual incentiva a pesquisa, muito embora no Brasil ainda haja pouca publicação. A definição adotada pelo Crid não é muito diferente daquela formalizada pelo ISDR, mas fará distinção entre as classificações “desastre natural” como terremoto, inundação; desastre provocado pelo homem como guerra; e “desastres tecnológicos” como aqueles derivados de acidentes envolvendo substâncias químicas ou equipamentos perigosos (CRID, 2001).

A mitigação dos efeitos dos desastres envolve com frequência órgãos supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Os seus diferentes organismos dependem de definições que vão além de meras classificações. A condução de ações deve ser justificada, preferencialmente, nas diferentes dimensões que o fato apresenta. Nos anos 1980, chegou-se a argumentar, por exemplo, que os desastres deveriam ser definidos como “atualização da vulnerabilidade do sistema social” (PELANDA, 1981), ou ainda, pela ideia de “recuperação”, pois um evento que não exigisse recuperação não seria um desastre (BATES et al., 1989).

Mesmo assim, a possibilidade de um conflito armado vir ou não a constituir-se um desastre não é consensual, conforme afirma Quarantelli (1995). Na pesquisa científica, portanto, a distinção “natural” e “não natural” para os desastres se mantém, enquanto que os órgãos de apoio e ação se mostram mais favoráveis ao conceito genérico.

Geralmente são os efeitos e as consequências dos fenômenos extremos que vêm, principalmente no século XX e XXI, dar espaço a termos como “desastres”, “catástrofes”, “tragédias”, calamidades, enfim, comumente usados para tentar classificar o grandioso problema que os

Affairs (OCHA) e International Strategy for Disaster Reduction (ISDR). O primeiro coordena as diversas entidades envolvidas em emergências. E o segundo está direcionado aos problemas relacionados aos fenômenos climáticos “el niño” e “efeito estufa”, e articula os problemas ambientais dentro das diferentes dimensões, propondo conceituações mais gerais. Ver Unece (2010) e Ocha (2010).

eventos extremos¹³ vêm denunciando da relação entre sociedade e meio ambiente.

Os primeiros estudos partiram das classificações de desastres para defini-lo, conforme a “taxonomia dos desastres”, como desastres naturais, desastres humanos (*man-made disaster*), desastres tecnológicos, desastres mistos, explicados pelo agente causador do desastre. Assim, o desastre, se for oriundo de ventos, a exemplo dos tornados e dos furacões, será denominado de desastre natural (KREPS, 1989).

O conceito de desastre é frequentemente associado a catástrofes, a fenômenos naturais extremos, a acontecimentos de grande magnitude que provocam perdas e danos muitas vezes irreparáveis. Há vários enfoques, situados dentro de alguns referenciais, com âmbito internacional, como o adotado pelo ISDR, e com âmbito nacional, como os adotados pela Defesa Civil.

No âmbito internacional, segundo a definição do ISDR, desastre é entendido como

Uma séria ruptura do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, causando perdas humanas, materiais, econômicas e ambientais expressivas (*widespread*) que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade em atender (*to cope*) com os próprios recursos (ISDR, 2004, p. 32).

Em se tratando de desastre envolvendo fatores da natureza, segundo a conceituação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem-se o entendimento de que desastre socioambiental pode ser explicado como originário de alterações intensas e graves e que ultrapassam a capacidade de resposta de determinada população.

Desastre é uma situação ou processo social que se desencadeia como resultado da manifestação de um fenômeno de origem natural, tecnológico ou provocado pelo homem, que ao encontrar

¹³ Eventos extremos ou adversos são fenômenos produzidos tanto pela relação natureza e natureza, quanto pela homem e natureza, desenvolvimento e meio ambiente, que, ao ocasionar consequências, serão chamados de desastre (PNDC, 2007).

condições propícias de vulnerabilidades em uma população, causa alterações intensas, graves nas condições normais de funcionamento da comunidade, representadas de forma diversa e diferenciada, por entre outras coisas, a perda da vida e saúde da população para atender os afetados e restabelecer as condições mínimas aceitáveis de bem estar e oportunidades de vida (PNUD, 2000, p. 29).

No âmbito nacional é denominado desastre não como um fenômeno natural, mas como resultado de um fenômeno, seja ele natural, seja ele causado pelo homem ou decorrente da relação entre ambos. E esse fenômeno é chamado de evento adverso ou evento extremo, em que seus efeitos podem ou não se tornar um desastre, dependendo das consequências, ou seja, da intensidade das perdas humanas, materiais ou ambientais.

Esse enfoque está explícito na doutrina brasileira de Defesa Civil, que define desastre como “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (BRASIL, 2007, p. 8).

As explicações vêm sendo publicizadas em vários momentos e revitalizadas principalmente com a incidência de desastres no mundo. A incidência de fenômenos naturais extremos, a exemplo, furacão, *tsunami*, enchentes seguidas de deslizamentos, entre outros, vem despertando a atenção do meio científico pela frequência e pela intensidade com que esses fenômenos vêm acontecendo, principalmente, a partir da década de 1970.

Em termos de frequência, conforme dados do EM-DAT (2007 apud MARCELINO, 2008, p. 10), a média de desastres ocorridos por eventos extremos oriundos da natureza, na década de 1970, foi de 90 eventos por ano, tendo um acréscimo de 260 eventos nos anos 1990. Nos anos seguintes, esse número, de acordo com o EM-DAT (2009), passou de 50 ocorrências por ano para 350 em 2008, ocorrendo 500 em 2005. E, quanto à intensidade, segundo essa mesma fonte, os prejuízos estimados são de aproximadamente cinco bilhões de dólares em 1975 e mais de 180 bilhões em 2008.

No Brasil, de acordo com The International Emergency Disasters Database (EM-DAT, 2009), entre 1999 e 2008 ocorreram pelo menos 49 grandes episódios de secas, inundações e deslizamentos de terra,

totalizando 5,2 milhões de pessoas atingidas, 1.168 óbitos e um prejuízo econômico de US\$ 3,5 bilhões. Dados da ONU apresentados pelo jornal “O Povo” (2010) revelam que no ano passado o Brasil foi o 13º país mais atingido por desastres naturais, com 5 milhões de pessoas afetadas principalmente pelas chuvas.

Os exemplos de eventos impactantes são muitos: as ondas de calor e as inundações que ocorreram em 2002 na Europa; o furacão Katrina nos Estados Unidos em 2004, em que os prejuízos atingiram 210 bilhões de dólares; o primeiro furacão extratropical que ocorreu no Brasil em 2005; a enchente do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, em 2008; o terremoto no Haiti e no Chile em 2009; a enchente de Nova Hamburgo, no Rio de Janeiro, em 2010, dentre tantos outros exemplos que poderiam ser citados.

Ainda de acordo com o EM-DAT (2009), o Brasil também se encontra entre os países do mundo mais atingidos por inundações e enchentes, tendo registrado 94 desastres no período de 1960 a 2008, com 5.720 mortes e mais de 15 milhões de pessoas afetadas (desabrigadas/desalojadas). Também houve surpresa em perceber que o Brasil, de acordo com a Defesa Civil Nacional, vem ao longo dos anos enfrentando situações de desastres de ordens variadas em todas as regiões, tendo como principais as inundações que abrangem as regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

A surpresa não é para menos, sendo o Brasil considerado país tropical e privilegiado por sua riqueza natural, cultivava-se a ideia ingênua de estar protegido dos efeitos e das consequências dos eventos extremos. Entretanto, no período de 1900 a 2006, conforme dados do EM-DAT (2009), foram computados 150 registros de desastres denominados naturais no país. Muito embora os registros do EM-DAT e da Defesa Civil tragam dados diferentes por conta de classificações e banco de dados distintos, resgatando os registros da Defesa Civil, tem-se, no período de 1980 a 2003, que o Estado de Santa Catarina, por exemplo, contabilizou mais de 3.373 desastres naturais (MARCELINO, 2008). De toda forma, sabe-se que os desastres denominados naturais tornaram-se não apenas “privilégio” de alguns países, mas frequentes na maioria deles.

As explicações desse aumento são divergentes. Entretanto, é unânime o fato de os efeitos e as consequências dos eventos extremos na sociedade produzirem impactos severos, resultando em mortes, desabrigados, perdas materiais e inúmeras outras consequências. Abaixo se encontra um exemplo do impacto do furacão Catarina, no Estado de Santa Catarina.

[...] o Furacão Catarina gerou mais de um bilhão de reais em prejuízos financeiros, ultrapassando o valor de um ano de arrecadação de algumas prefeituras. Alguns municípios ficaram incomunicáveis, sem acesso a água, luz e telefone por até uma semana. Foram danificadas 80% das escolas da região, deixando 40 mil alunos sem aula, alguns até por 15 dias, devido às escolas terem sido destruídas, ou pelo acesso a elas estar obstruído (CUNHA, 2004, p. 9).

Para alguns estudiosos, como Castro (1999), Cunha (2004), Puy e Aragonés (1994) e Hermann (2005), os desastres podem ser compreendidos como fenômenos oriundos da natureza, da ação humana ou mista. E, embora afirmem que os fatores conjunturais têm certa influência, assumem a posição de que o agente causador do desastre irá definir o tipo de desastre.

desastre é definido como resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais (CASTRO, 1999, p. 21).

Para outros autores,¹⁴ como Mattedi (2009), Valencio (2008), Santos (2007) e Leff (1994), a discussão dos desastres vai além do caráter natural e esses devem ser compreendidos não como mero fenômenos da natureza, mas como resultado da estreita relação entre desenvolvimento econômico, político, cultural e social com o ambiental, ou seja, como problema socioambiental. Tomando por base esses autores, será adotada neste trabalho a nomenclatura “desastre socioambiental”, por se considerar fruto da relação entre sociedade e meio ambiente, em que não há divórcio entre o social e o ambiental.

Dessa forma, apreendem-se os desastres como muito mais que um acontecimento produzido pela natureza, e sim como resultado de um fenômeno denominado de evento adverso que pode ser produzido pela

¹⁴ Os autores divergem de linhas teóricas, mas afirmam que a discussão dos desastres tem que vir a partir de abordagens macro, em que o social e o ambiental não são alheios entre si e muito menos nas relações estabelecidas no modo de produção capitalista.

natureza e/ou pela ação humana, e sua ocorrência associa-se às problemáticas socioambientais que contemplam três das mais relevantes dimensões: a social, a econômica e a política (FREITAS; CAMPOS, 2010a).

A seguir apresentam-se as abordagens que foram introduzidas por correntes sociológicas, estabelecendo importantes contribuições no que tange a referências analíticas e explicativas sobre desastre, trazendo a discussão das dimensões social, econômica e política. As abordagens referem-se aos pressupostos das vulnerabilidades sociais e da perspectiva de risco.

1.2.1 Abordagem das vulnerabilidades sociais e da perspectiva de risco

O termo “vulnerabilidade social” incorpora vários enfoques, mas, segundo Katzman (1999, p. 45), afirma haver consenso ao ser considerada a capacidade de enfrentar determinadas situações de risco.

[...] referindo-se, portanto, à maior ou menor capacidade de um indivíduo, família ou grupos sociais de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade.

Considerando as contribuições de Katzman (1999, 2001), tem-se que a vulnerabilidade social permite o enfrentamento das situações de risco. E, tomando as situações de desastres, essa abordagem vem introduzir a dimensão social. De acordo com a revisão bibliográfica, o termo surge como ruptura de correntes eminentemente tecnocráticas e de senso comum que consideravam os desastres a partir das causas que originam ou dos efeitos físicos que produzem.

Em virtude disso, diz-se que a compreensão dos desastres assumia uma dimensão estática, em que a contabilização estatística do número de vítimas, mortos e feridos, e desalojados é referência para sinalizar o desastre e seu impacto. Essa tendência é incorporada de certa forma pela abordagem das vulnerabilidades sociais, entretanto irá considerar não somente a causa ou o efeito, mas a conjugação desses dois indicadores.

Partindo da realidade brasileira diante de situações de desastre, são perceptíveis as ações de respostas, por exemplo, tomando as experiências advindas do furacão Catarina,¹⁵ fenômeno anunciado como desastre natural e explicado pela ação da natureza, ou seja, pelos ventos que o originaram e pelo número expressivo de danos materiais e humanos. O estudo do Geden traz alguns desses elementos:

Nos dias 27 e 28 de março de 2004 a região Sul de Santa Catarina foi afetada por um fenômeno atmosférico atípico, denominado de Furacão Catarina, que causou danos severos em diversos municípios catarinenses. O Grupo de Estudos de Desastres Naturais (GEDEN), que realizou o monitoramento 'in loco' durante a passagem do Catarina e o levantamento em campo dos danos, trata-o como fenômeno hídrico. Uma vez que este começou como um ciclone extratropical, a aproximadamente 1.000 Km da costa brasileira, e gradualmente adquiriu um formato circular em seu núcleo, com o aparecimento do 'olho', atingindo a costa catarinense e gaúcha com ventos característicos de furacão. [...] as áreas mais intensamente afetadas pelo Catarina foram as constituídas por população de baixa renda, com renda familiar de até dois salários mínimos (50%). [...] Os danos que predominaram na região foram principalmente os relacionados à perda parcial ou total das coberturas das edificações [...] (MARCELINO, 2003, p. 68).

Percebe-se que a forma de denominação e explicação dos desastres perpassa pelas indicações da constituição do fenômeno natural e dos seus efeitos. Essa tendência também respalda as explicações quanto ao ocorrido em novembro de 2008, no Vale do Itajaí, em que os mecanismos de avaliação do evento, em sua generalidade, tinham essa base.

Vulnerabilidade, nesse sentido, centra-se em avaliações micro e geralmente após o desastre. Muito embora, como bem afirma Mattedi

¹⁵ O furacão Catarina foi um evento ocorrido no Sul do país, em 2004. O estudo que realizamos sobre esse evento foi requisito do Curso de Pós-Graduação em Gestão em Saúde Pública (MARQUES; CAMPOS, 2009).

(1999, p. 32), tenha essa constituição, a abordagem das vulnerabilidades sociais, torna-se relevante por estabelecer nexos entre desenvolvimento socioeconômico e as situações de desastre e, também, perceber por que vem sendo utilizada para definir a capacidade da sociedade¹⁶ (comunidades) em responder aos impactos provocados pelos desastres.

[...] constitui um importante instrumento analítico para a caracterização das relações de reciprocidade estabelecidas entre modalidades de desenvolvimento socioeconômico e predisponibilidade a situações de emergência, pois reflete as relações existentes entre as condições de exposição pré-impacto e as condições de destruição pós-impacto. O conceito de vulnerabilidade tem sido empregado para caracterizar os fatores que influenciam a capacidade de resposta a uma situação de crise [...].

O que chama a atenção nessa abordagem é que irá trazer às explicações do desastre uma nova dimensão analítica, conjugando pelo menos quatro fatores: o evento em si, os impactos, a unidade social e as respostas (MATTEDI; BUTZKE, 2001). Entretanto, ainda não relaciona os aspectos históricos do processo de desenvolvimento econômico, descolando a discussão dos desastres da problemática socioambiental.

As publicações recentes do Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED/USAID, 2011, p. 845, tradução nossa) confirmam que “Reduzir a vulnerabilidade aos desastres naturais nos países em desenvolvimento é fundamental para manter os ganhos de desenvolvimento, reduzindo as perdas humanas e limitando a perpetuação da pobreza”. Isso quer dizer que, muito embora a abordagem das vulnerabilidades seja importante por revelar a forma como vêm sendo engendradas as relações entre sociedade e meio ambiente, na verdade é capturada e disseminada dentro de um discurso cunhado no campo comportamental, em que as soluções ficariam no âmbito micro. Ou seja, torna-se um elemento para legitimar mecanismos

¹⁶ Marx deu três sentidos ao entendimento de sociedade: sociedade humana; tipos historicamente existentes (a exemplo da sociedade feudal, capitalista); e qualquer sociedade particular. Também pode ser entendida como um conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade (BOTTOMORE, 2001).

da lógica destrutiva do capital, quando devolve ao campo individual a responsabilidade pelas consequências e pelos efeitos dos desastres, por exemplo.

Isso foi visível tanto no momento em que atuamos no desastre de 2004 (furacão Catarina) quanto no desastre de 2008 (enchente do Vale do Itajaí), em que as explicações pelo ocorrido reproduzem, de certa maneira, a culpabilização do “pobre” pela situação, fazendo com que os problemas socioambientais estejam exclusivamente ligados ao campo individual, e não a questões macro que envolvem os reflexos do desenvolvimento econômico, como desigualdades, ausência de políticas de prevenção, entre outros.

Ao resgatar dados do relatório mundial de desastres, publicado em 2009, tem-se o entendimento de que a abordagem das vulnerabilidades sociais é importante para garantir a continuidade do desenvolvimento. Vale lembrar que o desenvolvimento de um país é extremamente importante, a ressalva encontra-se na forma como esse desenvolvimento se produz e reproduz.

A redução da vulnerabilidade nos desastres equivale em muitos casos à promoção do desenvolvimento. Muitos anos de pesquisa ensinaram-nos que, para que o desenvolvimento seja duradouro, é indispensável ter em conta certos fatores ambientais, sociais e econômicos. Por exemplo, os riscos de saúde têm origem em fatores ambientais, sociais e econômicos, bem como em situações de extremo subdesenvolvimento ou em casos de desastre (RELATÓRIO MUNDIAL DE DESASTRES, 2009, p. 9).

Ou seja, a vulnerabilidade social assumiu um campo estratégico ao processo de desenvolvimento socioeconômico, e não uma necessidade de revisão do próprio sistema que a gerou.

Mattedi (1999), Macías (1992), Ribeiro (2001) e Valencio et al. (2003) reforçam que a noção de vulnerabilidade social dos desastres deve assumir abordagens analíticas que trazem a dimensão do social no entendimento de desastre, de forma integrada.

Parte-se neste trabalho de que os desastres precisam ser explicados não como acontecimentos meramente circunstanciais e de natureza socialmente incontrollável, mas sim como fenômenos intrínsecos e decorrentes da relação *entre sociedade e meio ambiente*.

Ou seja, os desastres como processos de ruptura social constituem o reflexo do tipo e do grau de preparação das sociedades para lidar com os riscos e os fenômenos, em grande parte por elas criados, na produção de um ambiente socialmente construído.

Assim, como dimensão relevante de uma teoria dos desastres, as *vulnerabilidades sociais* tornaram-se linhas de investigação sociológica e, conseqüentemente, uma área de conhecimento das políticas e das ações desenvolvidas no âmbito da prevenção e das respostas na área da proteção civil (MATTEDI, 1999).

Em nível internacional, por exemplo, essa abordagem foi adotada no Marco de Hyogo. O Marco, atualmente, se configura um instrumento que recoloca a questão das vulnerabilidades sociais em pauta na discussão da problemática socioambiental.

[...] 168 governos adotaram um plano de 10 anos para tornar o mundo mais seguro contra riscos naturais. O Marco de Hyogo é um plano detalhado para orientar os esforços visando à redução do risco de desastres ao longo da próxima década. Seu principal objetivo é, até 2015, ter reduzido bastantes prejuízos causados por desastres em termos de vidas humanas e vida social, bem como bens econômicos e ambientais das comunidades e dos países. O Marco de Hyogo oferece um conjunto de princípios orientadores, ações prioritárias e meios práticos para alcançar a resiliência de comunidades vulneráveis a desastres (EIRD/ONU, 2005, p. 2, tradução nossa).

Portanto, a abordagem das vulnerabilidades sociais vem sendo empregada como forma de fomentar ações de prevenção e respostas às situações de desastres. Ela também subsidiará órgãos, a exemplo da ONU, de acordo com o conceito da Estratégia Internacional para a Redução de Desastre (EIRD):

A vulnerabilidade caracteriza-se pelo potencial de danos e perdas relacionadas à concretização da ameaça, e de uma combinação de fatores a saber: as condições em que se apresentam os assentamentos humanos; a conscientização existente sobre esses perigos; a infraestrutura, as políticas e a administração pública; e as habilidades organizativas na gestão de desastres

(EIRD, 2003, p. 20).

Em âmbito nacional, essa abordagem também é referencial. A Defesa Civil brasileira incorpora a vulnerabilidade definida, nos seus marcos institucionais, como “o conjunto de características de um cenário, resultantes de fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais, entre outros, que aumentam a possibilidade de sofrer danos e prejuízos em consequência de um evento” (CASTRO, 1999, p. 123).

Os pressupostos da abordagem da vulnerabilidade social trazem os fatores de exposição das sociedades aos desastres, por meio da *perspectiva de risco*.

[...] reforça-se o pressuposto de que a condição de vulnerabilidade é, em si, o resultado dos processos e das relações sociais que definem o tipo e o estágio de desenvolvimento de uma sociedade e, nesta lógica, constitui-se como um conceito integrador da análise dos processos de risco-desastre (RIBEIRO, 2001, p. 3).

A perspectiva de risco, de acordo com Guivant (apud MATTEDI, 1999, p. 39), precisa ser explicada a partir do debate sobre a categoria “risco”, que, segundo o autor, possui duas vertentes de análise. A primeira, a partir da década de 1970, que se baseia em análises quantitativas, adotadas pela psicologia, pela epidemiologia, pelas engenharias etc., como “[...] predições estatísticas, estimações probabilísticas, análise de custo/benefício, avaliações psicométricas. A preocupação centrando-se na possibilidade de estabelecer estimativas”. E a segunda vertente surge nos anos 1980 por estudos advindos das Ciências Sociais, trazendo os elementos sociais e culturais para a discussão do risco.

Partindo dessa segunda vertente, afirma-se que atualmente o tema do risco é relevante e não há consensos. Tomando a discussão do risco¹⁷ nas Ciências Sociais, têm-se a abordagem culturalista, a sociedade de

¹⁷ Risco *versus* teoria social é uma discussão que vem na esteira dos processos de globalização, em que no século XX e na transição do século XXI diversas expressões caracterizam a fase globalizante do capital, como mundialização do capital, globalização, globalismo, internacionalização financeira, entre outros. Esse desdobramento Beck e Giddens denominam de sociedade de risco. Mas vale lembrar que, muito embora a expressão “risco” seja recente, já foi desenvolvida em outras épocas, a exemplo de Marx, quando falou em “teoria da crise”, e de Durkheim, quando utilizou o enfoque do risco nos estudos sobre o suicídio.

risco, a abordagem sistêmica e a abordagem da governamentalização. Não cabe aqui aprofundar cada uma delas, mas apenas situá-las:

A perspectiva culturalista do risco é profundamente marcada pela obra conjunta de Douglas e Wildavsky intitulada *Risk and Culture*. Estes autores iniciam a redação do seu livro com a seguinte questão: “Poderemos nós conhecer todos os riscos com que nos deparamos, no presente ou no futuro?”. A resposta de Douglas e Wildavsky (1982) a esta pergunta é taxativamente negativa, visto que o mundo é um local repleto de riscos insuspeitos. [...] segundo a teoria culturalista, está relacionada com aspectos de natureza cultural. A definição social dos riscos é culturalmente determinada (AREOSA, 2008, p. 4).

Ainda dentro dessa primeira abordagem do risco, para Thompson e Wildavsky (1982, p. 160), o risco é cultural ao considerar um produto social. Explicam os autores, pelo fato de as pessoas viverem e revelarem convicções distintas nos diferentes contextos sociais em que vivem, revelam também posições diferentes sobre o universo dos riscos. Portanto, defendem que há cinco formas distintas de percepções de riscos:

1 - indivíduos atemorizados (a vida é como uma lotaria, visto que os riscos estão fora de controle e a segurança é uma questão de sorte); 2 - burocratas (os riscos são aceitáveis enquanto as instituições têm rotinas para controlá-los); 3 - eremitas (os riscos são aceitáveis enquanto não envolvem a coerção dos outros); 4 - igualitários (os riscos deveriam ser evitados a menos que sejam inevitáveis para proteger o bem público); 5 - empreendedores (os riscos oferecem oportunidades e devem ser aceites na expectativa de obter benefícios).

De acordo com Areosa (2008), a abordagem culturalista, embora relevante para a teoria social do risco, sofre críticas, pois a explicação do risco não passa somente por aspectos culturais, mas por categorias muito mais complexas.

Além da abordagem cultural do risco, em meados da década de 1980, Ulrich Beck (1992) apresenta uma nova abordagem com o conceito de sociedade de risco, como forma de alertar sobre os riscos que as sociedades atuais enfrentam, principalmente, no que se refere aos riscos tecnológicos e ambientais. Beck (2000, p. 166) afirma que a sociedade de risco significa incertezas devido à impossibilidade de controle das consequências históricas que a civilização moderna enfrenta.

[...] com a destruição global da natureza, desenvolve-se um novo tipo de desafio para a Segunda modernidade, que eu denominei de a Sociedade de Risco. O problema principal da Segunda Modernidade é que todos os países, de uma maneira ou de outra, encontram-se simultaneamente diante desse desafio. Ou seja, as soluções políticas e econômicas dependem antes de tudo de uma perspectiva da imbricação global desses problemas e dessa simultaneidade.

Essa noção tornou-se referência no estudo contemporâneo do risco nas Ciências Sociais. O termo introduzido por Beck vai tentar explicar de que forma a modernização e as inseguranças decorrentes desse processo envolvem não apenas mudanças estruturais, mas também a transformação das relações entre estruturas sociais e seus agentes (BECK, 2000).

Outra abordagem do risco refere-se aos estudos de Luhmann (1993 apud AREOSA, 2008), cuja abordagem sistêmica distingue risco de perigo. Segundo Luhmann (1993 apud AREOSA, 2008, p. 9),

[...] podemos falar em perigo se as consequências ou prejuízos de um determinado acontecimento ocorrem de forma independente da nossa vontade, ou seja, se a origem do evento provier de fontes externas. Pelo contrário, podemos falar em risco quando determinados acontecimentos tiverem origem em decisões próprias. O autor recorre aos seguintes exemplos: Quem fuma aceita o risco de morrer de cancro, embora para quem inala o fumo dos outros o cancro deve ser visto como um perigo. Alguém que assume o risco de morrer num acidente de viação, por decidir conduzir a alta velocidade, transforma esta situação num

perigo para os outros automobilistas ou para os peões. Assim, a mesma ação pode ser um risco para uns e um perigo para outros. Apesar da distinção que Luhmann faz dos dois conceitos (risco e perigo), ele também acrescenta que ambos se encontram intimamente interligados.

E a abordagem da governamentalização foi tematizada por Foucault (1979 apud AREOSA, 2008). Muito embora esse autor não tenha se dedicado diretamente às questões relacionadas à noção de risco e tão pouco ligadas às situações de desastre, trouxe a indicação da governamentalização relacionada com as diversas formas de governação dentro das sociedades. É um conceito do campo político que facilmente se pode confundir com a própria ideia de política.

A governamentalização é entendida como a arte de governar. Essa noção está fortemente ligada ao conceito de poder e a quem e como o exerce. Foucault utiliza a governamentalização para interpretar as formas como os Estados são conduzidos por quem detém o poder, embora o autor também a aplique noutros contextos, nomeadamente na governação da família, de uma casa, entre outros (FOUCAULT, 1979 apud AREOSA, 2008).

A relação entre a governamentalização e o risco foi estabelecida por outros autores numa tentativa de explorar o risco no contexto da vigilância, da disciplina e da regulação das populações. Assim, a questão do controle social é um aspecto fundamental nessa corrente (AREOSA, 2008; MORAES et al., 2002).

De acordo com Areosa (2008, p. 12), o conceito de risco há muito se tornou um instrumento de controle social e de vigilância sobre o território e as populações.

Na governação das populações é importante ter presente alguns aspectos contingentes, nomeadamente quando é necessário gerir algumas conjunturas de risco. É preciso considerar que existem situações de risco conhecidas e desconhecidas, mas ambas podem afetar de igual modo as populações expostas. Existem riscos que só se tornam conhecidos quando os seus efeitos nocivos já afetaram diversas pessoas, por vezes, com conseqüências irreversíveis. Outro aspecto importante demonstra que a noção daquilo que consideramos ser arriscado é definido

historicamente, sendo também passível de evolução ao longo dos tempos. As percepções dos indivíduos ou grupos relativamente aos riscos são diversificadas, mesmo nas situações de risco mais conhecidas.

Visto que o debate contemporâneo das Ciências Sociais sobre o conceito de risco assume diferentes sentidos que, ao serem levados para a discussão dos desastres, são visíveis desde o próprio conceito de desastre até as ações e estratégias de enfrentamento, segundo Mattedi (1999, p. 60), a contribuição das diferentes explicações para o desastre e para a abordagem das vulnerabilidades sociais e da perspectiva de risco está em demonstrar que os desastres podem caracterizar-se como fenômeno anunciado e socialmente construído.

[...] a materialização dos riscos produzidos pela interação entre fatores naturais (características geográficas da região) e fatores sociais (sobrecarga assimilativa e regenerativa) ao longo do processo de desenvolvimento socioeconômico, que incidem simultaneamente tanto nas condições pré-impacto relativas às causas do evento, quanto nas condições pós-impacto relativas aos efeitos do evento. Esta propriedade multidimensional do conceito de situação de emergência decorre da integração dinâmica que se estabelece entre agente e impacto [...], ou seja, constitui um problema socioambiental.

Embora clássica, a classificação dos desastres quanto à tipologia em naturais, humanos e mistos vem sendo contestada por autores modernos, que tendem a rotular todos os desastres como mistos.

Lembrando-se da situação ocorrida em 2004, com o episódico do primeiro furacão na costa brasileira, e em 2008, com a enchente seguida de deslizamento no Vale do Itajaí, ambos no Estado de Santa Catarina, verifica-se que foram caracterizados pela Defesa Civil como desastres naturais, assim como a enchente no Rio de Janeiro e o terremoto no Japão, ocorridos em 2011. A classificação é consenso, e é explicada a denominação desastre natural em virtude de o agente causador ter sido um evento adverso originado da natureza.

Portanto, as explicações contemporâneas do que seja desastre vêm levantar outros aspectos para a discussão, como se podem ser

entendidos entre fenômenos naturais ou socioambientais, devido às revelações dos seus impactos quanto à relação intrínseca entre o natural e o social.

No item a seguir apresentam-se as implicações dos desastres, situando de que forma os pressupostos da vulnerabilidade e de risco em desastre vêm sendo incorporados nas ações de prevenção e respostas em âmbito mundial e por que existe uma relação estreita entre o natural (ambiental) e o social.

1.3 AS IMPLICAÇÕES DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Os desastres agravam as condições de vida da população, contribuem para aumentar a dívida social, intensificam as desigualdades regionais e as migrações internas, fazem crescer os bolsões e cinturões de extrema pobreza nos centros urbanos e afetam o desenvolvimento geral do país.

A vulnerabilidade aos choques climáticos está desigualmente distribuída. O furacão Katrina foi um poderoso sinal da fragilidade humana face à mudança climática, mesmo nos países ricos – especialmente quando os impactos interagem com a desigualdade institucionalizada. No mundo desenvolvido, a opinião pública mostra-se cada vez mais preocupada relativamente aos riscos climáticos extremos. Com cada inundação, tempestade ou onda de calor, a preocupação aumenta. No entanto, os desastres climáticos estão fortemente concentrados nos países pobres. Cerca de 262 milhões de pessoas foram anualmente afetadas por desastres climáticos entre 2000 e 2004, mais de 98% nos países em vias de desenvolvimento. Na Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) uma em cada 1.500 pessoas foi afetada por um desastre climático. A proporção comparável nos países desenvolvidos é de 1 para 19 – um risco diferencial de 79. Elevados índices de pobreza e baixos níveis de desenvolvimento humano limitam a capacidade dos agregados familiares

pobres de gerirem riscos climáticos (RELATÓRIO MUNDIAL DE DESASTRES, 2009, p. 45).

É importante frisar que a intensidade do desastre não depende apenas da magnitude do fenômeno adverso, mas, principalmente, do grau de vulnerabilidade do cenário do desastre e do grupo social atingido.

Sabe-se pelos registros recentes de desastres tanto no mundo, quanto no Brasil e mesmo no Estado de Santa Catarina vem trazer a dimensão da problemática ambiental sob a sociedade como algo gritante e a necessidade emergente da atuação do Estado com políticas socioambientais, bem como a participação social como forma de estimular mudanças diante as transformações societárias que vem afetando o conjunto da vida social (FREITAS; MARQUES, 2010, p. 4).

Isso sinaliza que a dimensão do impacto dos desastres na sociedade é gritante e vem requisitar novas posições profissionais, formações e debates, diante das demandas e dos desafios lançados aos profissionais que são acionados a intervir, bem como vem denunciar as contradições da relação da sociedade capitalista diante das questões socioambientais. O papel do Estado, por exemplo, na garantia de respostas adequadas em níveis local, estadual, nacional e internacional, em circunstâncias de desastres, é imprescindível, mas também é de suma importância a revisão do debate acerca dos desastres não apenas como questão ambiental, mas também como socioambiental.

Os debates encontrados na cena contemporânea sinalizam a emergência do tema e o direcionamento para se pensarem políticas de prevenção e de respostas. Atualmente, percebe-se que o direcionamento vem acontecendo no viés dos organismos internacionais, que trazem o enfoque do risco para direcionar as ações de prevenção e de respostas, com argumentos centrados na emergência de se pensarem os desastres, pois esses limitam o desenvolvimento econômico. Por meio dessa orientação, as ações de prevenção e de respostas realizadas sob esse prisma possuem o enfoque de uma gestão compensatória que responsabiliza a população ou o desígnio da natureza pelas explicações dos impactos dos desastres socioambientais.

Como destaca Hernandez Rosete (2001), o marxismo contribuiu para o entendimento dos desastres como um fenômeno social, mas, muito além da ação do homem em oposição à natureza, os desastres deveriam ser entendidos como fenômenos antropogênicos. Para esse autor, desastres são processos historicamente condicionados e sua prevenção é um problema de âmbito político. E dentro dessa perspectiva há uma interação entre desenvolvimento sustentável, redução de desastres, proteção ambiental e bem-estar social.

A Unesco (ONU, 1999, p. 24), entidade coordenadora do Capítulo 36 da Agenda 21, diz respeito à educação para a sustentabilidade como alternativa para lidar com as vulnerabilidades sociais *versus* os desastres.

A pobreza é, em parte, resultado da tendência atual de crescimento da população e constitui, ao mesmo tempo, uma ameaça para a dignidade humana e para o desenvolvimento sustentável. [...] Não se pode esperar que as pessoas que não conseguem cuidar de si próprias protejam o meio ambiente, já que são as necessidades que as movem a usar, eventualmente de maneira excessiva, os recursos que têm em mãos: terra, água, madeira, vegetação e qualquer outro elemento que as ajudem a satisfazer suas necessidades vitais.

Da mesma forma, o relatório apresentado pelo Brasil na Eco-92 enfatiza que

[...] os problemas de meio ambiente e as possibilidades de que se materialize um estilo de desenvolvimento sustentável se encontram diretamente relacionados com os problemas da pobreza, da satisfação das necessidades básicas de alimentação, saúde e habitação. [...] os problemas ecológicos traduzem iniquidades de caráter social e político (os padrões de relação entre seres humanos e a forma como está organizada a sociedade), assim como decorrem de distorções estruturais da economia (os padrões de consumo da sociedade e a forma como esta se organiza para satisfazê-los). O Brasil enfrenta não somente situações de degradação ambiental associadas

com “excesso” de desenvolvimento (poluição e desperdício de recursos), como situações caracterizadas por condições de “ausência” de desenvolvimento, ou de desenvolvimento perverso (pobreza e desigualdade socioeconômica) (BRASIL, 1991, p. 23-24).

Passa-se ao largo da noção de vulnerabilidade, pois a maioria das vítimas nos desastres são sempre os mais carentes de recursos (JASWAL, 2000). Ignora-se que essas mesmas pessoas constituem o foco permanente dos “programas de desenvolvimento”, os quais, por si mesmos, levam aos desastres ao desestruturar as formas tradicionais de vida em prol da moderna economia de mercado (STEPHENSON, 1994). Considerando que tais “programas de desenvolvimento”, calcados na racionalidade científica, quase sempre se voltam para as “intervenções”, para as “inovações” ou para a “reprodução de experiências” em novos contextos, não deveria surpreender o resultado em desastre, pois a única premissa válida das propostas é a inferência teórica de que o agente faz uso.

Logo, são os desastres, com seus impactos e magnitudes sociais, que repositionam as percepções, constituindo, por vezes, a rara oportunidade de manifesto legítimo de aflições há muito represadas. Todavia, a dimensão do acontecimento e a grandeza do clamor não são suficientes para promover transformações efetivas.

[...] para justificar a ambivalência entre aumento da riqueza gerada por esse padrão de desenvolvimento e a intensificação do poder destrutivo dos desastres consiste em assumir uma espécie de ‘fatalismo passivo’, e atribuir as causas à imprevisibilidade da ‘natureza’, a inoperância do ‘poder público’, ou aos ‘migrantes’, etc. Porém, quando avaliamos a história de mais de 150 anos de convívio com as inundações, constatamos a formulação e implementação de um elenco diversificado de programas e de ações que contempla tanto obras (barragens no alto vale, melhoramento fluvial na região de Blumenau e Gaspar, canais, diques e comportas localizadas em Blumenau, entre outras), quanto instrumentos de informação e gestão (sistema de alerta de cheias, defesa civil, cartas de enchente, estudos e pesquisas). Então, por que apesar da importante

aplicação de recursos públicos e do aumento do conhecimento para o gerenciamento dos desastres, verificamos a ampliação da destruição provocada pelas enchentes, escorregamentos e enxurradas na região? (MATTEDI et al., 2009, p. 15-16).

Essa questão do autor não é fácil de ser respondida, mas pode servir de pista. Uma dessas pistas está relacionada à diferenciação entre fenômeno meteorológico (natural) e desastre natural.

O contexto da América Latina e do Caribe aponta a existência de uma grande mobilização e liberação de investimentos após o desastre como forma de auxílio, e não como política instituída para o enfrentamento em situações de desastres. Por isso foi introduzida por vários organismos internacionais a necessidade de implementar ações que compreendam o ciclo de gerenciamento dos desastres: antes, durante e após, descortinado pela falta de preparação, legislação precária ou inexistente, cedendo, assim, espaço de preocupação em nível internacional e local.

No Brasil, os planos e os manuais de planejamento da Defesa Civil são os respaldos atuais. O enfoque brasileiro adotado no Manual de Defesa Civil (2004) concebe desastres naturais como fenômenos naturais que sofrem a influência de fenômenos sociais. E os impactos à sociedade podem ser minimizados se gerenciados dentro do enfoque de gestão de risco e visão interdisciplinar.

Muito embora no Brasil se tenha respaldo legal, por meio da Política Nacional de Defesa Civil, a dimensão institucional encontra-se alheia a sua existência. Segundo Negredo (2009, p. 168), “[...] dos 5.800 municípios brasileiros, 95% não dispõem de serviços de defesa civil. Ao longo dos anos, os municípios não deram a devida importância à organização de estruturas específicas para casos de desastres [...]”.

Para se ter ideia da gravidade, por meio de levantamento *on-line* junto aos municípios catarinenses, foi identificado até o desastre de 2008 que o único município a ter trajetória de trabalho estruturado em Defesa Civil era Blumenau. Isso implica afirmar que o Estado de Santa Catarina, a exemplo do que ocorreu com o desastre de 2008, reflete a ausência de políticas de prevenção e de respostas diante de situações de desastres.

Até a ocorrência do evento de novembro de 2008, nenhum administrador municipal do Vale do Itajaí preocupou-se verdadeiramente em dar à Defesa

Civil um papel de pólo irradiador de políticas preventivistas de desastres e de coordenação de medidas operacionais para o momento em que uma catástrofe extrapole a capacidade de resolução operacional do município. Em muitos municípios aguarda-se o evento, para depois pedir ajuda (NEGREDO, 2009, p. 168).

Outro documento oficial importante trata-se da Agenda 21. É o principal documento resultante da Conferência que apresenta um rol de programas que podem ser considerados instrumento fundamental para a elaboração de políticas públicas em todos os níveis e que privilegiem a iniciativa local. Nesse documento, questões como desenvolvimento sustentável, biodiversidade, mudanças climáticas, águas (doces e oceanos) e resíduos (tóxicos e nucleares) tornavam-se problemas do planeta e da humanidade e assumiam o novo centro da temática ambiental, abordados em seus capítulos. A Agenda, no entanto, não teve a força de lei das convenções. Além disso, sofreu com o denominador mínimo provocado pelo consenso exigido nos encontros internacionais, o que tornou o texto muitas vezes vago, sem prazos, sem compromissos (BORN, 2004).

Esses documentos oficiais respaldam as discussões acerca das ações de prevenção e de respostas, entretanto apontam lacunas quanto ao entendimento dos desastres como fenômeno socioambiental. Parte-se, neste trabalho, de que toda situação de desastre tem ligação estreita com as expressões da questão social, portanto envolve múltiplos fatores e requer, em sua abordagem, a participação de diversas instituições, profissionais, técnicos e aqueles que pelo desastre foram afetados. Portanto, a situação traz como exigência o trabalho interdisciplinar; além do mais, seria muito audacioso remeter a discussão dos desastres apenas por um saber.

1.3.1 A configuração de ações de prevenção e de respostas aos desastres: estratégia internacional (EIRD/ONU) e contexto brasileiro

Analisando os marcos legais e institucionais que vêm respaldando ações de prevenção e respostas diante de situações de desastre, identifica-se a formação de organismos internacionais que, por meio de comissões, vêm estruturando ações de enfrentamento aos desastres.

A exemplo da trajetória da América Latina, tem-se a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que tem se empenhado para lidar com os desafios do crescimento econômico e com a consolidação de sociedades plurais e democráticas.

Outro órgão internacional trata-se da ONU, por meio da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres nas Américas (EIRD), cuja finalidade é coordenar, promover e fortalecer a redução de riscos a desastres em nível global, nacional, regional e local. Dentre as atividades estão o fomento e a promoção de alianças e redes; a integração de políticas; a produção de materiais informativos e educativos; a comunicação com os atores da sociedade sobre prevenção de desastres; e campanhas para a implementação do Protocolo de Hyogo.

O Marco de Ação de Hyogo é o instrumento mais importante para a implementação da redução de riscos de desastres [...]. O objetivo é aumentar a resiliência das nações e comunidades diante de desastres, visando para 2015 a redução considerável das perdas ocasionadas por desastres, de vidas humanas, bens sociais, econômicos e ambientais (GASTAL, 1987, p. 13).

Como já mencionado, o Marco de Ação de Hyogo ou Protocolo de Hyogo entrou em vigor em fevereiro de 1995, foi ratificado por 190 países e voltou a repetir-se na cúpula climática de Copenhague, em dezembro de 2009.

O Marco de Ação de Hyogo (2000-2015) estabelece um arcabouço internacional para comprometer governos de todo o mundo a tomar medidas para reduzir as vulnerabilidades diante de “ameaças naturais”.

A Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas realizada em Dezembro de 2008 em Poznan, foi a primeira reunião da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC) que sublinhou a necessidade de medidas de adaptação essencialmente associadas à redução dos riscos. O documento de posição redigido pelos participantes preconizou uma ação concertada de quatro recomendações-chave: - Reconhecer a

necessidade e a pertinência de estratégias e de mecanismos de redução de risco como primeira linha de defesa contra os efeitos das alterações climáticas; - Tirar o máximo proveito de estratégias e mecanismos existentes no domínio da redução e da gestão de riscos; - Assegurar que os ambientes institucionais e os mecanismos de apoio regionais da CQNUAC em matéria de partilha de conhecimento, de desenvolvimento de capacidades e de apoio tecnológico se materializam em mecanismos, ferramentas e capacidades existentes em matéria de redução de riscos; - Ter em conta as consequências humanitárias das alterações climáticas, tomar as respectivas medidas de gestão e proteger a segurança da população mediante a redução sistemática dos riscos de desastres; - Garantir a disponibilidade de substanciais recursos adicionais, tanto humanos como financeiros para as atividades de redução e de gestão de riscos (MARCO DE AÇÃO DE HYOGO, 2009, p. 45).

Embora tenha essas indicações, o contexto da América Latina e do Caribe aponta a existência de uma grande mobilização e liberação de investimentos após o desastre como forma de auxílio, e não como política instituída para o enfrentamento em situações de desastres. Castro (2007, p. 5), ao discutir sobre segurança global, reforça:

[...] a Sinistrologia seja uma ciência de evolução muito recente, há bastante tempo os estudos epidemiológicos demonstram que, apesar do conceito de guerra total, da evolução da tecnologia armamentista e do imenso incremento dos arsenais bélicos, nestes dois últimos séculos, a soma dos danos e dos prejuízos causados por desastres naturais, humanos ou antropogênicos e mistos, ultrapassa de muito à dos provocados por todas as guerras. Desta forma, é inquestionável que a maior ameaça à sobrevivência e à incolumidade das pessoas é constituída pelos desastres.

Por isso pensar sobre as estratégias que vêm sendo adotadas em nível internacional e nacional se faz necessário. A seguir são

apresentados os nortes dados em nível internacional pelo EIRD e o enfoque brasileiro.

1.3.1.1 Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD/ONU)

A gestão de risco de desastre enfatizado pelo EIRD contempla a implementação de medidas preventivas que possam limitar o impacto de futuros desastres em termos de vidas humanas, meios de subsistência e de danos econômicos, chamado de mitigação (RELATÓRIO MUNDIAL DE DESASTRES, 2009).

A mitigação¹⁸ dos efeitos dos desastres envolve com frequência órgãos supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). E os impactos interrogam a sociedade por aquilo que (não) se fez antes (a prevenção), como por aquilo que (não) se faz durante (a gestão) ou depois (as transformações necessárias) (CASTRO, 2007).

Outro elemento importante defendido pelo EIRD encontra-se na caracterização da intensidade dos desastres pelo grau de vulnerabilidade dos cenários dos desastres e das comunidades afetadas do que propriamente pela magnitude dos eventos adversos. Isso pode ser visualizado pelo exemplo dado por Castro (2007, p. 8): “Terremotos com magnitudes de 6.5 graus na escala Richter provocaram as seguintes perdas humanas: - cinco óbitos, na Califórnia; - 20 mil óbitos, no Cairo; - 40 mil óbitos, na Armênia”. Essa evidência explicita que o impacto dos desastres se dá em função da vulnerabilidade minimizada, considerada pelo nível de preparação das sociedades locais.

Dessa forma, diante da constatação de que os desastres podem e devem ser minimizados, é adotada a abordagem das vulnerabilidades sociais e da perspectiva de risco.

Portanto, elegeu-se internacionalmente a noção de “redução”, pois as ações de “eliminar e erradicar desastres” *não* definiriam objetivos atingíveis. A redução dos desastres, no enfoque da EIRD, abrange os seguintes aspectos: prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres, resposta aos desastres e à reconstrução (CASTRO, 2007).

¹⁸ O termo “mitigação de desastres”, traduzido em português, expressa a minimização de desastres pela efetivação de ações de prevenção e de preparação em emergências e desastres (CASTRO, 2007).

O enfoque dado pelo EIRD encontra respaldo no Marco de Hyogo, que resume os resultados esperados, os objetivos estratégicos e as prioridades de ação, compreendendo o período de 2005 a 2015 para o aumento da resiliência¹⁹ das nações e das comunidades diante dos desastres (UNISDR, 2005, p. 20, tradução nossa).

Existe agora o reconhecimento internacional de que os esforços para reduzir os riscos de desastres devem ser sistematicamente integrados nas políticas, planos e programas para o desenvolvimento sustentável e para a redução da pobreza, apoiada através da cooperação bilateral, regional e internacional, incluindo parcerias. Desenvolvimento sustentável, redução da pobreza, boa governação e redução de riscos de desastres são mutuamente objetivos de apoio, e, para enfrentar os desafios futuros, os esforços de aceleração devem ser feitos para desenvolver as capacidades necessárias em nível comunitário e nacional para gerenciar e reduzir o risco.

O EIRD traz, em nível internacional, a discussão de temas transversais para a redução de risco aos desastres, fazendo relações entre desenvolvimento sustentável, proteção ambiental e pobreza. A partir disso se justifica a formulação de estratégias permanentes de redução de desastres.

O referido órgão também orienta a base dessas estratégias em nível nacional, as quais devem estar sob o trabalho integrado entre as políticas, os setores etc.

Apoiar a criação e o fortalecimento de mecanismos nacionais de desastres integrados de redução de risco, tais como plataformas nacionais, com responsabilidades específicas em nível nacional até o nível local para facilitar a coordenação entre os setores. Plataformas nacionais devem também facilitar a coordenação entre os setores, incluindo a manutenção de um

¹⁹ O termo “resiliência” surge na Física e atualmente é utilizado por outras áreas, a exemplo da Saúde, da Sociologia, da Psicologia. E significa a capacidade humana de superação de situações críticas, catastróficas, tirando pontos positivos dessas situações.

diálogo amplo com base em níveis nacional e regional para promover a conscientização entre os setores relevantes e integrar a redução de risco, conforme o caso, nas políticas de desenvolvimento e planejamento em todos os níveis de governo, incluindo nas estratégias as políticas setoriais de redução da pobreza (UNISDR, 2005, p. 9, tradução nossa).

Castro (2007, p. 7) aponta que o EIRD assegura a discussão do tema ambiental em nível internacional e vai trazer também elementos para se pensar a segurança global. Segundo o autor, “a segurança global da população fundamenta-se no direito natural à vida, à saúde, à segurança, à propriedade e à incolumidade das pessoas e do patrimônio, em todas as condições, especialmente em circunstâncias de desastres”.

Vê-se que a configuração das ações de prevenção e resposta em nível internacional, assegurada no Marco de Hyogo, oferece as bases para a redução dos riscos de desastres, envolvendo os Estados, as organizações internacionais e regionais, e propõe trabalhos interinstitucionais integrados, sendo a EIRD/ONU responsável por garantir a implementação do Marco de Hyogo.

1.3.1.2 Contexto brasileiro

No Brasil, as ações de prevenção e de respostas aos desastres que são os respaldos atuais estão em planos e manuais de planejamento da Defesa Civil. O enfoque adotado no Manual de Defesa Civil (2004) concebe desastres naturais como fenômenos naturais que sofrem a influência de fenômenos sociais. E, ao trazerem impactos à sociedade, esses fenômenos precisam ser minimizados e gerenciados dentro da gestão de risco, contemplando a intersetorialidade e uma visão interdisciplinar.

Muito embora exista um respaldo legal, por meio da Política Nacional de Defesa Civil, a dimensão institucional encontra-se alheia a sua existência. Por isso, no ano de 2010, motivada por inúmeros desastres que assolaram o país, a instituição vem sendo provocada a legitimar-se com ações ordinárias, e não somente após um desastre.

O arcabouço teórico e conceitual da Defesa Civil modificou-se de forma considerável. Inicialmente as atividades eminentemente de

resposta eram as que prevaleciam quando da ocorrência de desastres, com ênfase nos conflitos bélicos. Em seguida, a Defesa Civil avançou, passando a enfrentar as situações de desastres de forma mais ordenada, surgindo, então, a administração de desastres.

E recentemente surge a denominada Gestão Integrada de Risco e Desastres, cuja finalidade é a análise estratégica das vulnerabilidades do sistema receptor do evento adverso e dos mecanismos que podem ser utilizados visando à minimização dos danos e prejuízos (CASTRO, 2007).

Segundo Castro (2007, p. 9), a crise econômica da década de 1970, vivenciada no Brasil, teve grandes reflexos negativos sobre o processo de desenvolvimento social e sobre a segurança global em decorrência de desastre. O autor elenca alguns indicadores desses reflexos:

[...] deteriorar, ainda mais, as já precárias condições de vida e de bem-estar social de importantes segmentos populacionais; - intensificar as desigualdades e desequilíbrios inter-regionais e intra-regionais; - intensificar os movimentos migratórios internos, o êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades; - incrementar o desenvolvimento de bolsões de extrema pobreza no entorno das cidades de grande e de médio porte.

Numa breve retrospectiva, constata-se que, após muitas décadas de esforço, foram poucos os avanços alcançados na redução das vulnerabilidades da sociedade brasileira e, assim, em situações de desastres são ainda mais intensificados. E ainda de acordo com Castro (2007, p. 15), essa constatação vincula-se à ausência de percepção de risco, ao fatalismo e ao conformismo, bem como à ideia ingênua de conceber o Brasil como um país imune aos desastres socioambientais, mesmo tendo em registros frequências de secas, enchentes etc.

destaca-se o deficiente senso de percepção de risco, o fatalismo e o conformismo. [...] a maioria dos desastres brasileiros são de natureza insidiosa e por somação de efeitos parciais, os formadores de opinião pública não se aperceberam da importância dos mesmos e, apesar do número espantoso de mortes evitáveis, que ocorrem

anualmente, em consequência de desastres, difundiu-se um falso conceito de que o Brasil é um país relativamente imune aos desastres.

O referido autor traz muitas contribuições na área ao formular manuais de defesa civil, levantando nortes para a atuação do Estado e da sociedade diante de situações de desastre, além de várias outras obras em que analisa as estratégias utilizadas no Brasil para o enfrentamento. Entre essas obras está a discussão da segurança global, que, segundo Castro (2007, p. 6),

[...] relaciona-se também com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, definidos no artigo terceiro da Constituição Federal de 1988: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

É importante ressaltar que sinistrólogos brasileiros contribuíram para a incorporação desses conceitos na doutrina internacional relacionada com os desastres. Nos anos 1990, segundo Castro (2007), os sinistrólogos tinham como base de discussão, exclusivamente, os desastres naturais de evolução aguda, como ciclones e terremotos, e valorizavam de forma dominante a magnitude dos eventos adversos em detrimento das vulnerabilidades dos cenários e das comunidades afetadas. Atualmente, sabe-se que os desastres afetam com maior intensidade as comunidades mais carentes e os países menos desenvolvidos.

Sabe-se também que as situações de desastres, ao agravarem as condições de vida da população, contribuem para aumentar a dívida social e as desigualdades intrarregionais, inter-regionais e intersociais, e a própria intensificação das migrações internas e do êxodo rural, afetando o desenvolvimento de determinado país (CASTRO, 2007).

Portanto, o autor chama a atenção para a importância de o desenvolvimento nacional contemplar, de forma prioritária e permanente, a prevenção dos desastres, sejam eles naturais, antropogênicos ou mistos. Reforça, ainda, que os programas de preparação a emergências e desastres deveriam otimizar as atividades de

minimização dos desastres, portanto sugere alguns apontamentos quanto aos dispositivos constitucionais vigentes no Brasil.

Ao fazer um estudo desses dispositivos, Castro (2007, p. 21) salienta que a Constituição de 1988

[...] preocupou-se com as repercussões dos desastres sobre a sociedade brasileira. Concluindo que: - os direitos naturais à vida, à saúde, à segurança, à propriedade e à incolumidade das pessoas e do patrimônio foram reconhecidos como direitos constitucionais; - houve uma preocupação muito grande com os desastres naturais, especialmente com as secas e com as inundações, que foram privilegiados em detrimento dos desastres antropogênicos e mistos; - de uma maneira geral, utilizou-se a expressão calamidade pública como sinônimo de desastres de grande intensidade.

Resgatando o Artigo 144 da Constituição de 1988, conclui-se que os órgãos são envolvidos na gestão de desastres no país:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

Tomando a Política Nacional de Defesa Civil, no ano de 2010 esse respaldo legal foi um dos pontos em pauta nas conferências de abrangências municipal, estadual e nacional, que valorizavam a atuação desses órgãos, mas questionavam, a partir de alguns desastres ocorridos no Brasil, a exemplo do desastre de 2008 em Santa Catarina e de 2009 no Rio de Janeiro, além das experiências internacionais, por que as ações de Defesa Civil não envolviam somente esses órgãos, visto que necessitaria de revisão tanto nos conceitos basilares entre Defesa Civil *versus* proteção civil quanto na estruturação das ações.

Resgataram-se algumas das 104 propostas de diretrizes aprovadas na 1ª Conferência²⁰ Nacional de Defesa Civil (CNDC), realizada em março de 2010 em Brasília, a qual contou com a participação de 35 mil profissionais de várias áreas e órgãos de todo o país (BRASIL, 2010). Tais propostas foram apresentadas em Congresso Nacional em setembro de 2011. Entre essas propostas, elegeram-se, para fins de análise deste trabalho, a proposta de discussão de novo marco legal com participação de estados e municípios, a definição de responsabilidades de cada ente federativo, a criação da carreira de Defesa Civil e a revisão do Funcap.

A discussão do marco legal traz o tema proteção civil como pauta, com a justificativa do enfraquecimento das defesas civis estaduais e municipais, pelo distanciamento entre União, estados e municípios e pelos custos das ações de respostas e reconstrução. Essa discussão teve como resultado da 1ª CNDC o novo Decreto Presidencial n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, o qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil. Esse decreto, além de propor mudanças no marco legal, também considera aspectos institucionais quando aponta nortes de definição de responsabilidades de cada ente federativo, a criação de carreira de defesa civil e a revisão do Fundo de Calamidade Pública.

Segundo o Ministério da Integração, a equidade na distribuição de recursos decorrentes das situações de desastres precisa ser mais bem definida. Essa afirmação é justificada pela diferença de custos que envolvem a prevenção e as respostas no país e vem sendo objeto de discussão da Medida Provisória n. 522/2011.

Para visualizar melhor a diferença de custos da prevenção e das respostas no país, apresenta-se a seguir uma tabela com valores em real dos investimentos realizados no país nos últimos três anos (2008-2010), conforme exposição do Ministério da Integração com as fontes primárias do Sistema SigaBrasil.

²⁰ Participei das etapas municipal (Brusque, Blumenau e São José) e estadual (Florianópolis). Na etapa estadual estava como representante eleita delegada, por isso a participação nesse espaço permitiu a utilização da observação participante, constituindo-se processo desta pesquisa.

Tabela 1 – Investimentos em prevenção x respostas

	Programa 127: Prevenção e preparação para desastres	PAC 2: Respostas e reconstrução
Ano	Total pago (R\$)	Total pago (R\$)
2008	103.628.604,47	0,00
2009	113.744.114,21	1.108.594.620,22
2010	153.963.445,51	559.751.368,45

Fonte: SigaBrasil (2011).

Os números revelam e confirmam que os investimentos na área de prevenção são menores. No Brasil encontram-se investimentos em ações de “prevenção” e de respostas somente quando um desastre ocorre.

Dessas discussões foi apontada na 1ª CNDC a necessidade de implementação de plataforma brasileira para redução de risco de desastre, conforme as prioridades estabelecidas no Marco de Hyogo.

A plataforma brasileira, dentro das cinco prioridades estabelecidas pelo Marco de Hyogo, prevê a garantia da redução de risco como prioridade nacional e local; a identificação, avaliação e vigilância dos riscos para potencializar alerta prévio; a criação de cultura de segurança e resiliência; a redução dos fatores de risco; e o fortalecimento para a preparação para as situações de desastre.

Resgatando o Artigo 3º da Constituição Federal de 1988, tem-se como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Ou seja, entende-se que as prioridades do Marco de Hyogo são importantes e de extrema relevância, principalmente, ao comprometer os países a ações de prevenção e de respostas. Do mesmo modo, além da redução de risco, não pode se perder de vista que as situações de desastres vêm necessariamente alertar quanto às necessárias mudanças

nos padrões de produção e de consumo, que não serão suficientes se as relações sociais e econômicas entre sociedade e meio ambiente, por exemplo, não forem estruturalmente modificadas. Isso implicaria reforçar que, embora haja objetivos fundamentais estabelecidos no país, a construção de uma sociedade diferenciada e dita sustentável²¹ ficaria longe de ser concretizada. Como bem lembra Loureiro (2010, p. 19),

[...] o fato de que as práticas desenvolvidas sob o manto da sustentabilidade, ainda que produzam efeitos que atenuem o ritmo da degradação ambiental, o fazem mantendo intactos os seus determinantes, tanto na sua relação com o meio ambiente quanto na forma de utilização (e descarte) da força de trabalho, de tal sorte que a barbarização da vida social e exacerbação da ‘questão ambiental’ integram as contradições centrais de nossa época e manifestam a imanente destrutividade do modo de produção [...].

Dada a importância das ações relacionadas com a segurança global da população e com a redução dos desastres, há mais de meio século (término da Segunda Guerra Mundial) os países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América do Norte, o Japão, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia e os países da Europa Ocidental, priorizaram as atividades de preparação para emergências e desastres e de prevenção de desastres (RELATÓRIO MUNDIAL DE DESASTRES, 2009).

Como consequência, melhoraram substancialmente as condições de segurança global da população e reduziram os gastos com as ações de resposta aos desastres e de reconstrução. Nesse sentido, no Brasil a Defesa Civil vem sendo caracterizada como dever do Estado, portanto é necessário, segundo Castro (2007), que se reconheça a segurança global da população, especialmente em circunstâncias de desastres, como um importante objetivo nacional permanente, relacionado com a garantia do direito à vida, à saúde, à segurança, à propriedade e à incolumidade das pessoas e do patrimônio.

²¹ Segundo Silva (2010, p. 175-176), “o debate da sustentabilidade segue as pegadas da discussão sobre a ‘questão ambiental’. Ora é defendida como estratégia de equacionamento da depredação do planeta pela vida da compatibilização entre acumulação privada e preservação do meio ambiente, ora é entendida como princípio ético [...], a sustentabilidade vai adquirindo conotações distintas [...], acaba por assumir uma forma de verdadeira ideologia [...]”.

Castro (2007, p. 37) também vem lembrar que o uso exagerado dos dispositivos legais relativos a estado de calamidade pública, em função de uma política imediatista e da falta de determinação política para priorizar as atividades de minimização de desastres, contribuiu para retardar o desenvolvimento de ações de prevenção de desastres e para maximizar os danos humanos, materiais e ambientais perfeitamente evitáveis.

O mau uso dos dispositivos constitucionais relacionados com os estados de calamidade pública e a desinformação sobre as atribuições do SINDEC e sobre a doutrina de defesa civil relacionada com a redução dos desastres e com a segurança global da população, contribuíram para que se fechasse um círculo vicioso:

- o Governo Federal é obrigado a medidas provisórias, como consequência da decretação de estado de calamidade pública, porque não são previstos recursos orçamentários suficientes para as ações de redução de desastres e para provimento do Fundo Especial para Calamidade Pública;

- o Fundo Especial para Calamidades Públicas não é provisionado e não são previstos recursos orçamentários para as atividades de redução de desastres, porque quando ocorrem desastres, estes são rotulados como estado de calamidade pública e recursos extraordinários são obtidos através de medidas provisórias.

Para evitar que qualquer desastre seja hiperdimensionado e rotulado como estado de calamidade pública, é necessário que não somente a União, mas também os estados e os municípios prevejam verbas relacionadas com a minimização dos desastres (prevenção e preparação) e com o restabelecimento da situação de normalidade (resposta e reconstrução) em seus orçamentos.

A previsão de recursos relacionados com a redução dos desastres nos orçamentos dos estados e dos municípios poderá ser uma exigência legal para futuras transferências de recursos (CASTRO, 2007).

Também salienta o autor a necessidade de redução dos recursos de medidas provisórias para restabelecer a situação de “normalidade”,²² em circunstâncias de desastres. Reforça que é necessário um fundo especial para calamidades públicas que seja provisionado com recursos orçamentários.

O Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), instituído pelo Decreto-Lei n. 950, de 13 de outubro de 1969, foi regulamentado pelo Decreto n. 1.080, de 8 de março de 1994 (CASTRO, 2007, p. 39):

A destinação dos recursos do FUNCAP fundamenta-se numa experiência adquirida ao longo de várias décadas de gerenciamento de ações de resposta aos desastres, as quais compreendem atividades relacionadas com: - o socorro a pessoas em situação de risco iminente; - a assistência a populações afetadas por desastres; - a reabilitação (imediate) dos cenários dos desastres. Embora o restabelecimento da situação de normalidade dependa de ações de resposta aos desastres e de reconstrução, somente as ações de resposta aos desastres são financiadas pelo FUNCAP.

Ao proceder à análise das configurações das ações de prevenção e enfrentamento às situações de desastres, verifica-se que o enfoque brasileiro segue tendências mundiais ao inserir objetivos do Marco de Hyogo em suas prerrogativas. E também fica evidente que, para o Brasil ultrapassar o fosso de aproximadamente 50 anos que o separa dos países mais desenvolvidos na redução de desastres, é necessário que sejam dinamizadas as atividades relacionadas com a prevenção, a preparação para emergências e desastres, a resposta aos desastres e a reconstrução.

²² Foi colocada entre aspas, pois é questionável a que tipo de normalidade deve-se voltar, ao considerar que as famílias em condições de moradias irregulares e/ou localizadas em áreas de risco são as mais impactadas em situações de desastre.

2 DESASTRE SOCIOAMBIENTAL, SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE

Chegou-se até aqui discorrendo sobre a problemática ambiental, as implicações dos desastres socioambientais no cenário contemporâneo. Agora, cabe a esta seção explorar a questão que norteou todo o processo de investigação: por que o desastre socioambiental de 2008, ocorrido no Vale do Itajaí, denota desafios ao Serviço Social?

Portanto, a seguir será dada ênfase ao contexto do Vale do Itajaí diante das enchentes e dos deslizamentos para fundamentar a análise deste trabalho. Também é apresentada, a partir dos relatos dos profissionais de várias áreas, em especial do assistente social, que atuaram no desastre de 2008 no Vale do Itajaí, a apreensão dos desafios lançados ao Serviço Social diante das situações de desastre socioambiental.

2.1 O CONTEXTO DO VALE DO ITAJAÍ DIANTE DAS SITUAÇÕES DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

Situando o contexto do Vale do Itajaí diante de desastres socioambientais, faz-se necessário entender que o desastre de 2008 não foi um fato isolado, podendo inclusive ser considerado uma tragédia anunciada, segundo o que defende Mattedi (1999) em sua tese de doutoramento. Isso significa afirmar que existem retratos históricos de desastres socioambientais em Santa Catarina.

De acordo com a Defesa Civil (2007), a região Sul do país está entre as regiões que mais sofrem com eventos extremos ocasionados por enchentes, inundações, vendavais e granizos. O Estado de Santa Catarina, por exemplo, vem sendo marcado por alguns eventos extremos nos últimos dez anos, a exemplo dos vendavais no sul do estado, as secas no centro-oeste e oeste catarinense e as enchentes e inundações no Vale do Itajaí.

Para a explicação desse quadro, parte-se do entendimento de que os desastres são oriundos de problemas socioambientais, que, além dos fenômenos naturais, também possuem influência de um conjunto de fatores: econômicos, políticos, ambientais e sociais, os quais irão caracterizar os desastres como socioambientais, como já abordado nos itens anteriores.

Portanto, os retratos históricos de desastres socioambientais no Estado de Santa Catarina precisam ser explicados, como bem lembram Mattedi (1999) e Frank e Pinheiro (2003), a partir do estabelecimento do processo de apropriação dos recursos e da terra pela forma dos assentamentos, do povoamento e do desenvolvimento das suas regiões.

As pressões exercidas pela sociedade sobre a natureza não são uniformes porque dependem dos padrões culturais e político vigente em cada contexto histórico. As transformações mais intensas do espaço geográfico catarinense iniciaram-se com o processo de colonização estrangeira [...]. A colonização estrangeira introduziu novas formas de interação sociedade-natureza [...], o quadro socioeconômico que se forma a partir dessas primeiras experiências de povoamento caracteriza-se, basicamente, pela economia de subsistência, e por uma estrutura urbana onde predominam as atividades comerciais e o exercício das funções administrativas. [...] Cabe destacar que até meados do século XIX não existem registros de ocorrência de situações de emergência no estado de Santa Catarina. Por isso é necessário considerar detalhadamente as transformações nas formas de ocupação do espaço geográfico [...] (MATTEDI, 1999, p. 94-100).

A apropriação dos recursos e da terra, afirma o autor, tem relação estreita com a forma com que a colonização no estado se desenvolveu. Para tanto, sugere o entendimento das consequências do processo de colonização e sua relação com os desastres socioambientais no Estado de Santa Catarina a partir de três processos históricos.

O primeiro relativo ao período de 1808 a 1850, período da extinção do tráfico negreiro; o segundo de 1850 a 1888, com a consolidação da colonização estrangeira, principalmente, nas regiões litorâneas e de planalto.

De acordo com Mattedi (1999, p. 103), “nesse período entram no país 8.882.176 estrangeiros, dos quais aproximadamente 200.000 fixaram-se em Santa Catarina”. Segundo ele, esse segundo período vai registrar as primeiras situações de desastres em Santa Catarina e atrelar esse fato ao “padrão de ocupação do espaço geográfico entre o litoral e planalto e das formas de manejo dos recursos dessa região [...]”.

E o terceiro processo histórico diz respeito à estrutura fundiária, “preocupação com a necessidade de maximização de retorno dos investimentos operados pelas empresas colonizadoras [...], assim, quanto menor fossem os lotes, maior o número de imigrantes assentados e maior o retorno com a comercialização dos lotes” (MATTEDI, 1999, p. 107).

Esses aspectos históricos desenharam o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Lembrando-se do processo de industrialização do estado, outro autor que, ao interpretar o processo catarinense de desenvolvimento, parte da forma como a sociedade se estabelece é Raud (2000, p. 161). Fazendo comparações com outras sociedades, a exemplo da italiana, o autor chega à conclusão de que o Estado de Santa Catarina teve e tem um processo de desenvolvimento peculiar, justamente pelas dinâmicas territoriais e pela importância das pequenas propriedades agrícolas e dos valores artesanais que compuseram o surgimento das empresas no estado.

[...] tipo de sociedade que se organizou nas áreas de colonização: estabeleceram-se em pequenas propriedades, agricultores, artesãos, operários, e comerciantes, que começaram rapidamente, a comercializar seus excedentes agrícolas e a praticar uma divisão social do trabalho [...], a industrialização das colônias catarinenses também não é dependente da economia de São Paulo. Ela ocorreu devido à presença de uma mão-de-obra qualificada [...], várias análises explicam o processo catarinense da industrialização por sua especialização e sua correspondente capacidade de inovação [...], o processo de industrialização de SC não foi o resultado de uma política voluntarista, nem do governo federal, nem do governo estadual.

O Estado de Santa Catarina, assim, diferenciado pelas colonizações, embora não seja o mais populoso do país, representando apenas 3% da população, é considerado um estado com peso industrial dentro do cenário brasileiro. Hoje, numa estrutura de 293 municípios, conta com “[...] uma população de 5,5 bilhões de habitantes e vem crescendo a uma taxa média próxima de 1,4% ao ano [...], com médias de concentrações populacionais urbanas [...], ocupa a sétima posição na formação do Produto Interno Bruto Brasileiro” (AGENDA 21

Catarinense, 2004, p. 17). E não fugirá aos dilemas modernos trazidos pelos problemas socioambientais.

Visto que a industrialização levou à concentração da população no meio urbano e aos impactos dessa concentração, seja pela forma de apropriação do solo e da água, seja pelos processos de desenvolvimento socioeconômico, isso trará consequências. O próprio documento da Agenda 21 não consegue deixar de fora os efeitos desse desenvolvimento.

Durante muitos anos, o Estado foi vítima de diversos tipos de degradação, acumulando cicatrizes que precisam ser recuperadas. A extração de carvão, no Sul, resultou em 4.700 hectares degradados. A retirada de argila, pedras e outros tipos de mineração, resultaram em áreas abandonadas, tomadas por processos erosivos, sem nenhum tipo de recuperação. A utilização incorreta e desenfreada de agroquímicos é responsável pela contaminação, com substâncias tóxicas, de boa parte dos cursos d'água no Estado. Os recursos hídricos, incluídas as águas subterrâneas, estão ameaçados por diversos tipos de degradação, desde o consumo exagerado, a retirada de mata ciliar, a interferência nos cursos dos rios e o desmatamento [...]. A ocupação e utilização incorreta e exaustiva do solo estão gerando problemas como terras improdutivas, erosão e enchentes (AGENDA 21 Catarinense, 2004, p. 90).

Essa desatenção do desenvolvimento pode ser dirigida aos atuais problemas socioambientais, os quais conduzirão as situações de desastre. Retomando um curto passado/presente, têm-se alguns retratos dos desastres socioambientais que assolaram o Estado de Santa Catarina, a exemplo das quatro enchentes de 1957 em Blumenau; da enchente de 1974 no sul do estado; das enchentes de 1983 e 1984 que marcaram novamente a história de Blumenau; de chuvas fortes e ventos de 1995 que prejudicaram a região Sul, deixando rastros de destruição em cinco municípios; do furacão Catarina de março de 2004; da enchente de novembro de 2008 que atingiu todo o estado, seguida de deslizamento na região do Vale do Itajaí; das chuvas de granizo de 2009 que arrasaram a cidade de Guaraciaba, no oeste catarinense; e de tantos

outros eventos que, pela sua magnitude, não chegaram a caracterizar-se um desastre, mas levaram municípios a decretarem estado de alerta²³ (FRANK; PINHEIRO, 2003; HERMANN, 2007).

Dentre esse retrato, algumas regiões do Estado de Santa Catarina, especificamente, foram (re)construídas dentro de um cenário frequente de enchentes, como é o caso de Blumenau. E como este trabalho toma o recorte do Vale do Itajaí, justamente pela história de mais de cinquenta anos de convívio com as enchentes, no item a seguir traz-se um pouco do cenário do Vale do Itajaí e sua trajetória com as enchentes.

2.1.2 O cenário do Vale do Itajaí e as enchentes

O Vale do Itajaí, criado em 1850 e formado pela colonização no início do século XIX, trouxe ao Estado de Santa Catarina um ícone para o desenvolvimento socioeconômico com a criação de polos especializados. O ramo têxtil, por exemplo, é um desses polos especializados que muito contribuíram com a dinâmica de industrialização e concentração da população no Vale. Os autores Frank e Pinheiro (2003), na obra “Enchentes na Bacia do Rio Itajaí: 20 anos de experiência”, trazem elementos importantes para o entendimento dos dilemas do Vale quanto ao constante cenário de enchentes.

Para os autores, entre os dilemas estariam, na análise dos elementos políticos, reflexos sobre o uso do solo, da colonização e, conseqüentemente, da degradação ambiental e dos problemas das enchentes. Mattedi (2000, p. 216-224) é outro autor que defende que o cenário de enchentes do Vale do Itajaí está atrelado à dinâmica de desenvolvimento socioeconômico da região, indicando os condicionantes da ação governamental, confrontando-os com as situações de emergência no Estado de Santa Catarina.

²³ Estado de alerta compõe a fase de preparação, adotada pela Defesa Civil brasileira, dentro da gestão do risco em desastre. Vale lembrar que o gerenciamento do desastre, segundo a Política Nacional de Defesa Civil (2007), envolve quatro fases, quais sejam: fase de prevenção, fase de preparação, fase de respostas e fase de reconstrução. Na fase de preparação ainda há outros estágios, além do estado de alerta (como sistemas de monitoração), estágio de alarme, planejamento para desastre, entre outros. O estado de alerta objetiva anunciar à sociedade os riscos que determinado evento adverso poderá assumir ao transformar-se em desastre, exigindo algumas orientações.

Os fatores mais marcantes considerados referem-se ao estabelecimento do processo de colonização através da iniciativa privada, em oposição a outras regiões em que o Estado exerceu uma influência mais direta. Segundo esse tipo de argumento, este processo teria formado uma sociedade étnica, econômica e culturalmente distinta das demais regiões do Estado, estabelecida, inicialmente, por alemães e, posteriormente, compartilhadas por italianos [...], onde se destacam [...] a organização comunitária baseada em associações de mútua ajuda, escolas comunitárias, sociedades culturais e recreativas, o uso cotidiano da língua estrangeira [...], o processo de desenvolvimento econômico do Vale do Itajaí [...] explicados [...] pelos recursos gerados localmente e na constituição de um mercado local, e por outro lado a fatores relativos à capacidade de aproveitamento da condição periférica da região em relação aos estados mais dinâmicos do país [...]. Os principais problemas ambientais do Vale do Itajaí são, reconhecidamente, os impactos negativos provocados pelas enchentes [...].

O Vale, desenhado pela bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu e dividido em três sub-regiões – o Alto Vale, o Médio Vale e o Baixo Vale –, abarca 53 municípios. Sabe-se, ao longo de sua história, que a frequência de enchentes sempre o acompanhou e os questionamentos que advêm desses cenários discutem por que a recorrência de cheias e seus impactos ainda não conseguiram, ao longo de 150 anos de história, garantir uma efetiva ação de prevenção e de respostas (MATTEDI, 1999; THEIS; ZENI, 2000).

O processo de ocupação e desenvolvimento do Vale do Itajaí aponta subsídios de análise da relação sociedade e natureza no Vale do Itajaí, a qual reforça a tese de que os problemas ambientais do Vale do Itajaí são construídos socialmente ao longo de sua história. Parte de que os processos de produção, conjugados pela vulnerabilidade do espaço por estar desenhado por uma bacia hidrográfica, envolverão os aspectos assimilativos e regenerativos do ambiente natural que não conseguem absolver mediante a sobrecarga dos processos de industrialização e ocupação do Vale (MATTEDI, 2000, p. 225-226).

Os impactos das enchentes no Vale do Itajaí são

um problema ambiental que remonta ao processo de assentamento dos primeiros núcleos humanos na região em meados ao século passado. Os primeiros registros de impactos provocados por enchentes que se tem conhecimento no Vale do Itajaí datam de 1852, dois anos após a fundação da colônia de Blumenau [...], já se registraram a ocorrência de 66 impactos de enchentes naquela época [...]. O mais preocupante deste processo é que os impactos das enchentes que, por muito tempo, permaneceram restritos à cidade de Blumenau, vêm se manifestando de forma destrutiva também em outras cidades do Vale do Itajaí, o que exprime um processo de vulnerabilização da região.

Essa vulnerabilização do Vale do Itajaí, segundo Frank e Vibrans (2003, p. 216), revela “[...] a interdependência do problema das enchentes com a realidade sócio-econômica da bacia [...]”. Muito embora, como lembram os autores, houvesse uma trajetória de enchentes do Vale, “uma sequência histórica de decisões políticas, implícitas ou explícitas, gerou a configuração de vantagens e desvantagens com que o vale do Itajaí se depara na atualidade” (2003, p. 218). Ainda fica latente quais os interesses que estão em jogo para a (des)construção quanto ao direcionamento de ações de prevenção e/ou de respostas.

Complementando, Mattedi (2000, p. 224) afirma que, para pensar a vulnerabilização dos problemas das enchentes do Vale, é necessário analisar os problemas ambientais, considerando “[...] qual foi a lógica de produção do espaço e da apropriação dos recursos que orientou o processo de reprodução social da região”. Além disso, reforça que

é necessário abandonar a idéia [...] de que os problemas ambientais são fenômenos naturais (produzidos pela natureza) ou lógicos da natureza das coisas (são inevitáveis), e também a idéia de que sociedade-natureza constituem processos independentes que se constituem por oposição. [...] É interessante observar a forma como estes impactos foram sendo construídos socialmente ao longo do tempo, porque eles constituem apenas o ponto mais evidente de um contínuo processo de sobrecarga da capacidade assimilativa e

regenerativa do ambiente natural exercido pelos processos de produção do espaço [...]. A análise da vulnerabilidade da região a impactos negativos provocados por enchentes transcende a análise do fenômeno em si mesmo [...].

Dessa forma, têm-se algumas pistas para as respostas dos porquês dos impactos das enchentes no Vale do Itajaí, haja vista sua trajetória histórica de convivência com essas situações, as quais podem ser descortinadas pela indicação do autor: “[...] por muito tempo os impactos das enchentes foram pensados como um fenômeno produzido pela natureza” (MATTEDI, 2000, p. 227).

Com isso, as articulações para o enfrentamento das enchentes acabam por centrar-se em análises dos fenômenos naturais, sem a interligação com fatores políticos, econômicos e sociais, ou seja, sem considerar os múltiplos elementos que envolvem a relação sociedade e natureza, por exemplo. Essa visão caracterizada pelo autor como unidimensional é o que hoje pode explicar a relação contraditória existente entre o aumento de investimento com ações de proteção e, ao mesmo tempo, o aumento intenso dos impactos das enchentes na região.

[...] à medida que se evidenciam os efeitos negativos provocados pelo fim da ‘natureza natural’ e pelo surgimento da ‘natureza socializada’, o ambiente natural transforma-se num problema social [...]. Desta forma, a formulação de políticas de tratamento da questão ambiental não corresponde somente à definição de soluções para problemas preconcebidos, mas envolve também mecanismos sociais de regulação de conflitos latentes (MATTEDI, 1999, p. 12).

Isso quer dizer que tanto as enchentes quanto os desastres revelam-se como problema socioambiental, estando as explicações para que as chuvas passam de um fator natural para o social relacionadas aos aspectos de vulnerabilidade e de risco de determinada localidade e população. Em se tratando especificamente do Vale do Itajaí, além dos fatores meteorológicos, há os geológicos e os fisiográficos específicos e característicos de bacia hidrográfica, bem como os fatores culturais, sociais, econômicos e ambientais.

A interdependência desses fatores conjugada a decisões políticas irá direcionar as ações e as explicações com o que o Vale do Itajaí vem

se deparando na atualidade, quanto a ter tantos anos de convivência com enchentes e, mesmo nos dias atuais, ainda ser evidente o seu grande impacto.

As ações de prevenção e de respostas deveriam estar concatenadas com a premissa de que as situações de desastres socioambientais revelam uma complexidade extrema, portanto exigem a necessidade de ações integradas e contínuas.

Essa não é a realidade na maioria dos países, e muito menos dos estados. Geralmente, o que se tem são iniciativas ainda tímidas, em termos de estruturação e de investimentos na área de prevenção, e uma grande mobilização e liberação de investimentos após o desastre como forma de auxílio.

Em se tratando do processo histórico de Santa Catarina diante das situações de desastres, é perceptível uma oscilação em seu caminhar, atrelado aos efeitos negativos de determinados eventos.

Por exemplo, as enchentes da década de 1960 e 1970 fizeram com que, em 1973, o Governo de Santa Catarina, atendendo também à determinação legal da Lei n. 4.547, de 31 de dezembro de 1970, criasse a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, vinculada ao Governo do Estado, “cabendo-lhe o desenvolvimento de atividades destinadas a evitar ou limitar os efeitos dos desastres [...], buscar o entrosamento com os órgãos competentes da União e dos municípios” (NEGREDO, 2009, p. 64).

As enchentes da década de 1980 fizeram surgir o Projeto Crise, coordenado pela FURB, que consistia “[...] em um conjunto de soluções de caráter multidisciplinar, visando reduzir o prejuízo potencial”, além de “[...] contribuir para a minimização do problema através do suporte técnico para a defesa civil e, a longo prazo, dando suporte a ações de planejamento urbano e regional” (FRANK, 1987, p. 31).

As enchentes de dezembro de 1995 mobilizaram a volta do tema e a necessidade de adequações à legislação federal, tendo o Governo do Estado editado a Lei n. 10.925, de 22 de setembro de 1998, que veio a tratar do Sistema Estadual de Defesa Civil (SIEDC) e do Fundo Estadual de Defesa Civil (Fundec), trazendo avanços significativos para o Órgão Estadual de Defesa Civil.

De acordo com o Artigo 2º dessa Lei, os objetivos do SIEDC são: “I – planejar e promover a defesa permanente contra desastres; II – prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas”. E, segundo o

Artigo 7º, prevê-se a instalação de 11 coordenadorias regionais de Defesa civil, abrangendo todos os 293 municípios catarinenses.

Constata-se que, das 11 coordenadorias, até 2008 somente Blumenau conseguiu introduzir a Coordenadoria Regional de Defesa Civil. Isso remete, embora criadas em lei, ao fato de as Coordenadorias Regionais de Defesa Civil não terem sido implementadas, deixando, com isso, uma grande lacuna, principalmente, no que tange à assistência aos municípios.

Outro ponto importante dessa Lei trata da formação dos Grupos Integrados de Ações Coordenadas (Gracs), aos quais compete:

- propiciar apoio técnico às Comissões Municipais de Defesa Civil, através da DEDC;
- colaborar na formação de banco de dados e mapa-força dos recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência e recuperação;
- engajar-se nas ações de socorro e assistência, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da defesa civil;
- manter-se em regime de reunião permanente, em casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública que atinjam vários municípios ou regiões do Estado simultaneamente, mediante convocação do Diretor da DEDC;
- promover o entrosamento entre a DEDC e os órgãos representados;
- executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas pela DEDC, visando atuação conjugada (SIEDC, 1998, p. 40).

E a composição do Grac está definida no §1º, do Art. 8º, do Decreto n. 3.570/98:

Art. 8º - [...] § 1º Os Grupos Integrados de Ações Coordenadas (GRAC) são constituídos por representantes: I - das Secretarias de Estado; II - das empresas de economia mista; III - da Marinha, Exército e Aeronáutica, cujos comandos se dispunham a colaborar; IV - da Polícia Militar; V - do Corpo de Bombeiros; VI - do órgão representativo dos radioamadores; VII - das

empresas de economia mista do Governo Federal, dispostas a colaborar; VIII - outros órgãos de interesse do Sistema Estadual de Defesa Civil.

Embora se tenha legalmente o Grac, percebeu-se, durante a atuação tanto no evento do furacão Catarina quanto na enchente de 2008 no Vale do Itajaí, um desconhecimento do referido grupo pelos gestores municipais e também pelos profissionais que foram acionados a atuar.

Outro evento que deu uma maior visibilidade à necessidade de ações de prevenção e de respostas foi o furacão Catarina em 2004. A partir desse evento, houve nova movimentação e a estrutura da Defesa Civil se modificou com base legal na Lei Complementar n. 284, de 28 de fevereiro de 2005. No Estado de Santa Catarina o desdobramento veio na reestruturação da Defesa Civil Estadual e na fomentação de projetos.

Além da Defesa Civil, pode-se citar um conjunto de outros órgãos e instituições envolvidos que vêm sinalizando esforços, estruturando projetos, planos, entre outros. Como exemplo podem ser citados o Projeto Itajaí, o Plano Global e Integrado de Defesa Contra Enchentes (Plade)²⁴ e o Projeto Percepção de Risco.

Todos podem ser considerados iniciativa pioneira no estado de Santa Catarina, que foram estruturados em decorrência de um desastre socioambiental, e seu desenvolvimento ganha força logo após o desastre, mas a tendência é um enfraquecimento.

O Projeto Percepção de Risco, por exemplo, foi estruturado em 2004 tomando por inspiração o furacão Catarina. Entretanto, ganhou uma forma mais concreta em 2008 e 2009, pela ocorrência do desastre de 2008 no Vale do Itajaí. O referido projeto tem a finalidade de redução da vulnerabilidade social diante dos desastres naturais e da ação humana, e envolve a Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania de Santa Catarina, a Defesa Civil Estadual e o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, da Universidade Federal de Santa Catarina (Ceped/UFSC).

Trata-se de uma abrangente campanha educativa para cultura de prevenção de desastres, em desenvolvimento nos anos de 2008 e 2009,

²⁴ O Plade está fundamentado nas medidas propostas pela Japan International Cooperation Agency (Jica).

alcançando todas as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, comunidades em situação de vulnerabilidade social em Florianópolis, e a sociedade em geral. O projeto é inédito no país e está orientado para referendar a participação de Santa Catarina e do Brasil na campanha mundial, lançada em 2006 pela Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD/ONU). A iniciativa para sua realização foi firmada entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a UFSC, durante o 4º Fórum Nacional de Defesa Civil, em outubro de 2007. [...] O projeto tem como referências fundamentais a campanha da Redução de Desastres Começa na Escola, da Estratégia Internacional para Redução de Desastres – EIRD/ONU, Marco de Hyogo, Política Nacional de Defesa Civil, a Carta da Terra e a Agenda 21 (SANTA CATARINA, 2009).

Dentre as ações que vêm sendo discutidas e construídas, principalmente a partir do desastre de 2008 em Santa Catarina, percebe-se a adoção do modelo de gestão integrado de riscos e desastre: o modelo referenciado pela United Nations Disaster Relief Organization (Undro), que também se encontra na Plataforma Brasileira de Redução de Risco de Desastres; o Plano Integrado de Prevenção e Mitigação de Riscos de Desastres Naturais na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (PPRD-Itajaí), aprovado em 2009 e publicado pela FAPESC em 2010; e recentemente, em 2011, a Plataforma Brasileira, incorporada pelo Ministério da Integração Nacional para a redução de riscos e desastres, sendo Santa Catarina um dos estados convidados a participar pela sua experiência e trajetória.

Ao se compararem a estrutura prevista pelo Decreto n. 5.376 e as orientações da Política Nacional de Defesa Civil (PNDC), identifica-se que no Estado de Santa Catarina inexistem uma estrutura mínima para atuação. A exemplo do desastre de 2004 no sul e de 2008 no Vale do Itajaí, os municípios não contavam com núcleos de defesa civil estruturados. Alguns municípios deixaram de receber recurso, por não saberem preencher protocolos exigidos em caso de calamidade pública, e não contavam com profissionais especializados em defesa civil.

Geralmente se encontram nos municípios as funções de direção e gerência, que, na qualidade de cargos comissionados e com um lapso temporal de dois anos, acabam por não implementar nenhuma ação

exigida pela PNDC. Outro ponto, sinalizado nesses desastres, foi a ausência de quadros permanentes de técnicos e funcionários, tanto na esfera estadual quanto na esfera municipal, em que a concentração de esforços é canalizada nos trabalhos voluntários.

Por essa aproximação, identificam-se elementos para considerar que as ações de prevenção e de respostas não vêm exercendo sua competência em garantir o “direito natural à vida e à incolumidade das pessoas em circunstâncias de desastre”, tal como reconhecido pela Constituição Federal de 1988, e sua estrutura está muito aquém do previsto no Decreto n. 5.376 e sobre o que dispõe a PNDC. Portanto, essa situação sinaliza a fragilidade de sua eficiência.

Tomando os dois desastres como exemplo, é possível identificar que na área de prevenção, somente após os desastres, é que há um esforço maior, com o desenvolvimento de projetos. Nas demais áreas, identificam-se ações isoladas que, em muitos momentos, não integram a gestão do risco e de desastre.

Com isso, pode-se afirmar que em Santa Catarina a configuração das ações de prevenção e de respostas está atrelada aos eventos que ocorreram, bem como acompanha tendências mundiais, como as discussões do Marco de Hyogo (já citado nos itens anteriores). Fica evidente também que as mobilizações em termos de investimentos do poder local e mesmo estadual têm um estágio, enquanto estiverem na mídia e latente, parece haver movimentações e, quando não, a tendência geralmente é um esvaziamento.

2.2 DESASTRE DE 2008 NO VALE DO ITAJAÍ: O QUE REVELA...

A enchente ocorrida em novembro de 2008 em Santa Catarina levou 14 municípios a decretarem estado de calamidade pública e 63 municípios a declararem situação de emergência, o que fez o governo decretar calamidade pública em âmbito estadual.

Somente no Vale do Itajaí, como já mencionado, o evento atingiu 11 municípios e aconteceu com uma peculiaridade, enchente seguida de deslizamento. Foi considerado um evento de grande

magnitude ²⁵ pelo impacto gerado: 135 óbitos e 78 mil pessoas desalojadas e desabrigadas. Muitas cidades ainda convivem com os resultados do desastre (DEFESA CIVIL, 2008).

Vale lembrar que o impacto gerado é avaliado com base no PIB do município, ou seja, dentro de critérios econômicos. Considerando o desastre de 2008, os municípios que decretaram estado de emergência referiram-se ao comprometimento econômico municipal de 10% e 30% do PIB municipal. E os municípios que declararam estado de calamidade pública tiveram prejuízos maiores que 30% do PIB municipal (DEFESA CIVIL, 2008).

Segundo veiculado em mídia, os reflexos do desastre de 2008 no Estado de Santa Catarina ainda são latentes.

O Estado de Santa Catarina recebeu do governo federal desde 2008 mais de R\$ 500 milhões para atendimento de municípios vítimas de catástrofes ambientais. De acordo com dados obtidos junto à Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda, foram repassados aos cofres catarinenses apenas entre 2008 e 2010 um total de R\$ 472 milhões. A maior parte ocorreu em 2009 (R\$ 264 milhões) em atendimento às vítimas da catástrofe ocorrida no ano anterior (JORNAL ON-LINE TERRA, 2009).

Em relação a isso, tem-se que o desastre de 2008 possui explicações denotando faces. A face econômica, comprometendo direta ou indiretamente tanto as condições de vida da população quanto o desenvolvimento econômico regional de 77 municípios catarinenses. Na verdade, motivados por essa face econômica é que muitos municípios despertaram para as lacunas no que tange à estruturação de ações de prevenção e respostas. E essa não é somente a realidade de Santa Catarina.

Sabe-se que em países da América Latina e do Caribe, por exemplo, os últimos desastres naturais revelaram a limitação de

²⁵ A classificação dos desastres, segundo referenciais da Defesa Civil, se dá pelo seu impacto entre danos humanos e materiais, sendo avaliadas sua intensidade e magnitude pela capacidade de resposta da localidade, como já discorrido nas seções anteriores (PNDC, 2007).

trabalhos de prevenção e respostas, a falta de preparação, a legislação precária ou inexistente, cedendo, assim, espaço de preocupação em nível internacional e local (MARQUES; FREITAS, 2010).

Mesmo assim, as preocupações vêm sendo focalizadas em ações de respostas. As explicações para esse aspecto, segundo os autores Tominaga, Santoro e Amaral (2009, p. 18), se dão pela visibilidade que a situação de desastre fornece, trazendo volumosos auxílios financeiros.

[...] as ações de redução de riscos não oferecem a mesma visibilidade às políticas de organismos oficiais nacionais e internacionais, arrecadadores de fundos, em relação aos programas de atendimentos emergenciais, os quais normalmente têm grande exposição na mídia.

Além dessa implicação, salientam-se reflexos também em toda a cadeia de produção e oferta de bens e serviços, evidenciando, em situações de desastre, a inter-relação entre o setor produtivo e a infraestrutura pública.

Os investimentos dos consumidores na reconstrução e em serviços estimularam o aumento de circulação do capital. Um dos setores beneficiados foi o de construção civil. Novas empresas de serviço se instalaram na cidade, encorajadas pelos recursos liberados do FGTS (ZUCCO; MAGALHÃES; MORETTI, 2010, p. 611).

Ainda segundo os autores, o estudo que realizaram junto à Prefeitura Municipal de Blumenau destacou, dentre as atividades produtivas afetadas, as agrícolas, as pecuárias, a suinocultura, a criação de aves e peixes. A contabilização revela números quanto a perdas referentes a mais de 170 atividades industriais, que representam o emprego de mais de 50 mil trabalhadores, a atividades de comércio, que compreendem mais de 22 mil trabalhadores, e ao setor de serviços, que atuam em torno de 33,7 mil postos de trabalho (ZUCCO; MAGALHÃES; MORETTI, 2010).

Além disso, tem-se que reerguer também a infraestrutura pública, que é fundamental para a retomada das atividades nos diversos setores produtivos e/ou de serviços.

O município, pela sua própria receita, não terá condições de recompor em pouco tempo aquilo que levou anos para ser construído. Ele estimou em R\$ 215 milhões o custo da reconstrução. Somente na recuperação de sete pontes e três passarelas iniciada em maio de 2009, que foram investidos R\$ 7 milhões (ZUCCO; MAGALHÃES; MORETTI, 2010, p. 609).

O desastre de 2008 revela que não somente os municípios que foram atingidos têm a responsabilidade de repensar o crescimento econômico associado a outros fatores, como o político, o social e o ambiental. Além disso, como bem lembram os autores Mattedi et al. (2009, p. 15), para se compreender o desastre de 2008 do Vale do Itajaí, faz-se necessário pensar em questões micro e macro que envolvem tanto a peculiaridade regional quanto a problemática socioambiental.

Para compreender a história do Vale do Itajaí, é inevitável levar em conta três processos interligados: i) a colonização estrangeira e a identidade étnica da população; ii) o desenvolvimento socioeconômico baseado na indústria têxtil e a produção do território urbano; iii) a progressiva destruição do meio ambiente e o problema das enchentes [...], infelizmente problemas complexos não admitem soluções simples.

Em decorrência do desastre de 2008, em Santa Catarina, conforme mencionado, 77 municípios tiveram que decretar estado de emergência ou calamidade pública e, para tal, necessitavam conhecer tanto protocolos administrativos exigidos pela Defesa Civil Estadual quanto os demais encaminhamentos legais.

De acordo com orientações contidas no site oficial da Defesa Civil em Santa Catarina, a decretação de estado de emergência ou de calamidade pública relaciona-se aos impactos do desastre e à capacidade de resposta do município. Os impactos são mensurados por meio de um formulário, denominado Avaliação de Danos (Avadan), preenchido pelo município. “O AVADAN é o registro das características intrínsecas do desastre, da área afetada, dos danos humanos, materiais e ambientais e dos prejuízos econômicos e sociais provocados pelo desastre” (SANTA CATARINA, 2010).

Em 2008, entretanto, muitos municípios manifestaram dificuldades em responder ao evento por não terem estrutura municipal mínima de defesa civil e pelo desconhecimento de suas responsabilidades diante de um desastre.

Esse fato torna visível o que Negredo (2009, p. 65) vem lembrar da sua participação como técnico de Defesa Civil e também de sua atuação no desastre de 2008: “[...] fica claro que a grande maioria dos integrantes da classe política tem uma visão distorcida da função do Sistema Municipal de Defesa Civil, bem como das missões legais a serem desempenhadas [...]”.

Resgatando também o “Relatório da Comissão Externa de Acompanhamento da Tragédia Climática em Santa Catarina”, resultado da reunião realizada em março de 2009, revela-se que o desastre de 2008 não atingiu somente a população, mas trouxe vários elementos na esfera política a serem considerados.

O prefeito [...] lembrou do documento de Avaliação de Danos e que ninguém da prefeitura sabia preenchê-lo. Pediu que capacitassem pessoas para o preenchimento do AVADAN e lembrou da culpa dos próprios prefeitos que já liberavam casas em locais de risco por troca de votos (RELATÓRIO MUNDIAL DE DESASTRES, 2009, p. 4).

Esse relato traz elementos para se pensar a face política que envolve o desastre de 2008. Ao se resgatar o enfoque dado em âmbito mundial, as ações de prevenção e respostas estarão estritamente relacionadas à forma de organização do país, do estado e dos municípios. O que se percebe é uma grande mobilização e liberação de investimentos após o desastre como forma de auxílio, e não como política instituída.

A ausência de política configura estruturas temporárias que estarão relacionadas, em sua maioria, a determinada gestão, ou seja, terão um tempo limitante para a fomentação de ações de médio e longo prazo. Com isso, têm-se como implicações a descontinuidade de ações e a desarticulação entre as demais políticas no âmbito federal, estadual e, principalmente, municipal.

Essas implicações refletiram de forma bastante negativa nas ações de respostas, gerando, conforme o grau de impacto do evento extremo, a caracterização de um desastre.

Em Blumenau, por exemplo, o evento atingiu 35% ²⁶ da população e danificou em torno de 18 mil residências (DEFESA CIVIL, 2009).

Em Blumenau (292.972 habitantes), diante da destruição ou da ameaça dessa, 103 mil pessoas foram afetadas, das quais 5.209 foram desabrigadas (perderam suas casas e foram para abrigos), 25 mil foram desalojadas (se alojaram em casa de vizinhos, parentes ou amigos), 2.383 foram feridas e 24 morreram. Mais de 18 mil casas, 38 unidades de saúde, 61 unidades de ensino, centenas de quilômetros de rodovias danificadas (SEVEGNANI et al., 2009, p. 113).

Blumenau ainda necessita da realização de várias obras de recuperação. Segundo a Defesa Civil, 2.500 pessoas se encontravam em sete moradias provisórias ativas até abril de 2011. Em junho deste mesmo ano, foram entregues 580 novas residências, desativando seis moradias. Vale lembrar que ainda há uma moradia provisória ativa, situada no Complexo Cesblu com 41 famílias, que, segundo a Prefeitura Municipal de Blumenau, deverão ser beneficiadas com o Residencial do Bairro Progresso, que tem previsão de ser inaugurado até dezembro de 2011.

De acordo com a Defesa Civil, mais de cinco mil famílias continuam em residências consideradas em situação de alerta, porque novos deslizamentos poderão ocorrer. Contudo, a permanência de tal situação ocorre devido à impossibilidade de o poder público abrigar essas famílias, seja pela ausência de política, seja pela ausência de propostas articuladas de forma intersetorial, interdisciplinar e com a participação da população.

[...] o desastre tornou visível o problema da ocupação irregular. A impossibilidade de construção nestas áreas requer a disponibilidade de novas áreas em localizações adequadas [...]. Portanto, a questão habitacional exige o enfrentamento de um problema mais complexo que é a regularização fundiária que, por sua vez,

²⁶ A população de Blumenau, segundo IBGE (2007), totaliza 292.972 habitantes.

coloca a questão da especulação imobiliária urbana [...] (SCHIOCHET, 2009, p. 154).

O poder público também enfrenta situações sociais gravíssimas; com o regresso de famílias às cidades de origem, alguns municípios sofreram com a diminuição de mão de obra, levando ao novo movimento migratório gerado por ofertas de emprego incentivadas por empresas. Os trabalhadores, novos habitantes, por não terem onde permanecer, ocupam áreas ainda em estudo para a ocupação legítima. Outra questão trata da desocupação de algumas residências, consideradas pela Defesa Civil com potencial de desmoronamento. Essas vêm sendo ocupadas para o estabelecimento de novos pontos de drogas, aumentando a insegurança social e os índices de violência (MARQUES; FREITAS, 2010). A partir disso, tem-se as explicações da face social do desastre de 2008.

E as explicações quanto à ocorrência do desastre de 2008 no Vale do Itajaí foram variadas. Toma-se a explicação dada por correntes sociológicas, que defendem que o desastre não é mero desígnio da natureza, mas um fenômeno socioambiental.

[...] o desastre de novembro de 2008 se constituiu de uma combinação de variáveis naturais e sociais. Como variáveis naturais o Vale do Itajaí apresenta eventos de precipitações intensas, solos frágeis, e relevo acidentado que depende muito da cobertura vegetal para sua proteção. Como variáveis sociais a região apresenta desenvolvimento baseado na derrubada da floresta, da ocupação das margens dos rios e das encostas para habitação e instalação de indústrias, na retificação e canalização dos ribeirões, resultando numa matriz rural e urbana própria. A combinação dos dois conjuntos de variáveis produziu um território vulnerável após desastres [...] (MATEDDI et al., 2009, p. 16).

O desastre de 2008, no Vale do Itajaí, traz à tona questões centrais. A primeira delas está nos processos históricos que conformam as relações sociais e ambientais, resultando no distanciamento entre os condicionantes socioeconômicos da compreensão ambiental, anunciando a face cultural. Esse ponto traduzido pelas ações de prevenção e respostas existentes antes, durante e após o desastre de

2008 revela a face política. A terceira questão envolve os aspectos de perdas e ganhos causados pelos desastres, demonstrando a face econômica. A quarta envolve os impactos do desastre de 2008, revelando a face social. E a quinta questão está vinculada diretamente às explicações dadas pelo aumento e pela frequência de desastres socioambientais, revelando a face ambiental.

Essas questões centrais anunciadas pelo desastre de 2008 englobam, portanto, multifaces. Serão essas faces que constituirão o palco de atuação de vários profissionais, acionados a intervir em situações de desastres, entre eles o assistente social. Esses, ao serem inseridos nesse contexto, deparam-se com desafios tanto ao pensar as profissões quanto ao atuar nelas.

A seguir serão apresentados os elementos revelados em pesquisa de campo, a partir dos relatos dos profissionais acionados para atuar no desastre de 2008, no Vale do Itajaí.

2.2.1 A (in)visibilidade das ações diante das situações de desastre

A ocorrência de um desastre irá envolver a atuação de vários órgãos, instituições, nos quais os profissionais serão acionados a intervir. O respaldo desse acionamento está nos planos de contingência e nos planos diretores, bem como nos marcos institucionais e legais da Defesa Civil. O acionamento é efetivado no município onde ocorrer o desastre, o qual decreta estado de emergência e/ou de calamidade pública, a partir do sistema de monitoramento e de alerta da Defesa Civil.

Vale lembrar que a Defesa Civil é a instituição responsável no país por desencadear os procedimentos de prevenção, preparação, reabilitação e reconstrução em situações de desastres, como visto na primeira seção. A ela está designada a tarefa de coordenar, juntamente com os demais setores envolvidos, as ações de resposta no cenário de desastre.

No Brasil, a estruturação de ações de prevenção e respostas, muito embora explícita em leis, manuais, tem sinalizado iniciativas isoladas na área de prevenção, havendo grande esforço em ações de respostas. As explicações em nível nacional para isso estão na cultura do que envolve a prevenção. As ações de prevenção que se discutem em nível mundial e no Brasil estão atreladas ao desenvolvimento das regiões em lidarem com o evento extremo. Esse ponto é importante, mas

deixa de considerar a totalidade existente entre social e ambiental, entre econômico, político e cultural, por exemplo.

No Brasil, as ações de prevenção e respostas, até o episódio do furacão Catarina, foram guiadas pela ideia de, por ser um país tropical, estaria protegido de eventos extremos. Sabe-se hoje que isso é uma inverdade.

O caderno “Conferência Geral sobre Desastres” (2007), dirigido para prefeitos, dirigentes de instituições públicas e privadas e líderes comunitários, reforça alguns dos problemas e das dificuldades que vêm impedindo o atendimento aos desastres no Brasil, quais sejam:

[...] fenômeno da indiferença – a inércia – da população e das autoridades de governo para a gravidade e importância dos desastres. Portanto, é a falta de decisão política; - a ausência de conscientização e participação da população, inclusive nas decisões importantes, planejamento de estratégias, ações etc. Deve haver participação plena, consciente e eficiente. Os países com uma Defesa Civil muito eficiente contam com ampla e plena participação da população. Outro problema que ainda persiste no Brasil, em todos os níveis da sociedade, é a ideia de que o controle de desastre deva ser apenas na iminência de o mesmo ocorrer ou depois que acontece (MIN, 2007, p. 12).

Percebe-se que a cultura que impera é a de pensar sobre os desastres somente após sua ocorrência. Santa Catarina não foge muito à regra. A partir disso, têm-se inúmeras consequências: ausência de discussões mais fecundas sobre o que envolve a prevenção aos desastres; falta de preparação e de respostas; inexistência de interação no âmbito federal, estadual e municipal; ausência de estudos sobre social e ambiental; falta de treinamentos periódicos e permanentes, entre outros. Como bem afirma a Conferência Geral sobre Desastres (2007),

Como consequência, temos [...] pouca ou quase nenhuma coordenação dos órgãos setoriais e instituições, incluindo as universidades, que também constituem o Sistema Nacional de Defesa Civil. A debilidade de integração se faz sentir em nível federal e também estadual e municipal. Ausência ou insuficiência de estudos ou revisão de riscos de desastres e identificação de

vulnerabilidades. A ausência, nas instituições das áreas setoriais, de uma unidade específica, responsável pela atuação dos órgãos nas diferentes etapas e no processo de coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil, debilita muito e contribui para a inoperância da maioria dos setores no processo (exemplo: setor saúde, setor educação, setor comunicações, setor agropecuário etc.). [...] aspectos são de alta relevância: a ausência marcada e acentuada do papel das Universidades do País no processo do ensino e pesquisas sobre desastres (MIN, 2007, p. 13-14).

O Estado de Santa Catarina, a exemplo do desastre de 2008, refletiu a ausência de políticas de prevenção e de respostas diante das situações de desastres. De acordo com Negrodo (2009, p. 168),

Até a ocorrência do evento de novembro de 2008, nenhum administrador municipal do Vale do Itajaí preocupou-se verdadeiramente em dar à defesa civil um papel de pólo irradiador de políticas preventivistas de desastres e de coordenação de medidas operacionais para o momento em que uma catástrofe ultrapasse a capacidade de resolução operacional do município. Em muitos municípios aguarda-se o evento, para depois pedir ajuda.

Como visto, o desastre de 2008 demarca necessidades latentes em termos de estruturação de ações de prevenção e de respostas. Com o intuito de identificar como os profissionais percebem as implicações do desastre de 2008, resgataram-se, junto a eles, as ações existentes antes, durante e após o desastre de 2008.

2.2.1.1 Estruturação de ações de prevenção e respostas: antes, durante e após o desastre de 2008

Em termos da estruturação de ações de prevenção e resposta no Vale do Itajaí, essa foi resgatada a partir da visão dos profissionais que atuaram no desastre de 2008, por meio de entrevista. As questões que foram aplicadas aos profissionais acionados versaram sobre a existência

ou não de ações antes, durante e depois do desastre de 2008; a preparação do município, se estaria ou não preparado para lidar com novos eventos similares; e a mudança após o desastre.

Com relação à existência de ações de prevenção e respostas, foi revelado pelos profissionais que, a partir do desastre de 2008, os municípios despertaram-se para a necessidade de estruturação de ações de prevenção.

A evidência apontou o foco acentuado dos municípios somente quando da ocorrência de um desastre. Isso trouxe implicações para muitos municípios, pois, como não possuíam, por exemplo, Defesa Civil estruturada e plano de contingência disseminado entre os demais órgãos, prejudicou as ações de respostas. Alguns municípios, inclusive, por desconhecerem protocolos específicos em situação de emergência e de calamidade pública, tiveram dificuldades com repasses de recursos para a reconstrução. Esse desconhecimento tem reflexos em outras políticas do município que atendem a população atingida e também no desenvolvimento econômico local.

Os profissionais que atuaram no desastre de 2008 revelaram que as principais ações de prevenção são as desenvolvidas pela Defesa Civil nas escolas. E, após o desastre de 2008, perceberam um movimento maior com a formação de agentes de defesa civil, a oferta de cursos e treinamentos na área específica de desastre.

E, quanto às ações de respostas, também indicaram a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros como órgãos atuantes na área de resposta nos municípios, e ressaltaram que foi um evento que exigiu a atuação de vários órgãos, secretarias, empresas, pela magnitude do evento. Citaram como ações de respostas o resgate de vítimas, o auxílio reação, a abertura de abrigos e de moradias provisórias, a interdição de residências em área de risco.

As ações de prevenção do município foram fortalecidas após o desastre de 2008, com ações específicas em escolas, comunidades mais vulneráveis com a formação de agentes de defesa civil; vários cursos/treinamentos vêm sendo realizados, principalmente, após os desastres [...], as ações de respostas foram o resgate com atuação direta dos bombeiros; mobilização de 35 abrigos pela defesa civil; mais de 400 profissionais foram acionados de Blumenau e região; também houve o acionamento de vários órgãos de todas as esferas (nacional, estadual e municipal). (Técnico da

Defesa Civil)

Tinha, mas o desastre de 2008 demonstrou que não são suficientes. Exemplo de ações podem ser as realizadas pela Defesa Civil nas escolas. E hoje, se têm avaliações de risco; palestras nas escolas pela defesa civil, etc. [...] as ações de respostas foram auxílio reação; moradias provisórias; atendimento às vítimas; autonomia e poder de polícia para a Defesa Civil na interdição de moradias. (Geógrafo)

As ações não estão estruturadas e sistematizadas, ainda encontram-se em construção. Infelizmente a gestão pública enfrenta algumas lacunas, pela falta de efetivo principalmente na Defesa Civil, não se tem continuidade nos processos, e muitas vezes as pessoas que entram começam do zero, ora por motivos partidários, ora por desconhecimento e até identificação com a área. Isso é bastante delicado. Por isso, pode-se dizer que o município ainda não possui ações de prevenção estruturada. Mesmo tendo história de convívio com desastre em anos anteriores, parecia uma situação extremamente inédita. E não era tão inédito assim. Isso está relacionado a vários fatores como: autoritarismo, poder local sem atenção devida à prevenção. Com relação às ações de respostas, foram muitas, exemplo, auxílio reação; atuação em abrigos; resgate etc. (Enfermeiro)

Das falas é notório que o desastre de 2008 foi importante na história dos municípios do Vale do Itajaí, quando trouxe à tona as lacunas dos municípios e a necessidade de estrutura mínima de ações de prevenção e de respostas.

No tocante à discussão de prevenção, ficou evidente que as discussões pragmáticas, em que se concebe prevenção exclusivamente focada na preparação de desastre, separaram os aspectos socioeconômicos dos aspectos ambientais.

E, quanto às ações de respostas, percebe-se ser o foco maior dado pelos municípios. Entre as ações de respostas estão os abrigamentos. O assistente social é um dos profissionais que foram chamados a intervir

em abrigos. Portanto, recuperam-se alguns elementos dessa ação, segundo as reflexões de Samagaia e Angioni (2009, p. 140-142).

Dentre as ações de respostas, encontram-se a situação de abrigo [...], a situação de abrigo foi a resposta mais imediata a situação dos atingidos duramente pelo desastre [...], a situação nos abrigos provisórios, concentrados no momento pós-desastre, sobretudo em escolas e igrejas, foi se agravando [...], a diversidade de situações familiares, por exemplo, tornava muito difícil uma convivência digna nos abrigos, com respeito à privacidade e à liberdade dos abrigados. O tempo passava e seus ocupantes não recebiam qualquer informação sobre seu futuro, ou seja, sobre as propostas coletivas de moradias [...], os abrigos contavam com as mais diferentes realidades, mas de modo geral, obedeciam a regras comuns, estipuladas por técnicos vinculados à política de assistência social. Tais regras (divisão de tarefas, horários de entrada e saída, de dormir e acordar) eram impostas através de um ‘manual dos abrigados’.

A situação do abrigo, como mencionado, perdura ainda em 2011, principalmente no município de Blumenau, embora com menor número de famílias morando não mais em escolas e igrejas, mas em ginásios adaptados com divisórias e transformados em moradias provisórias.

O trabalho em moradias provisórias requer orientações específicas e um trabalho integrado entre as várias áreas. Atualmente o manual construído a partir da atuação da Defesa Civil do Rio de Janeiro, publicado em 2006, trouxe contribuições no que tange à implementação de ações nos abrigos. Essa publicação foi fruto do trabalho de “[...] equipe multiprofissional que empregou todos os esforços para a disseminação de conhecimentos nas áreas de bombeiro, enfermagem, engenharia [...], medicina, psicologia e Serviço Social, a fim de aplicá-los nos locais de assistência às pessoas abrigadas” (SEDEC-RJ, 2006, p. 9). Baseado no Projeto Esfera, da ONU, o manual “Administração para abrigos temporários” (2006) foi estruturado para subsidiar a capacitação de coordenadorias municipais de Defesa Civil.

Ao questionar os profissionais quanto à existência em seus municípios de estruturação de Defesa Civil, somente os municípios de Blumenau, Brusque, Ilhota e Itajaí sinalizaram a existência de coordenadorias de Defesa Civil. Entretanto, somente dois profissionais que atuaram em Blumenau revelaram ter passado por capacitação para atuar em situações de desastre, na qual foi repassada brevemente a atuação em abrigos temporários. Os demais sinalizaram não conhecer nenhum manual e não tiveram capacitação para atuar em abrigos temporários.

O manual da SEDEC-RJ (2006) incorpora o Sistema de Comando de Operações (SCO), que orienta a gestão nos abrigos, dividindo as ações em grupos por ramo: saúde, odontologia, nutrição, atenção psicossocial (assistente social, psicologia e voluntários denominados de agentes psicossociais). No desastre de 2008, foi mencionada por três profissionais a utilização do SCO no âmbito gerencial e adotada, em vez de agentes psicossociais, a figura do educador social.

Percebe-se que, pela ausência de estruturação mínima de Defesa Civil nos municípios e de diálogo intersetorial e interinstitucional, os manuais não são disseminados e tão pouco discutidos. No caso do desastre de 2008, os profissionais revelaram dificuldades para atuar e é notório que o impacto desse desastre ainda se alastra nos dias atuais.

Mesmo tendo passado quase três anos do evento, os municípios e a população ainda convivem com o impacto. Como já visto na segunda seção, a história do Vale do Itajaí com enchentes não é recente. A exemplo de Blumenau, num período de 158 anos a cidade sofreu com mais de 68 enchentes (FRANK; PINHEIRO, 2003; MATTEDI, 1999; THEIS et al., 2000). A explicação do porquê o Vale do Itajaí ainda sofre tanto com os impactos, embora tenha tanta referência com enchentes, pode ser sintetizada como proveniente de problemas complexos das contradições do padrão de desenvolvimento, combinado por fatores econômicos, políticos, sociais e ambientais.

Esses fatores têm influência direta na estruturação de ações de prevenção e respostas. Por isso a questão que versava sobre o que mudou no município após os dois anos do desastre de 2008 tinha como pretensão identificar mudanças ou não na estrutura interna de alguns municípios em decorrência do desastre de 2008. De acordo com os entrevistados, houve mudanças significativas. A exemplo de Blumenau, houve a transformação da Coordenadoria de Defesa Civil em Secretaria; e alguns municípios que não possuíam estrutura mínima de Defesa Civil, a exemplo de Benedito Novo e Rodeio, criaram coordenadorias.

A cidade de Blumenau é a primeira cidade do Estado que tem uma secretaria de Defesa Civil que conta com três diretorias: de defesa civil, diretoria de reconstrução e a diretoria de fiscalização municipal [...]. a diretoria de reconstrução foi criada exclusivamente para atender os atingidos em 2008, todas as ações necessárias pós evento, e a fiscalização, que é fiscalização municipal de obras e posturas, que tem a função fiscalizar principalmente a ocupação das áreas de risco, entre todas as atividades de fiscalização, fazendo o controle do crescimento das áreas de risco. Então a função da secretaria, além de trabalhar com ciclo de defesa civil, nós temos a função principal ainda, fazer uma inter-relação para a gestão integrada do risco, então fazer essa ligação como todas as outras secretarias, que tenha alguma atividade ligada à prevenção, ou a resposta de desastre, então é inter-relacional os assuntos, fazer uma ponte entre várias secretarias. (Bombeiro)

Além de Blumenau, os demais municípios do Vale do Itajaí também sinalizaram mudanças da estruturação da Defesa Civil Municipal, não como secretaria, mas como coordenadorias. Também foram revelados receios quanto à continuidade das ações, justamente pela ausência de política, o que geralmente ocorre são mobilizações enquanto a história do desastre encontra-se viva e tenha visibilidade na mídia, depois disso entra em pauta conforme interesses de gestão.

A história de Blumenau com as enchentes tem reforçado que sempre há mudanças depois dos desastres. O problema está na sua continuidade, quando entra no esquecimento da mídia, não dando ibope para os políticos, empresas, etc., as ações param de serem executadas. Especificamente após dois anos do desastre, houveram iniciativas plausíveis, mas, como te falei, ficaram em ações isoladas, não veio a fomentar uma política por exemplo. Isto quer dizer que, havendo um evento novamente, que com certeza terá pelas análises que vêm sendo feitas, dá a impressão que se saiu de um ineditismo. Mas houveram mudanças sim: a

Defesa Civil, por exemplo, realizou vários treinamentos de profissionais de várias áreas; retomou projetos nas escolas; emitiu cartilhas educativas; vários seminários, encontros vêm sendo realizados fazendo balanços e discutindo novos rumos, inclusive para a defesa civil. A estruturação da diretoria de geologia na Prefeitura também é um ótimo exemplo. (Técnico da Defesa Civil)

Outro elemento apontado pelos entrevistados quanto à mudança após o desastre está atrelado à percepção de risco e à necessidade de interação maior entre os vários segmentos: população, governo, empresas, secretarias, profissionais etc. Segundo eles, o desastre de 2008 exigiu essa aproximação.

Quando questionados se o município estaria preparado para lidar com novos eventos similares, os entrevistados foram unânimes, afirmando que, embora houvesse iniciativas plausíveis para a estruturação de ações de prevenção e respostas, acreditavam ser insuficientes. Alguns apontaram ainda ser essa uma questão cultural não somente do Vale do Itajaí, mas do Brasil e também dos demais países.

[...] eu assumo dizer não, sabe por quê? Porque ninguém se prepara para aquilo que não vai acontecer. Pra que vou investir recursos financeiros, treinamentos de pessoal, contratação, criar uma estrutura para uma coisa se eu não uso [...], isso é no mundo todo, isso é no Brasil [...], você só tem estruturação de defesa civil, de legislação, de conduta, de comportamento, de necessidade se tu tens história, por isso que o Europeu é tão grande, é tão forte nisso [...]. (Bombeiro)

A fala revela que Santa Catarina e, de maneira geral, o Brasil, por não possuírem histórias de grandes e frequentes desastres, acabam por não se prepararem para eles. Por outro lado, conforme apontado na seção anterior, as situações de desastres, principalmente nos últimos dez anos, vêm se tornando rotina em nível mundial, da qual o Brasil nem Santa Catarina estão ilesos desse cenário. Além disso, percebe-se que, ao longo da história, especificamente o Vale do Itajaí convive com enchentes e, como bem afirmaram Theis, Mattedi e Tomio (2000), o

passado (in)comum de quase 150 anos de convivência com enchentes ainda não foi suficiente para colocar em pauta as ações de prevenção e respostas como política.

Isso quer dizer que, pela história, Blumenau já teria indicadores para a estruturação de ações de prevenção e respostas.

2.2.1.2 Órgãos e instituições envolvidos no desastre de 2008

Em situações de desastre, a Defesa Civil é o órgão responsável em desencadear todas as operações referentes ao socorro e ao atendimento às vítimas, conforme a Política Nacional de Defesa Civil.

Segundo o Decreto n. 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), em seu Artigo 18 esclarece:

Em situações de desastre, as ações de resposta e de reconstrução e recuperação serão da responsabilidade do Prefeito Municipal ou do Distrito Federal.

§ 1º Quando a capacidade de atendimento da administração municipal estiver comprovadamente empregada, compete ao Governo, estadual ou federal, que confirmar o estado de calamidade pública ou a situação de emergência, a atuação complementar de resposta aos desastres e de recuperação e reconstrução, no âmbito de suas respectivas administrações.

§ 2º Caberá aos órgãos públicos localizados na área atingida a execução imediata das medidas que se fizerem necessárias.

§ 3º A atuação dos órgãos federais, estaduais e municipais na área atingida far-se-á em regime de cooperação, cabendo à COMDEC, ou ao órgão correspondente, ativar imediatamente um comando operacional para administrar todas as ações e medidas de resposta ao desastre, estabelecendo, dependendo de suas características e complexidade, comando unificado acordado entre as entidades envolvidas com o atendimento do desastre.

Isso quer dizer que o desastre de 2008 ocorrido no Vale do Itajaí levou a Defesa Civil de Santa Catarina a operacionalizar as suas incumbências de prestar socorro e atendimento às vítimas atingidas, coordenando todas as ações ligadas direta ou indiretamente com o cenário do desastre. Segundo o gestor à época da Defesa Civil Estadual, teve-se a seguinte situação:

Com o acompanhamento da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (EPAGRI-CIRAM) e Instituto de meteorologia catarinense, nós conseguimos prever que as chuvas não cessariam no mínimo em cinco dias, o que para nós era decretar a ocorrência de um desastre de grande porte em Santa Catarina [...], a decretação de Estado de Emergência em Santa Catarina [...] só tinha sido realizada uma única vez no Estado, quando da ocorrência do Furacão Catarina [...], com a colaboração de vários órgãos, partimos para uma definição de planos de ação e principalmente de cenário futuro [...] [que] demandou uma ação imediata de socorro e uma mobilização nacional para atender Santa Catarina (MENEZES, 2009, p. 295-296).

Fica explícito que o desastre de 2008 exigiu a mobilização de vários órgãos/instituições. Ao resgatar a questão sobre quais os órgãos/instituições envolvidos em situações de desastre, os entrevistados, em sua maioria, reforçaram que o desastre de 2008 foi um evento de grande magnitude, portanto não teve como não mobilizar todos os segmentos que envolvem a sociedade. Além disso, salientaram que a mobilização extrapolou o local, o regional e o estadual, necessitando de articulações nacionais e internacionais.

No âmbito local os municípios acionaram todas as secretarias, empresas e demais instituições, ONGs, universidades, conselhos de classe, sindicatos etc. Essa mobilização foi deliberada pela Defesa Civil Estadual. Além da necessidade de contratação de profissionais e serviços,

No auge da tragédia, mais de 5,6 mil pessoas foram conduzidas a 64 abrigos ativados pela defesa civil do município. Escolas, creches, igrejas e clubes se transformaram em alojamentos

para receber os desabrigados. Para atender a essa demanda, o governo local contratou 120 educadores sociais e 15 assistentes sociais em regime temporário (ZUCCO; MAGALHÃES; MORETTI, 2010, p. 608).

A operacionalização no desastre envolve plano de contingência, decretos de estado de emergência ou calamidade pública, clareza nas atribuições e nas responsabilidades, abertura de abrigos, logística, entre outros.

Dessa forma, o envolvimento dos diversos órgãos também possui um indicador importante para minimizar ou agravar os impactos do desastre. Isso está atrelado à aproximação dos envolvidos com o que necessitam para atuar em situações de desastre.

Considera-se que o desastre de 2008 envolveu o trabalho de todas as secretarias municipais, das Polícias Civil, Militar, Ambiental e Rodoviária Federal, do Corpo de Bombeiro Militar e dos bombeiros voluntários, do Exército, da força área brasileira, de empresas, ONGs, universidades, imprensa etc. Ou seja, sabe-se que, em situações de desastres, as atividades assistenciais e de recuperação não são de responsabilidade exclusiva de dado setor, inclusive seria contraditório se o fosse, uma vez que se entende que a realidade social e os impactos dos desastres são complexos e dinâmicos.

Pela entrevista do diretor de Defesa Civil de Santa Catarina em 2008 concedida a Menezes (2009), evidenciam-se a magnitude do desastre desse ano e as dificuldades de gerenciá-lo, apontando as lacunas quanto à falta de articulação entre órgãos, profissionais, entre outros.

Tivemos a participação da comunidade e de toda força viva de Santa Catarina, como também problemas no sentido de coordenar milhares de pessoas. Em alguns momentos, operávamos com mais de 12.000 pessoas, que é um número bastante elevado e requer estrutura para isso. Os acessos não existiam. Contávamos com roupas, remédios, alimentos, mas não tínhamos como fazer chegar. As condições de vôo não eram adequadas em função da adversidade meteorológica e, levar estes donativos até as comunidade era muito difícil. [...] Para quem estava à frente da coordenação da Defesa Civil foi

um grande desafio [...], ficamos muitos dias sem ir para casa; nem sequer conseguíamos visitar familiares. Muitos de nós possuíamos familiares vítimas das cheias [...]. Este foi um desastre jamais visto no Brasil, e que será objeto de estudo no mundo inteiro. [...] Nós estamos procurando melhorar a percepção de risco de nossa população. Estou convencido de que a mudança cultural é fundamental para a proteção [...]. Nós teremos que aprender a conviver com os riscos, a acreditar que os desastres acontecem e a estar preparados para quando acontecerem, reagir de maneira adequada (MENEZES, 2009, p. 297-299).

A partir disso, tem-se que o desastre de 2008 de fato exigiu ações imediatas por meio da mobilização de distintas instituições, que precisaram ser envolvidas e acionadas para atuar. Por isso as articulações e a quebra de modelos de ações verticais e focalizadas se fazem necessárias. Isso quer dizer que a complexidade da área social e das situações de desastres não permite uma abordagem dos problemas de forma fragmentada por estruturas isoladas. Os problemas sociais advindos e/ou reforçados em situações de desastres lançam-se ao caminho de ações coletivas, aparecendo a intersetorialidade como alternativa necessária para o atendimento das demandas.

A intersetorialidade é considerada uma forma de articulação entre os atores que elaboram e os que executam políticas públicas, visando à garantia de serviços efetivos e facilitando o atendimento de determinadas necessidades. Autores como Junqueira (1999) e Sposati (2006) auxiliam nessa discussão, trazendo a intersetorialidade como base para as políticas públicas em geral.

A intersetorialidade, para Junqueira (1999, p. 27), vem como pressuposto para a política pública, na medida em que visa articular não apenas setores, mas as próprias políticas, a exemplo das políticas sociais, urbanas, econômicas, constituindo uma nova maneira de operacionalizar os serviços e garantindo a sua democratização.

A intersetorialidade surge como uma nova possibilidade para resolver [...] problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território. Essa é uma perspectiva importante porque aponta uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções [...] pois a

complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política [...].

O autor ressalta a intersetorialidade como uma proposta articulada entre as políticas, indicando para tal a necessidade de visão integrada. Para Sposati (2006), a intersetorialidade também é tida como a integração entre as áreas setoriais, mas reconhece, como resultante da integração entre setores, a construção de saberes e, como espaço de construção de novas respostas, as demandas em cada uma das políticas públicas.

Em se tratando das situações de desastres, a exemplo do desastre de 2008, foi visível a intensificação dos limites de atuação dos órgãos envolvidos pelas formas tradicionais de conceber e operacionalizar as políticas públicas, pelas desarticulações entre os setores, pela falta da integralidade na defesa dos direitos sociais, resultando, assim, na inoperância de ações de enfrentamento.

Diante disso, coloca-se a intersetorialidade como uma alternativa capaz de desenhar novos arranjos e novas articulações para o enfrentamento desses problemas. Sabe-se que as instituições, para executarem os seus serviços, necessitam de recursos, arranjos institucionais e legais, e também dos profissionais. A seguir, apresenta-se a visão dos profissionais que atuaram no desastre de 2008 quanto à forma de acionamento basilar para identificar a articulação entre os setores.

2.2.1.3 Forma de acionamento dos profissionais para atuarem no desastre de 2008

O acionamento refere-se a medidas instituídas pela Defesa Civil, conforme o ciclo de gerenciamento de desastre previsto na Política Nacional de Defesa Civil (2007). Vale lembrar que o ciclo de gerenciamento de desastre envolve quatro fases: prevenção, preparação, resposta e reconstrução.

Conforme já exposto nas seções anteriores, a fase de prevenção, segundo a Política de Defesa Civil, é constituída por um conjunto de ações que têm a finalidade de minimizar desastres pela avaliação e redução das ameaças e/ou vulnerabilidades e é operacionalizada por meio da análise e redução dos riscos. A fase de preparação inclui os

estudos da primeira fase que irão subsidiar a elaboração do plano de contingência, que compreenderá um conjunto de ações para o desenvolvimento e o treinamento de profissionais e população para atuarem em situações de desastre e para minimizar os efeitos dos desastres, bem como operacionalizar ações das demais fases: resposta e reconstrução.

Assim, o acionamento de órgãos e de profissionais dar-se-á por meio do plano de contingência, o qual objetiva a rapidez na mobilização, a prestação de assistência às populações atingidas e a reabilitação do cenário do desastre. Isso quer dizer que os órgãos e os profissionais acionados estarão inseridos e envolvidos nas ações de resposta. Segundo a PNDC (2007), a ação de resposta

[...] compreende: - Socorro; - Assistência às Populações Vitimadas; - Reabilitação do Cenário do Desastre. A Fase de Socorro é subdividida em: - Pré-impacto: Intervalo de tempo que ocorre entre o prenúncio e o desencadeamento do desastre. - Impacto: Momento em que o evento adverso atua em sua plenitude máxima. - Limitação de Danos: Situação imediata ao impacto, na qual os efeitos do evento iniciam o processo de atenuação. A Assistência às Populações Vitimadas compreende as atividades: logísticas; assistenciais; de promoção da saúde. E a Reabilitação do Cenário do Desastre compreende as atividades de: avaliação de danos; vistoria e elaboração de laudos técnicos; desmontagem de estruturas danificadas, desobstrução e remoção de escombros; sepultamento, limpeza, descontaminação, desinfecção e desinfestação do ambiente; reabilitação dos serviços essenciais; recuperação de unidades habitacionais de baixa renda (PNDC, 2007, p. 17).

Nesse sentido, a organização de uma estrutura mínima de defesa civil, na esfera municipal, é considerada imprescindível, uma vez ser ela uma das instituições-base da Defesa Civil responsáveis pela implementação de ações de prevenção e resposta. Isso também confirma que a forma de acionamento dos profissionais perpassaria por treinamentos específicos e que há necessidade do conhecimento prévio do plano de contingência por todos os órgãos e profissionais envolvidos

e do conhecimento também das ações que envolvem o ciclo de gerenciamento do desastre.

A pesquisa revelou no bloco de questões que versaram sobre o acionamento dos profissionais que, dos trinta entrevistados, 28 foram acionados pelas instituições que exerciam suas atividades laborais, os outros dois foram voluntários, tomando a iniciativa de se apresentarem a serviço nos abrigos. Dos voluntários, um atuou diretamente em abrigos, porque também estava na situação de atingido e conviveu diretamente com a realidade de abrigo. E outro tomou a iniciativa pela sensibilização do que estava acontecendo, por meio do seu conselho de classe.

Em linhas gerais, o acionamento, segundo os profissionais, foi feito pelo município por meio da Defesa Civil, pelas universidades, pelos sindicatos, pelas associações e pelos conselhos de classe.

Fui atingido e tive que ir para moradia provisória onde fiquei 10 dias, e na moradia acabei sendo voluntário social [...]. Depois que retornei para minha residência tomei a iniciativa de ser voluntário especialista na Defesa Civil. (Biólogo)

Sim, nós fomos acionados. Quando acontece alguma situação de emergência a Defesa Civil primeiro faz os atendimentos e identifica a necessidade de convocar as outras secretarias. Os secretários são convocados primeiro e vai seguindo uma ordem pra ir convocando suas equipes. Então no dia 22 o nosso secretário entrou em contato comigo [...], estávamos sem energia, inclusive foi feito todo um exercício para se comunicar, porque as linhas telefônicas já não estavam mais funcionando. E ele falou: fomos convocados para vir para Prefeitura, o contexto do município é de enchente e deslizamento, nesse momento arruma as tuas coisas e vem de mala, porque não sabemos até quando a gente vai ficar. Foi nessa ligação que a convocação foi emitida, e da mesma forma para outros gerentes de proteção especial da Semascri. (Assistente social)

Vê-se que a maioria dos profissionais foi acionada por suas secretarias, gerências e comandantes, e estes pela Defesa Civil. Percebe-se, pelos relatos, que alguns profissionais já conheciam a estrutura do

acionamento e citaram inclusive a existência e o conhecimento do plano de contingência.

A partir do momento do acionamento, os profissionais passam a entrar em contato direto com a cena do desastre, necessitando de uma atuação rápida e, em alguns momentos, específicas. As orientações quanto à atuação, segundo a PNDC (2007), são dadas na fase de preparação, justamente, para os profissionais e os órgãos se interagirem das ações e dos procedimentos em situações de desastre. As orientações gerais vêm pela Defesa Civil, que, juntamente com os outros órgãos envolvidos no plano de contingência, delibera e convoca suas equipes, e estabelece os nortes para cada atuação.

Considerando que os papéis desempenhados em situações de desastres são diversos e versáteis, sofrendo alterações a todo momento conforme a situação de desastre vai se estabelecendo, é exigido que os profissionais tenham conhecimentos preliminares, bem como aproximação com a estrutura de ações de prevenção e resposta do município.

Para tanto, há a necessidade de treinamentos específicos, pois, muito embora os profissionais acionados saibam de suas atribuições profissionais, a situação de desastre exige um trabalho integrado com ações emergenciais que nem sempre possui condições objetivas para ser exercido. Isso indica uma peculiaridade que também apareceu nas falas dos entrevistados, quando se perguntou sobre sua participação em algum treinamento de prevenção e respostas às situações de desastres. Quando questionados sobre o que sabiam do Grupo Integrado de Ações Coordenadas da Defesa Civil (Grac) e do plano de contingência do município, as respostas não estavam em consonância com a PNDC, mostrando desconhecimento para a atuação em situações de desastre.

Dos trinta entrevistados, somente cinco (técnico de defesa civil, bombeiro, policial militar, exército e assistente social que atuava na Secretaria Municipal da Assistência Social, da Criança e do Adolescente – Semascri) responderam ter passado por treinamentos específicos na área de desastre, terem acesso ao plano de contingência e inclusive participado de sua construção no município, e conhecerem o Grac somente após o desastre de 2008.

A necessidade de um conhecimento das particularidades de determinada realidade para a atuação é necessária, entretanto, como a cultura em lidar com situações de desastre não é forte no Brasil e tão pouco no Estado de Santa Catarina, a atuação sofreu limitações, justamente pelo despreparo em situações específicas, como em desastre.

A Defesa Civil Estadual solicitou apoio psicológico para a equipe, entretanto, os profissionais tiveram dificuldade de atuar, porque não tinham experiência em trabalhar em desastre. Não é fazer terapia, é fazer “briefings” emocionais para que no outro dia conseguimos atuar. Foi bem difícil, muitos colegas desenvolveram doenças graves mentais, outros tiveram distúrbios alimentares etc. É uma situação muito específica, o Brasil precisa avançar mais, promovendo capacitações nessa área para todas as categorias médicos, assistentes sociais, engenheiros etc. (Técnico da Defesa Civil)

Vê-se que a atuação em situações de desastre traz uma complexidade que implica superar limites dos conhecimentos disciplinares originários da divisão social e técnica do trabalho, divisão essa que impactará na própria produção do conhecimento (NETTO, 1998) e nas intervenções profissionais. E, sabendo que muitos profissionais foram chamados a intervir no desastre de 2008, entre eles o assistente social, é possível, neste momento, identificar as áreas de atuação do assistente social em situação de desastre. Para tanto, a seguir situam-se brevemente o histórico da profissão de Serviço Social, as aproximações que vêm sendo feitas em relação à temática ambiental e a visão dos profissionais que atuaram em 2008 no Vale do Itajaí com o intuito de apreender os desafios que as situações de desastres denotam tanto à formação quanto ao exercício profissional.

2.3 O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DE SITUAÇÕES DE DESASTRE SOCIOAMBIENTAL

Pensar sobre o Serviço Social diante de situações de desastre socioambiental remete a apreender as minúcias do processo de reprodução histórica do sistema capitalista como o grande impulsionador do contexto sócio-histórico que legitimou a profissão. Para tanto, faz-se necessário um breve resgate de como a profissão se institucionaliza e vem se aproximando das discussões da problemática ambiental.

Em termos de breve resgate histórico da profissão, tem-se que o contexto histórico-social do Serviço Social como profissão no Brasil remonta aos anos 1930, marcados pela transição de uma sociedade agrícola e comercial, que tinha o trabalho essencialmente escravo, para uma sociedade agrícola e industrial, com a inserção do trabalho assalariado e a “formação” dos centros urbanos pelo processo de industrialização.

Essa transição abarca modificações significativas na dinâmica da sociedade: a relação capital e trabalho passa a legitimar a formação da classe trabalhadora, a qual é regida agora pelas leis de mercado e vinculada diretamente ao modo de produção capitalista. Tal dinâmica trouxe desdobramentos à sociedade, com incidências tanto na estrutura social quanto na política: desemprego, fome, falta de habitação, más condições de trabalho, expropriação do campo para os centros urbanos etc., o que resultou na organização da classe trabalhadora e no surgimento de várias lutas. De acordo com Gohn (1999, p. 47),

A classe operária muda de composição: de imigrantes estrangeiros para os migrantes nacionais, egressos do campo para a cidade. O Estado assume a liderança do processo de desenvolvimento nacional e promulga uma série de leis destacando-se a legislação do Trabalho [...], e a questão social, até então objeto apenas da ação da polícia passa a ter a atenção de setores específicos do governo. [...] vários movimentos sociais ocorreram entre 1930-37 entre os quais o movimento dos pioneiros da educação (1931), a Marcha contra a fome (1931), a revolução constitucionalista de São Paulo (1932), a Revolta do Caldeirão no Ceará (1935), a criação da Aliança Libertadora Nacional (1935), Movimento Pau de Colher (ocupação de terras na Bahia-1935), revoltas militares etc. [...].

Diante da industrialização da sociedade, as ações assistenciais e filantrópicas realizadas pelas igrejas não conseguiam dar mais respostas às necessidades da população, exigindo que o Estado assumisse o papel de regulador social. Segundo Yazbek (2006, p. 15),

O Estado assumiu, então, o papel de regulador da condução das políticas econômicas e sociais do

país, ao mesmo tempo em que a questão social foi a ‘matéria-prima’ que justificou a constituição do espaço profissional do Serviço Social, na divisão social e técnica do trabalho e a construção/atribuição de sua identidade profissional.

É nesse contexto que surge o Serviço Social como profissão, que emerge como exigências econômicas e sociais na fase monopolista do capital, conforme afirma Netto (1992, p. 70):

a emergência profissional do Serviço Social é em termos históricos universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social. [...] a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho [...], propicia a profissionalização do Serviço Social e tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificadas nas políticas sociais.

Sendo assim, a profissão de Serviço Social concebida como resultante de relações históricas, econômicas, políticas e sociais, consolidada na especialização do trabalho, reconhece que, muito embora sua construção tenha se dado a partir do pensamento social da Igreja, que punha a atuação profissional dentro de um caráter eminentemente “individualista, psicologizante e moralizador” (NETTO, 1998), vem ao longo de sua trajetória fazendo rupturas com o conservadorismo. Tem-se a partir da década de 1980 e 1990 essa desconstrução como base à recusa e à crítica ao conservadorismo profissional.²⁷

É claro que a denúncia do conservadorismo do Serviço Social não surgiu repentinamente – na verdade, desde a segunda metade dos anos 60 (quando o Movimento de Reconceituação, que fez estremecer o Serviço Social na América Latina,

²⁷ Discussões acerca do conservadorismo e do Serviço Social estão em várias obras, entre elas Yamamoto (1992) e Netto (1998).

deu seus primeiros passos), aquele conservadorismo já era objeto de problematização. O trânsito dos anos 70 aos 80, porém, situou esta problematização num nível diferente na escala em que coincidiu com a crise da ditadura brasileira [...]. A primeira metade dos anos 80 assistiu à irrupção, na superfície da vida social brasileira, de demandas democráticas e populares reprimidas [...]. A mobilização dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo da sua organização sindical; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular (por exemplo, associações de moradores) e democráticos (estudantes, mulheres, ‘minorias’, etc.), [...] – tudo isso pôs na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e Sociais [...]. É neste contexto que o histórico conservadorismo do Serviço Social brasileiro [...] confrontou-se [...] (NETTO, 1998, p. 149).

A recusa ao conservadorismo trouxe, então, à categoria profissional a necessidade de refletir e construir um projeto ético-político, que, segundo Netto (1998, p. 95), envolve

[...] um conjunto de componentes que necessita se articular: são valores, saberes e escolhas teóricas, práticas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos político-organizativos, processos de debate, investigações, interlocução crítica com o movimento da sociedade, da qual a profissão é parte e expressão.

Atualmente, o Serviço Social brasileiro conta com um projeto profissional que resgata fundamentos históricos e teórico-metodológicos pautados na teoria social crítica, ou seja, tem “como fundamento processos de reprodução social da vida, e nestes, particularmente, as diversas manifestações da questão social, como a pobreza, a subalternidade e a exclusão social” (YAZBEK, 2009, p. 135).

A materialização de tal projeto encontra-se no conjunto das regulamentações profissionais o Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes

Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABESS/CEDEPS, 1996, 1997a, 1997b; MEC-SESU, 2001).

Isso quer dizer que a institucionalização do Serviço Social como profissão sendo explicada no contexto contraditório no âmbito dos processos sociais, políticos e econômicos no século XX e XXI traz novas exigências profissionais no âmbito dos problemas ambientais, uma vez que, como bem lembra Iamamoto (2009, p. 344),

[...] o espaço profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica de demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade.

Na contemporaneidade, pode-se afirmar que as demandas potenciais revelam, como já mencionado, a problemática ambiental e o debate em torno das questões denominadas socioambientais. Essas demandas expressarão as relações que o homem e a natureza e a sociedade e o meio ambiente vêm estabelecendo ao longo da história e superdimensionando pelo atual sistema em que a sua produção e reprodução marcam uma trajetória de degradação ambiental e de contradições sociais no presente século.

Nesse contexto, tem-se o meio ambiente como uma categoria importante por denunciar e interligar as expressões da questão social. Conforme menciona Silva (2010, p. 146),

A temática ambiental vem interpelando o Serviço Social brasileiro, desde o início da década em curso, seja diretamente como espaço de intervenção seja como campo de pesquisa, período em que cresce a produção acadêmica nesta área. Observa-se, nestes termos, uma inferência no mercado de trabalho profissional, adensada tanto pelas ações desenvolvidas no âmbito do próprio Estado quanto nos programas de responsabilidades socioambientais das empresas.

Conforme a fala da autora, as inquietações que geraram este trabalho, por exemplo, originaram-se justamente do cotidiano

profissional como assistente social em uma empresa estatal de economia mista que tinha como política de gestão programas de responsabilidade socioambiental, além de programas sociais. Nesses programas o profissional era chamado a planejar, executar e avaliar, e intervir em matéria de serviço social nas mais diferentes situações sociais. Entre as atuações estavam as intervenções na área de desastre tanto socioambiental quanto misto;²⁸ e, recentemente, no campo de pesquisa, com o ingresso no mestrado. De fato, o meio ambiente sinaliza novas demandas profissionais e, portanto, torna-se uma categoria importante também para o Serviço Social.

Para melhor explorar a questão do Serviço Social em situações de desastre, a seguir abordam-se as aproximações da profissão com a discussão do tema ambiental. Também são apresentadas as evidências reveladas pela pesquisa com base nas percepções dos profissionais que atuaram no desastre de 2008, no Vale do Itajaí, como forma de retratar os desafios lançados à profissão diante dos desastres socioambientais, foco deste trabalho.

2.3.1 Aproximações do Serviço Social com o tema ambiental

O descolamento da temática ambiental das contradições sociais, dado pelo divórcio entre os condicionantes socioeconômicos, políticos, cultural, ambiental e o modo de produção capitalista, contribui para a fragmentação das leituras da realidade, sem a compreensão da totalidade que envolve o social e o ambiental. Dessa forma, muitas áreas do conhecimento se colocaram alheias ou tímidas na construção de diálogos mais profundos com essa temática.

Esse aspecto é evidenciado por Loureiro (2008, p. 24), que chama a atenção para as lacunas existentes entre teoria social e questão ambiental, por exemplo. Segundo o autor, ao não considerar a interdependência entre teoria social crítica e questão ambiental na sociedade contemporânea, reforçaram-se equívocos no movimento ambientalista, o que trará reflexos na apreensão também no interior das profissões.

²⁸ A atuação se deu no desastre ocorrido em Içara, Santa Catarina, com o desabamento de um dos prédios da empresa, no furacão Catarina em Araranguá e no desastre no Vale do Itajaí em 2008.

[...] a noção de crise e de ameaça à sobrevivência, aliada ao distanciamento entre teoria social e questão ambiental, facilita a consolidação de um ambientalismo pragmático, baseado na busca da gestão ideal dos recursos, na procura desenfreada pela resolução de problemas imediatos e na noção de solidariedade [...]. Essa abordagem [...] ignora importantes elementos de ordem estrutural e suas implicações sobre estes mesmos aspectos. É por isso [que] [...] pode ser frequentemente encontrada a dissociação entre: a reforma agrária da conservação de florestas; a ocupação urbana do industrialismo; a fome e a miséria da preservação das espécies; a matriz energética dos interesses econômicos; e em termos didáticos, os conteúdos socioambientais dos estritamente naturalistas.

Nesse sentido, discutir a relação Serviço Social e a temática ambiental torna-se fundamental para explicar a atuação do Serviço Social em situações de desastre, uma vez que a ausência de análise crítica e estrutural dos problemas vivenciados tanto no contexto social quanto no ambiental dará margem à construção de equívocos e à reprodução de discursos e “consensos”.

[...] apreender a ‘questão ambiental’ como totalidade historicamente determinada, bem como a natureza das respostas oferecidas pelas classes sociais e pelo Estado, constitui preocupação já que são estes interpelados, cotidianamente, a intervirem nas refrações da destrutividade ambiental, tal qual são nas manifestações da ‘questão social’ (SILVA, 2010, p. 30).

Portanto, ter o entendimento dos desastres socioambientais e dos reflexos originários da relação estabelecida pela sociedade capitalista não apenas com a natureza, mas também com o social, faz-se necessário. E é nesse sentido que o tema ambiental como categoria importante ao Serviço Social se assenta na proposta de refletir e estabelecer os argumentos que possam sustentar a posição da importância da discussão da temática ambiental de forma interdisciplinar, com a qual o Serviço Social pode contribuir com debates, dentro de uma leitura crítica da realidade.

Ao considerar o assistente social também um dos atores principais no palco dos desastres, sendo chamado a intervir tanto no âmbito do Estado como no âmbito das demais instituições (empresas, ONGs etc.), fica evidente a emergência do tema para a formação e também para o exercício profissional.

Outro elemento a se considerar trata do marco legal instituído pela Defesa Civil como órgão responsável por respaldar ações em situações de desastre, a qual estabelece como atividades de assistência:

[...] triagem sócio-econômica e cadastramento das famílias afetadas; entrevistas com as famílias e pessoas assistidas; ações com o objetivo de reforçar os laços de coesão familiar e as relações de vizinhança; fortalecimento da cidadania responsável e participativa; atividades de comunicação social com o público interno e com as famílias afetadas; atividades de comunicação com a mídia; ações de mobilização das comunidades; liderança de mutirões de reabilitação e de reconstrução; disciplinação das relações pessoais dos desabrigados e preservação de comportamentos éticos e morais (DEFESA CIVIL, 2007, p. 151).

Embora se identifique a existência de normas que instituem atribuições específicas aos profissionais em situações de desastre, entre eles os de Serviço Social, cabe ressaltar a necessidade de se discutirem essas atribuições e o que a base legal da profissão, oficializada no Brasil pela Lei n. 1.989/53, regulamentada pela Lei n. 3.252/57 e alterada na década de 1990 pela Lei n. 8662/93, também estabelece.

Isso coloca em pauta, no interior do Serviço Social, a discussão da temática socioambiental e da nova dimensão dada ao fazer profissional em situações de desastre. Com isso, suscita também a necessidade do resgate dos fundamentos que a profissão vem discutindo e/ou dos quais vem se apropriando tanto no âmbito da formação quanto no cotidiano profissional e na organização política dos assistentes sociais diante das implicações que os desastres socioambientais vem desnudando.

Portanto, ao se regatar a atuação dos assistentes sociais no desastre de 2008, no Vale do Itajaí, têm-se as particularidades do exercício profissional diante de demandas emergidas desse contexto.

2.3.2 Atuação do assistente social no desastre de 2008

Este item resgata os dados de pesquisa revelados pelos assistentes sociais que foram acionados nos 11 municípios que decretaram estado de calamidade pública, no âmbito do Vale do Itajaí. E as questões que versaram sobre a atuação do assistente social em situações de desastre englobaram o atendimento à população usuária; as facilidades e dificuldades desse atendimento para intervir profissionalmente; se houve a busca por novos conhecimentos para atuar no desastre ou se houve a procura após a ocorrência do desastre; a atuação atual do assistente social em alguma situação e/ou demanda decorrente do desastre de 2008; de que maneira o assistente social pode pautar suas ações diante de situações de desastre socioambiental; se durante o trabalho no desastre de 2008 atuou com profissionais de outras áreas; quais foram as facilidades e dificuldades apresentadas no trabalho junto aos profissionais de outras áreas; se em algum momento houve a participação do profissional em reuniões gerenciais para a discussão de ações de prevenção e respostas às situações de desastre e/ou para a formulação de um plano de contingência e como esse processo se deu.

Com relação ao desenvolvimento do trabalho durante o desastre de 2008 no atendimento à população usuária, os 16 profissionais revelaram atuações distintas e diversificadas durante todo o período de atuação. Alguns atuaram, inicialmente, na Defesa Civil, compondo equipes que faziam avaliação de risco por meio das ligações recebidas pelo número 199 do órgão. Com base nas informações que o indivíduo passava da sua situação ou dos seus vizinhos, era preenchido um formulário específico²⁹ em que se indicava a urgência ou não de interdição pela equipe da Defesa Civil.

A indicação levava a Defesa Civil a enviar ou não equipes *in loco* para realizar a sensibilização da saída das famílias das residências ou a interdição oficial. Quatro das assistentes sociais entrevistadas realizaram trabalho de visita domiciliar com outros voluntários da Defesa Civil para avaliar *in loco* a emergência indicada pela avaliação de risco.

Oito assistentes sociais atuaram especificamente nos abrigos, alguns na área de gestão, que dava os direcionamentos das atividades

²⁹ Encontra-se um modelo no Anexo B que somente foi utilizado pela Defesa Civil de Blumenau, não tendo os demais municípios essa forma de funcionamento.

naquele local, encaminhando equipes, roupas, etc.; outros atuaram no atendimento às famílias nos abrigos e na Secretaria em que desenvolviam oficialmente suas atividades.

Visto que os profissionais acionados por meio do plano de contingência de suas secretarias deveriam apresentar-se na Defesa Civil, na qual recebiam informações panorâmicas do que vinha acontecendo e quais as ações imediatas naquela hora. Vale lembrar que a equipe se mantinha com subsídios temporários, pois o desastre desenhava a cada momento novos cenários. As assistentes sociais da Secretaria de Assistência Social do município de Blumenau compuseram as equipes de gestão, atuando diretamente junto à coordenação da Defesa Civil, na sala de situação ou do gabinete de crise, como foi chamado, montado na Prefeitura para as deliberações de ações diárias.

[...] atuei junto no gabinete de crise, na coordenação, se tomou pé da situação que naquele primeiro momento seria necessário ativar os abrigos. Quem ativa é a Defesa Civil, e demos o suporte de orientação, de alimentação, de situações de risco com criança, violência e enfim naquele primeiro momento a gente acabou contribuindo em tudo. Até telefone a gente começou a atender. Na madrugada do dia 23 e já começamos a estruturar os abrigos [...], a quantidade de pessoas era muito grande, então começamos a organizar a nossa secretaria pra esse atendimento, montamos uma equipe que ficou responsável para organizar o abastecimento dos alimentos, depois a organização da parte de RH em que começou a organizar os profissionais, os Assistentes Sociais começaram a se apresentar, então começou a encaminhar o pessoal para os abrigos [...]. Nos abrigos o assistente social de referência nos repassava a quantidade de pessoas, crianças, idosos, agravantes de saúde, etc., além de realizar os cadastros das famílias e o acompanhamento [...]. (Assistente social, Blumenau)

Em outros municípios, os profissionais não contavam com equipe de trabalho em um primeiro momento, por serem os únicos profissionais da área de Serviço Social no município, o que culminou na contratação

temporária de outros profissionais e/ou no acionamento de profissionais de outras localidades.

[...] no meu município, na ocasião do desastre, eu era a única assistente social do município. Desconhecia o que se passava no município devido ao desastre. Sem saber por onde começar, percorri os abrigos improvisados e descobri que não havia levantamento exato de quantas pessoas estavam sendo atendidas. Priorizei a elaboração de um formulário de cadastramento, reunindo as agentes de saúde. Em 12 horas tínhamos um diagnóstico da situação: 870 pessoas em 8 abrigos. Essas informações foram repassadas ao prefeito, que autorizou de imediato a contratação de outros técnicos especializados, como uma assistente social e duas psicólogas que integraram a equipe. (Assistente social, Ilhota)

E, entre a atuação, eles revelaram coordenação de abrigos, atendimento das famílias atingidas, orientação aos voluntários, cadastramentos, entre outros.

Trabalhei no cadastramento e também fui cadastrar *in loco*. As localidades mais atingidas com deslizamento de terras foi na área rural e trabalhei em parceria com o Setor da EPAGRI/SC, que disponibilizou o veículo para realizar as visitas domiciliares. (Assistente social, Timbó)

A partir das falas dos profissionais entrevistados, foi notória a dificuldade de os profissionais atuarem por desconhecerem a realidade que o desastre formou, trazendo a necessidade de formulações imediatas de protocolos para a identificação da população atingida e sua atuação. Segundo Míoto (2009, p. 482), os estudos socioeconômicos, por exemplo, no âmbito do Serviço Social são considerados parte da atuação profissional:

[...] remete a pensá-lo, inicialmente, enquanto parte intrínseca das ações profissionais dos assistentes sociais. Afinal de contas o desenvolvimento das ações profissionais

pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações.

Esses profissionais revelam que as situações de desastre envolvem uma dinamicidade intensa e, portanto, exigem dos profissionais conhecimentos técnicos e competências acuradas. Resgatando a Lei n. 8.662, que dispõe sobre o exercício profissional do assistente social, tem-se no Artigo 4º, entre as competências,

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; [...] V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; [...] XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CFESS, 2006, p. 32-33).

A dinâmica que envolve as situações de desastre e a necessidade de a profissão conhecer as condições sociais provocadas por esse desastre se caracterizaram um desafio, à medida que vários cadastros junto à população atingida foram realizados, sem uma articulação entre as áreas. Com isso, têm-se uma saturação para a população pelo número de formulários a serem preenchidos e também um descrédito quanto à sua efetividade. Por outro lado, afirma-se a necessidade, como ressalta a autora, do conhecimento dos sujeitos para que se possam estabelecer as ações.

Ainda com relação às dificuldades, foram apresentados as inúmeras siglas utilizadas pelo meio militar para deliberar as atividades, que no meio de outras áreas eram desconhecidas; a dificuldade quanto à clareza de papéis de cada profissional, bem como de cada voluntário que se apresentava para trabalhar; o gerenciamento das doações; e os conflitos advindos das lideranças comunitárias e do voluntariado, entre outros.

[...] foram várias questões, por exemplo, a questão do voluntariado, das lideranças comunitárias e

políticas, se teve um conflito muito grande; grande estresse na entrega dos alimentos, pois no período de emergência, foi distribuído para todos, sem critério, sem avaliação, porque naquele momento todas as pessoas precisavam; mas depois, quando as coisas começaram a retornar para as suas residências ou estarem melhor abrigadas, passou-se a utilizar critérios para a entrega dos alimentos; se teve situações envolvendo Vereador, ao fato dele não aceitar os critérios e querer bater de frente com o técnico. Então, essa questão foi muito forte, não só do benefício direto, mas também na central de distribuição, a nossa equipe sofreu muito com a falta de clareza da atribuição específica do assistente social nesse cenário. (Assistente social, Blumenau)

Com relação à necessidade da busca de novos conhecimentos para atuar em situações de desastres, os profissionais foram unânimes, todos sentiram essa necessidade. E buscaram inclusive apoio do conselho profissional e das universidades, nos quais não tiveram muito eco, como afirmaram. Em muitos momentos, sentiram-se sem respaldo para atuar, pois desconheciam as exigências normativas da assistência na área da Defesa Civil.

Quanto à atuação com alguma situação e/ou alguma demanda decorrente do desastre de 2008, nove profissionais ainda atuam com demandas específicas decorrentes do desastre. As principais demandas relacionam-se à moradia, a exemplo de auxílio reação e inclusões no programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal.

O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares, que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir

visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo à incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho [...] como requisitos essenciais do desempenho profissional, além de [...] vontades políticas que movem a ação (IAMAMOTO, 2009, p. 40).

Sabe-se que as demandas reveladas pelos profissionais correspondem a uma ponta de um *iceberg* que a situação de desastre desnuda. Apontando a moradia como uma demanda latente, o que será que está por trás dessa necessidade? Como visto na seção anterior, a problemática ambiental na cena contemporânea traz consigo dilemas acerca da degradação ambiental e do desenvolvimento sustentável, por exemplo. E, em se tratando especificamente das situações de desastres, têm-se o agravamento das situações de desigualdade e pobreza; o uso do solo e da água, enfim dos recursos naturais de forma não sustentável; a urbanização desenfreada, entre outros. A importância desse contexto, somado às particularidades da atuação do Serviço Social, fica evidente nesse processo.

Com relação à questão que tratava da maneira com que o assistente social pode pautar suas ações diante das situações de desastre socioambiental, todos os profissionais afirmaram atuar sempre em defesa dos direitos dos usuários. Para tanto, ressaltaram a necessidade de se atuar na esfera política na implementação da legislação; conhecer melhor as normativas específicas para atuação em situações de desastre deliberado por órgãos responsáveis, a exemplo da Defesa Civil; resgatar seu papel junto a equipes de trabalho de forma interdisciplinar; e discutir junto à categoria sobre esse novo espaço profissional.

o Serviço Social, depois do período de 2008, ganhou visibilidade e ficou claro a necessidade de haver um profissional na parte de coordenação da Defesa Civil, pois ele, ao saber até aonde o Serviço Social pode ir e quais são as suas atribuições, dará sustentação aos colegas assistentes sociais que estão na ponta. (Assistente social, Benedito Novo)

[...] na importância da acolhida na chegada no abrigo, a identificação das demandas sociais, dos agravantes, a questão de violação de direitos da criança e do adolescente, da mulher, do idoso,

com isso se tem a responsabilidade de acionar os órgãos competentes e de estar mobilizando a rede pra esse atendimento quando necessário: acionar o Conselho Tutelar, Ministério Público nas questões mais graves, por exemplo. Então é fundamental que o assistente social conheça sobre mediação de conflitos, que essa é uma demanda dentro dos espaços dos abrigos; conheça sobre a legislação específica de Defesa Civil e discutir melhor a sua participação neste órgão. (Assistente social, Timbó)

O papel naquele momento é o olhar da garantia de direitos, por exemplo, o da família de permanecer no mesmo espaço junta dentro das moradias provisórias; o Serviço Social tem um trabalho fundamental nesses momentos, assim tanto da intervenção social, da mobilização, a garantia de direitos. (Assistente social, Luiz Alves)

Os relatos evidenciam o que Netto (1998), ao apresentar a importância do projeto ético-político profissional do Serviço Social, reforçava sobre a historicidade se fazer presente tanto no processo de formação quanto no exercício profissional, em que cada momento histórico sinalizará aos profissionais novas questões. Também revelam o significado sócio-histórico com que a profissão vai sendo moldada, como lembra Iamamoto (2009, p. 19): “[...] as incidências do trabalho profissional não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas no conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza”.

A partir disso, tem-se que as situações de desastre trazem a emergência de debates mais fecundos no interior da profissão. A temática ambiental, por exemplo, deve aparecer como categoria analítica, assim como as demandas oriundas das situações de desastre também devem permitir reflexões críticas acerca da realidade despontada pelos desastres. A observação de Marx (2009, p. 126), em sua obra “Miséria da Filosofia”, reforça que o pensar e o fazer profissional não devem estar dissociados do movimento histórico.

[...] os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as idéias, as categorias de acordo com

as suas relações sociais. Assim, essas idéias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios.

Portanto, pode-se assinalar como desafio a busca premente da formação do exercício profissional à objetivação do projeto ético-político, em que se têm o pensar e o fazer profissional dentro das condições sociais concretas e das diversas expressões coletivas, históricas e contraditórias.

Quanto à questão se durante o trabalho no desastre de 2008 atuou com profissionais de outras áreas, quais foram as facilidades e as dificuldades apresentadas no trabalho junto aos profissionais de outras áreas, todos os assistentes sociais revelaram ter atuado em conjunto com outras áreas, explicando que a situação de desastre não permite ações isoladas, mas integradas. Quanto às facilidades, foi apontado o trabalho em conjunto, que, segundo os entrevistados, era uma condição fundamental para atuar e para garantir que a população fosse atendida e/ou orientada. E as dificuldades relacionaram-se ao respeito do espaço profissional; à falta de clareza de papéis; e às dificuldades em receber ordens, pois não se sabia aonde se chegar e por que a ordem; ao desconhecimento do que cada área poderia fazer.

Particularmente, encontrei várias dificuldades: a falta de comunicação entre os órgãos, principalmente entre as secretarias devido às rixas político-partidárias; a forma como o poder de mando era imposto; conflitos de interesses. (Assistente social, Luiz Alves)

Foi obrigado a se ter um trabalho interdisciplinar pois o evento foi grandioso demais. As facilidades foram a agilidade e a divisão de esforços. E as dificuldades estão atreladas à comunicação entre as áreas; conflito de interesses. (Assistente social, Ilhota)

Essas falas revelam que a atuação envolve outros elementos que vão além de questões técnicas, que são as questões políticas, os conflitos de interesses e o poder. Esses elementos são importantes, pois, além de refletirem as nuances econômicas, retratam as condições e os desafios

quanto ao espaço profissional, uma vez que o assistente social também ocupa o espaço como trabalhador.

Outro aspecto revelado tratou da comunicação entre as várias áreas, que podem ser analisadas como reflexo da própria divisão sociotécnica do trabalho, que exigiu também a divisão da ciência em ramos. Essa divisão tem assim reflexos na interpretação e na leitura da realidade, pela dificuldade de as várias áreas dialogarem. Isso sinaliza a interdisciplinaridade como desafio não apenas a uma profissão, mas como uma perspectiva de totalidade, desvelando o significado político das intervenções profissionais.

Questionou-se, ainda, como as dificuldades poderiam ser superadas. Todos os profissionais responderam que a atuação em situações de desastre requer particularidades, portanto o trabalho interdisciplinar é imprescindível. E, para que exista, teria que haver também diálogo entre as políticas, os órgãos, etc., o qual, para ser efetivo, deveria se dar por meio de uma política intersetorial.

Durante um desastre ficou evidente que ele envolve vários segmentos e atuações específicas. E nesse contexto os profissionais são requisitados a atuar por meio de suas instituições de origem, que, a exemplo do desastre de 2008, em sua maioria, não tinham clareza nem da contribuição institucional diante de um desastre nem do que seus profissionais deveriam desenvolver nessas situações. Esse ponto é importante, pois dele serão visíveis os conflitos, as relações de poder, o corporativismo, a ausência de consciência crítica dos processos que envolvem os desastres, enfim, as contradições demarcadas por movimentos históricos da sociedade com a problemática socioambiental.

[...] a complexidade da ‘questão ambiental’ requer um significativo empenho no sentido de identificar as particularidades geopolíticas, sociais e culturais que adensam suas múltiplas manifestações, em cada situação específica, como partes de uma totalidade [...], assim, a definição de estratégias e táticas que confirmam maior alcance à ação profissional supõe referenciar-se no projeto ético-político da profissão, como portador de um conjunto de valores universalistas [...], o Serviço Social precisa abarcar a ‘questão ambiental’, intervir nos processos a ela relacionados [...]. Neste percurso, a abertura para o diálogo interdisciplinar torna-se decisiva [...]

(SILVA, 2010, p. 158-159).

Dessa forma, as situações de desastres, inseridas nessa complexidade do tema ambiental, apontam para importância o trabalho interdisciplinar como estratégia para a explicação de sua ocorrência e para o seu enfrentamento de suas conseqüências que também está atrelado ao diálogo intersetorial. Com isso, o desafio que aqui se instaura reflete na forma como o problema socioambiental vem sendo interpelado na profissão e como os profissionais têm internalizado as múltiplas habilidades e competências que lhes são exigidas. Ao se tratar de um contexto interdisciplinar, o desafio está na clareza e na apreensão da identidade profissional guiada pelo projeto ético-político.

Outra questão levantada aos assistentes sociais referia-se à existência ou não da participação do profissional em reuniões gerenciais para a discussão de ações de prevenção e respostas às situações de desastre e/ou para a formulação de um plano de contingência. Dos 11 profissionais, somente um sinalizou ter participado de reuniões gerenciais e afirmou ter conhecimento do plano de contingência, do qual até o desastre de 2008 tinha conhecimento, embora não tivesse participado da sua construção.

Ao considerar o plano de contingência como um dos requisitos legais norteadores de atribuições institucionais, deu-se direção às atribuições específicas em situações de desastre dos profissionais. E, ainda, ao considerar que dez entrevistados não tinham ciência do que se tratava no plano de contingência e para que servia, lembra-se de que os profissionais entrevistados referem-se a municípios distintos, ou seja, existem lacunas em dez municípios. Fica evidente que, embora os marcos legais da Defesa Civil tenham longa data, ainda não se encontram disseminados nos municípios, dificultando, sobremaneira, a atuação profissional diante de um desastre.

Visto que a atuação do assistente social no desastre de 2008 revela que a profissão de fato vem sendo instigada a pensar sobre as demandas advindas dos desastres como reflexos de um conjunto de fatores, isso traz a atônita da questão socioambiental como categoria no interior da profissão.

De acordo com a revisão bibliográfica, foram localizados estudos realizados em países da América Latina acerca das intervenções sociais em situação de desastres, os quais apontaram pela experiência de Costa Rica, Cuba, México, Colômbia, Venezuela, Peru e Bolívia; e que o trabalho social em situações de desastres compreende ações no ciclo de

gerenciamento de desastre: antes, durante e após. Segundo o estudo de Rojas (1993),

a) a fase de pré-impacto, ou seja, antes do desastre, objetiva “actuar en situaciones de riesgo social para evitar la aparición de un fenómeno social o disminuir su impacto” (p. 20). Para tanto, caberia ao assistente social ações de valorização social, planejamento da intervenção e preparação da população, como a organização da comunidade, o levantamento dos problemas sociais existentes, o conhecimento da população mais exposta aos desastres e as redes de apoio social;

b) a fase durante objetiva “restablecimiento de las funciones sociales del sistema cliente – individuo, familia, organización social, comunidad, para que este resuelva sus problemas oportuna y eficazmente” (p. 20). Esta fase requer atenção das necessidades de urgência e imediatas, como alojamentos, alimentação, vestuário, direcionamento para os serviços de saúde, localização de parentes, entre outros; e

c) a terceira fase, após o desastre, objetiva “actuar para corregir secuelas sociales producto del evento, mediante la utilización de la capacidad residual del sistema cliente y del contexto para lograr los ajustes entre otros y, evitar o disminuir el impacto de los problemas sociales” (p. 21). Para tanto, exige do profissional a identificação dos danos e dos prejuízos produzidos pelo evento nas organizações sociais da comunidade, das famílias e dos indivíduos; a administração de recursos e serviços sociais; a atenção aos problemas sociais provocados pelo desastre mediante acompanhamento permanente junto à população atingida; providências quanto aos recursos e aos serviços; encaminhamentos para os serviços de saúde; e a intervenção em crise com aplicação de técnicas juntamente com equipe multidisciplinar aos indivíduos e às famílias atingidas com o intuito da educação para a prevenção nos aspectos sociais e de saúde.

Em linhas gerais, ainda de acordo com Rojas (1993, p. 25),

El trabajo social se apoya en conocimientos que proporcionan las diferentes ciencias sociales, y se vale igualmente de técnicas de investigación, programación, intervención y evaluación con unas a otras disciplinas [...] las líneas de acción del trabajador social están dirigidas a la investigación social diagnóstica, a la planificación de la intervención, a la evaluación del proceso y a la

ejecución de los planes especialmente em: - la prevención y assistência para restablecer la funcionalidad social de los afectados; - la organización, capacitación y promoción de los grupos y comunidades para afrontar la situación de desastre antes, durante y después; - la coordinación y administración de programas y servicios sociales.

A análise de Rojas (1993) quanto à intervenção do assistente social na Costa Rica indica que o tipo de intervenção e as funções dos assistentes sociais em situações de desastre podem ser pautados em todas as fases do gerenciamento do desastre e que dependem da intensidade e das variações do desastre e das áreas envolvidas. Dependem, ainda, se a instituição responsável, no caso a Defesa Civil, possui profissional de Serviço Social no quadro funcional, bem como nas demais instituições envolvidas.

Assim sendo, quanto à presença do profissional de Serviço Social na instituição, sua abordagem pode variar caso seja uma instituição internacional, nacional, estadual ou municipal (ROJAS, 1993).

A autora orienta que, no âmbito internacional, a intervenção do assistente social corresponde à formulação de políticas socioambientais, estratégias, programas e projetos em nível de instituições de ampla abrangência. O objetivo é o assistente social participar da elaboração de políticas socioambientais que incorporem de fato uma agenda social no ciclo de gerenciamento de desastres (FREITAS; MARQUES, 2010).

Nesse sentido, o profissional deverá, tendo em vista o projeto ético-político da profissão, incorporar a importância da participação nos processos de elaboração de macropolíticas (conselhos, secretarias, ministérios) que possibilitem o melhoramento da qualidade de vida em sociedade e a superação das condições de subalternidade dos segmentos da classe trabalhadora, muito mais expostos às consequências dos desastres. Deve-se incorporar o Serviço Social aos planos internacionais e o profissional da área como membro de organismos especializados em desastres ou instituições que coadunam com a atenção aos membros afetados, tendo presente

sua responsabilidade no processo de defesa e garantia de direitos para a obtenção das condições de bem-estar e justiça social (FREITAS; MARQUES, 2010, p. 7).

No âmbito nacional, a intervenção do assistente social está voltada à formulação de política social. O profissional participando nos processos decisórios poderá contribuir para a elaboração de marco jurídico que garanta tanto a gestão dos serviços socioassistenciais quanto um posicionamento claro dos assistentes sociais na garantia de direitos.

A participação do profissional de Serviço Social poderá materializar a incorporação de diretrizes para melhorar a vida da população que se encontra em áreas irregulares e/ou consideradas de risco, ou mesmo em situação de pobreza. Deve-se subsidiar, a partir do desenvolvimento de uma política local, a elaboração de outras políticas alicerçadas em um efetivo compromisso da população com uma concepção de sustentabilidade (FREITAS; MARQUES, 2010, p. 8).

Em nível municipal, a intervenção está voltada ao processo de planejamento, organização e também administração local, contribuindo na prestação direta de serviços para o atendimento às pessoas afetadas.

[...] podendo ter as seguintes atribuições: informar e sensibilizar a instituição dos problemas sociais, dos recursos do sistema e das potencialidades socioambientais; desenvolver programas e projetos relacionados às necessidades dos usuários, dentro do contexto legal e operacional da instituição; promover a eficiência e a adequação dos recursos institucionais, formais e naturais para satisfazer as necessidades e as aspirações de se atingirem as vítimas; incorporar uma abordagem intersetorial para a formulação e a gestão das prestações de serviços sociais; administrar programas, projetos e serviços

sociais para as pessoas afetadas por desastres; elaborar relatório sobre a situação social, identificando a satisfação das necessidades e/ou outras situações que necessitem de intervenção, seja do Serviço Social ou de outras áreas; sistematizar o conhecimento adquirido na prática profissional de atuação em situações de prevenção e intervenção em desastre, objetivando apreender a realidade social em que se insere (FREITAS; MARQUES, 2010, p. 8).

Dessa forma, a atuação do assistente social em situações de desastre se torna uma referência em virtude de ele realizar uma ação que proporciona uma ligação entre aquele que sofre as consequências do desastre e os recursos e serviços através do exercício de funções diversas, bem como um operador de políticas públicas ou de serviços.

No Brasil, a Defesa Civil como o órgão responsável pelas conduções das ações de respostas em situação de desastre estabelece em seu manual (2007) atividades de assistência e de promoção social relacionadas com o gerenciamento de desastres e com a assistência às populações afetadas:

[...] triagem sócio-econômica e cadastramento das famílias afetadas; entrevistas com as famílias e pessoas assistidas; ações com o objetivo de reforçar os laços de coesão familiar e as relações de vizinhança; fortalecimento da cidadania responsável e participativa; atividades de comunicação social com o público interno e com as famílias afetadas; atividades de comunicação com a mídia; ações de mobilização das comunidades; liderança de mutirões de reabilitação e de reconstrução; disciplinação das relações pessoais dos desabrigados e preservação de comportamentos éticos e morais (DEFESA CIVIL, 2007, p. 151).

No mesmo manual, cada atividade é detalhada no Título V, “[...] a promoção e a assistência social são atividades de grande importância, em circunstância de desastre e devem ser desenvolvidas por grupos de elevado nível de profissionalização, que devem atuar envolvendo as

populações afetadas e sem resquícios de paternalismo” (DEFESA CIVIL, 2007, p. 220).

A intervenção em situações de desastre, embora haja atribuições em marcos legais, ainda não está disseminada pelo Serviço Social brasileiro. A atuação dos profissionais no desastre de 2008 evidenciou a importância e a emergência de a categoria colocar em pauta de discussão a questão socioambiental. Ao apreender as situações de desastres socioambientais como reveladoras das expressões da questão social, será possível elucidar as demandas dirigidas tanto à formação quanto ao exercício profissional.

Sabendo que o trabalho do assistente social atravessa a intersetorialidade e a interdisciplinaridade e que em situações de desastres será requisitado a compor, juntamente com outros profissionais de várias áreas, equipes de trabalho, faz-se necessário resgatá-lo no contexto interdisciplinar. Como bem lembra Raichelis (2009, p. 389), “É cada vez mais freqüente e necessário o trabalho compartilhado com outros profissionais na coordenação e implementação de projetos em diferentes campos das políticas sociais e nas atividades sociojurídicas, que impõem novas exigências para os assistentes sociais”.

A seguir, apresentam-se o entendimento e o posicionamento dos profissionais de várias áreas que atuaram no desastre de 2008 acerca do que vem a ser desastre, causas, desafios profissionais, dificuldades do trabalho interdisciplinar e visão sobre o Serviço Social nesse contexto.

Esse resgate é uma forma de apreender tanto as tensões advindas dos processos contraditórios da realidade que o desastre anuncia como os desafios que são lançados ao Serviço Social. Afinal, reforça Iamamoto (2009b, p. 370), “para decifrar o trabalho do assistente social [...] exige-se particularizar as análises nas específicas condições e relações sociais em que ele ocorre [...], tratá-lo de forma indissociável dos dilemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores [...]”.

No Brasil, o exercício profissional do assistente social reconhece a dimensão contraditória das demandas dirigidas aos profissionais, como expressão das forças e das relações sociais, assumindo que as práticas sociais se inscrevem dentro de um contexto mais amplo e possuem significados sócio-históricos e ideopolíticos (IAMAMOTO, 2008).

Por isso, no século XXI, o debate ambiental contemporâneo e a frequência dos desastres socioambientais vêm caracterizar desafios. E entre eles a fragmentação na leitura da realidade, que poderá, no momento em que as situações de desastres se tornem frequentes e intensas, trazer o ativismo profissional sem a apreensão das complexas

relações sociais da contemporaneidade como forma mais fácil de intervenção.

2.4 INTERDISCIPLINARIDADE: LIMITES, POSSIBILIDADES E CRÍTICAS

Visto que as situações de desastre, a exemplo do desastre de 2008 no Vale do Itajaí, exigiram atuações de diversas áreas, que foram chamadas a compor equipes multiprofissionais,³⁰ acabou-se por revelar a necessidade de se resgatar a interdisciplinaridade como uma categoria que expressa a inter-relação entre teoria e prática na perspectiva da totalidade.

O pensamento crítico que inspira essa discussão fundamenta-se no trabalho concreto e pensado, em que, para o aprofundamento dessa relação, é fundamental a construção de ações transformadoras no interior da sociedade capitalista. Dessa forma, a prática exige a reflexão teórica, superando a ação não pensada pela prática concreta, refletida.

Isso significa dizer que a interdisciplinaridade é muito mais do que a compatibilização de áreas do conhecimento, de métodos ou de técnicas, seja de ensino, seja de intervenção. Defende Frigotto (1995a) ser uma necessidade e, de certa forma, um problema relacionado à realidade concreta, histórica e cultural, constituindo-se aspectos ético-político, econômico, cultural e epistemológico. Dessa forma, reforça o autor que há limites,

[...] a interdisciplinaridade se apresenta como problema pelos limites do sujeito que busca construir o conhecimento de uma determinada realidade e, de outro lado, pela complexidade desta realidade e seu caráter histórico. Todavia esta dificuldade é potencializada pela forma específica que os homens produzem a vida de forma cindida, alienada, no interior da sociedade

³⁰ Equipe multiprofissional pode ser entendida como a junção de várias áreas, sem necessariamente o conhecimento dessas. Ou seja, constitui-se em grupos de trabalho com diferentes especializações que irão trabalhar juntos na realização de uma tarefa específica. Diz-se ser um nível superficial de interação entre as áreas (CARLOS, 2006; PIRES, 1998; SIQUEIRA; PEREIRA, 1995).

de classes (FRIGOTTO, 1995, p. 40).

Para a compreensão do tema em estudo, a interdisciplinaridade é tomada como uma possibilidade de quebrar a rigidez dos compartimentos em que se encontram isoladas as disciplinas, os quais terão reflexos no pensar e no fazer das profissões.

Assim, a partir da visão e do posicionamento dos 19 profissionais entrevistados que foram acionados para compor equipes de trabalho no atendimento ao desastre de 2008, e ao apreender desastre não apenas no âmbito natural, e sim dentro das dimensões sociais e ambientais, os profissionais reiteram a necessidade do aporte de várias áreas do conhecimento, apontando o trabalho interdisciplinar como estratégia para atender às demandas reveladas no desastre de 2008. Seguem as opiniões dos entrevistados quando perguntado por que ocorreu o desastre de 2008 no Vale do Itajaí e quais os dilemas e os desafios apresentados aos profissionais.

A ocorrência do desastre de 2008 envolveu conjunto de fatores, entre eles estão a cultura, a falta de percepção de risco, falta de legislação que regule a habitação etc. Quanto aos dilemas, também são muitos: o poder; o desgaste que esse poder exerce nos profissionais pelas chamadas geladeiras, perseguições etc., a falta de comunicação entre os órgãos, principalmente entre as secretarias devido ora por rixas políticas, ora por questões partidárias. E quanto aos desafios a necessidade de uma preparação específica; o de conhecer maneiras de suportar os limites; capacidades diferenciadas durante; necessidade de rever todas as ações existentes etc.; desafios são o de superar tudo isso. (Técnico da Defesa Civil)

Desastre pode ser explicado pelo aumento da população; falta de aplicação de planejamento urbano; os processos dinâmicos do planeta de maior intensidade. Do que foi visto pelo desastre de 2008, despertou para o trabalho interdisciplinar, antes o trabalho era muito mais isolado, hoje, o trabalho do nosso setor, por exemplo, é interdisciplinar. Os dilemas encontrados para a atuação dos profissionais foram o desconhecimento da atuação diante essas

situações; não conhecer bem a região. Mas pode-se dizer que o desastre de 2008 trouxe pontos positivos e negativo. Os positivos estão na ideia melhor do ambiente; preocupação maior com o risco; uma certa abertura para se pensar na prevenção, pois foi visto que o custo com o remediar é muito oneroso a todos. Percebo que, depois do desastre de 2008, atentei mais para os aspectos humanos e da forma como a sociedade ocupa o ambiente. Ainda não participei de nenhum treinamento específico sobre prevenção e respostas a desastres, mas tenho bastante interesse. O que fiz depois de 2008 foi aprofundar questões específicas que envolvem a geologia. Acho que todos os profissionais, órgãos estaduais, municipais tornam-se responsáveis por ações de prevenção e não somente de respostas. Vejo que as ações são pensadas após o desastre. Talvez se não tivesse o desastre de 2008 a geologia não estaria tão em alta? Respondo que deveria estar se houvesse investimentos na área de prevenção. (Geólogo)

Colocam a culpa no aquecimento global que é um fenômeno natural, mas não tenha dúvida que a ação do homem acelera, diria que é antrópico. Sinalizou esse fator da ação humana no meio ambiente; áreas irregulares; necessidade de conscientização da população; conhecimento maior entre as áreas. O desastre trouxe como pontos positivos a conscientização da população que o próprio homem está interferindo e intensificando esses eventos; e o desafio seja achar o caminho para elaborar uma política e uma carta do solo; conscientização maior de todos e da importância de as áreas se comunicarem como a geografia, geologia e assistente social. (Geógrafo)

Pela ocupação irregular; má utilização do solo; desconhecimento da realidade social e ambiental. Dilemas são as dívidas das pessoas; custos para o município; desafio se pensar a prevenção de forma contínua; fiscalização efetiva; olhar a cidade de outra maneira, observando os seus entornos, levando em conta o lado social e da

natureza. (Arquiteto)

Explico o desastre de 2008 como algo catastrófico, como a fúria da natureza. Os dilemas começaram pois não estávamos preparados para lidar com situações como essas; em seguida havia necessidade de uma preparação específica para lidar com tantas pessoas desesperadas, que perderam suas identidades; lidar com exigências do conselho de psicologia que queria que tivéssemos um arquivo para guardar os dados do atendimento. Como ter um arquivo, no meio de tanta adversidade? Esse foi um grande dilema para mim, pois no meio da grandiosidade do evento, fui chamada a responder por essas questões, que também gerou conflitos na equipe de trabalho, principalmente com a coordenação dos trabalhos etc. Os desafios com certeza são o trabalho em equipe, o respeito entre as áreas, a capacitação em lidar com as angústias da população nessas situações e dos próprios profissionais. (Psicólogo)

Desastre é sinônimo de desgraça, é algo catastrófico que pode ser associado a vários fatores, entre eles, a forma como as cidades vêm sendo construídas, desmatadas e muito relacionadas a fatores econômicos, pois muito dos desmatamentos estão diretamente ligados a organizações financeiras, seja grandes construtoras, empresas etc. Não vejo como possível evitar o desastre, mas acredito ser possível minimizar seu impacto, com políticas. O desastre de 2008, por exemplo, veio para avisar que nem os municípios, o Vale do Itajaí com tamanha experiência, nem os estados e o país estão atentos para com o meio ambiente. Em se tratando da área de saúde em especial, digo que ficou visível a ausência de programas de capacitação comunitária e dos profissionais de saúde para o gerenciamento em situações de desastres, visto pela experiência de 2008 exigiu conhecimentos e intervenções específicas, principalmente na área de saúde mental. (Enfermeiro)

Desastre para mim é algo que acontece inesperadamente que atinja de forma negativa a vida das pessoas, instituições e o próprio ambiente. Pode atingir um indivíduo, uma comunidade, uma cidade ou uma população maior. Penso que o desastre de 2008 ocorreu por um conjunto de fatores que envolve desde as situações de vulnerabilidade das famílias em áreas de risco até a ausência de políticas atentas para esta questão. E é possível evitar a ocorrência de um desastre pelo conhecimento articulado entre os saberes. (Assistente social)

De acordo com as explicações para o ocorrido em 2008, entende-se por desastre o desequilíbrio da natureza, o qual possui multidimensões e envolve fatores econômicos, político, cultural, social e ambiental. Dos dilemas foram apontados, em sua maioria, o lidar com a magnitude do evento sem preparo prévio e a desarticulação entre os órgãos, entre os profissionais e entre as áreas de conhecimento. E os desafios ficaram atrelados à capacitação dos profissionais e à implantação de política pública, havendo uma inter-relação entre as políticas já existentes.

No tocante às questões sobre a interação entre as áreas, resgataram-se as facilidades e as dificuldades quanto ao trabalho interdisciplinar:

A situação de 2008 obrigou muitas áreas a desenvolverem ações em conjunto, e disso teve-se facilidades quanto à união de esforços e dificuldades quanto às vaidades; a dificuldade de construir consenso entre várias áreas diferentes, pois cada uma tem uma formação e uma linha de atuação e em alguns momentos o surgimento de conflitos entre os profissionais. (Bombeiro)

Ainda não existe muito a interação entre os profissionais. O trabalho na diretoria de geologia é interdisciplinar, mas pega uma fatia específica de profissionais (engenheiros florestais, geógrafos, geólogos, arquitetos), por exemplo, poderia interagir melhor com a assistência social, com a habitação (estamos começando). As facilidades

são as trocas, e as dificuldades são o desconhecimento de papéis de cada área, pois é muito peculiar a atuação em situações de desastre. (Geógrafo)

Essa interação deveria existir antes da ocorrência de um desastre, mas a realidade foi que somente durante o desastre muitas áreas tiveram a oportunidade de se conhecer e algumas atuar juntas. As facilidades do trabalho em equipe é a agilidade do processo, e as dificuldades estão na comunicação entre áreas distintas, e as dificuldades foram a falta de conhecimento de cada área, relações de poder etc. (Engenheiro)

Durante o meu trabalho em 2008 atuei com pedagogos, psicólogos, nutricionistas, educadores sociais. Foi muito rico as trocas entre as áreas. Estávamos todos vivenciando algo ainda não experimentado pelos profissionais, então as dúvidas, incertezas, a falta de conhecimento era compartilhado por todos. Os pontos positivos do trabalho interdisciplinar: dialogar sobre as ações com o envolvimento de vários olhares, saberes; programar as atividades de forma compartilhada. Os pontos negativos do trabalho interdisciplinar: falta de conhecimento teórico para compartilhar as discussões com os profissionais, a exemplo dos engenheiros, geólogos e defesa civil; pois nós estamos atuando na ponta, assim, estar na ponta e não ter muita informação sobre a real situação do município é bastante delicado. Essas dificuldades poderiam ser superadas com a articulação entre as secretarias e demais órgãos envolvidos. Naquele momento, não tínhamos tempo para capacitar os profissionais, então as coisas aconteciam de forma desarticulada, às vezes duas secretarias desenvolviam o mesmo trabalho. (Assistente social)

Os profissionais revelaram que o desastre de 2008 trouxe a interdisciplinaridade como um possível meio de atuação, uma vez que não bastava unir várias áreas, necessitava-se de diálogo e construção de consensos entre essas áreas dentro das suas especificidades. E, para

tanto, seria necessário que esse conhecimento fosse prévio, tanto das contribuições de cada área em geral em ações de prevenção e respostas às situações de desastres quanto da atuação específica.

Vale lembrar que um trabalho interdisciplinar, antes de garantir a integração entre as várias áreas, deve permitir a interação entre os saberes a respeito de determinados temas. Em se tratando do tema socioambiental para o entendimento dos desastres, tem-se a interdisciplinaridade como busca de uma visão de totalidade, em que os profissionais possam perceber o mundo em que estão inseridos moldado por vários fatores, dos quais a soma revela a complexidade da realidade social. Ou seja, o trabalho interdisciplinar não dilui as disciplinas, as áreas do conhecimento, mas provoca aproximações e articulações para compreender que cada profissão faz parte de um todo (CARLOS, 2006).

O contexto histórico vem caracterizado pela divisão do trabalho intelectual, motivado pela racionalidade da Revolução Industrial e, atualmente, pela revolução tecnológica. Assim, tem-se a desarticulação do processo de conhecimento, gerando práticas fragmentadas e refletindo sobremaneira na profissionalização, nas relações de trabalho e na desvinculação do conhecimento da realidade (SIQUEIRA; PEREIRA, 1995).

Ao resgatar, por exemplo, do Plano Curricular Nacional (PCN) brasileiro a aspiração da busca emergente pela superação da racionalidade científica positivista, com a proposição de uma visão de totalidade, tem-se a seguinte definição para a interdisciplinaridade:

A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (BRASIL, 2002, p. 88-89).

Dessa forma, a interdisciplinaridade contemplada nos PCNs traz como fundamento a necessidade de integrar a prática docente voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos voltados para o entendimento de vários ângulos (CARLOS, 2006, p. 7).

A interdisciplinaridade no meio universitário ganhou nova perspectiva quando se iniciou o atual

debate sobre a questão ambiental em todo o mundo, nas décadas de 1960 e 1970. É claro que antes disso sempre ocorreu algum grau de comunicação entre as disciplinas, mas parece haver concordância geral no meio acadêmico de que a problemática sócio-ambiental requer uma atitude inovadora de cooperação sistemática entre diversas áreas do conhecimento humano. Enquanto nos países centrais, instituições de pesquisa de cunho ambiental vêm se desenvolvendo há décadas, no Brasil apenas recentemente – basicamente nos últimos 10 anos.

Na discussão da interdisciplinaridade levantada pelo Seminário Nacional, realizado em 1990 em Florianópolis, com o debate sobre a participação da universidade e da sociedade diante da política ambiental brasileira, foram apontadas em textos básicos as seguintes críticas: o cientificismo acrítico da razão utilitária, o naturalismo generalista, o romantismo ingênuo, as questões de poder, o corporativismo que fecha o conhecimento e as profissões nelas mesmas (CARLOS, 2006).

Embora não seja o objetivo do trabalho analisar cada um desses apontamentos, entretanto, pela fala dos entrevistados, muitos desses elementos foram visíveis, a exemplo das questões de poder que irão refletir a compartimentalização do saber e esse refletir o corporativismo e o individualismo incentivado na sociedade geradora da competição e da fragmentação.

Visto que uma área fechada nela mesma, segundo os entrevistados, não mais se sustenta, pois não atende às questões sociais, fruto da falta de vínculo entre os estudos e a sociedade, outro ponto está no trabalho interdisciplinar propriamente dito que envolve as complexas relações, sobressaindo-se nos depoimentos os conflitos e as lutas pelo poder etc.

Apesar das dificuldades, também foram reveladas facilidades e riqueza pelas trocas entre as várias áreas, sendo possível verificar outra via, a de que a interdisciplinaridade supõe a compreensão das contribuições de cada área, no sentido não de competir ou de ocupar o espaço do outro, mas de oferecer uma visão ampliada do que envolve a realidade social.

Nesse sentido, resgataram-se junto aos profissionais quais as contribuições de cada profissão em ações de prevenção e respostas às situações de desastres e como concebiam as contribuições do assistente social. Os profissionais sinalizaram como contribuições gerais as áreas

técnicas da Defesa Civil, que ajudaria muito com a área de gestão, devido ao rol que possuía nessa área, desde que fizesse a gestão integrada e que socializasse previamente o saber, compartilhando técnicas e conhecimentos com as demais áreas. As áreas de geologia, geografia, engenharia e arquitetura sinalizaram que suas profissões contribuem muito em avaliações específicas na área de prevenção ao risco:

O técnico em defesa civil é extremamente importante, porque tem conhecimentos técnicos nessa área de prevenção, principalmente em respostas. Na verdade, a Defesa Civil como órgão é extremamente importante para a sociedade, mas infelizmente existe um desconhecimento da classe política sobre as atividades de defesa civil. (Técnico da Defesa Civil)

A contribuição da minha profissão está nas avaliações de risco; desenvolvimento junto com outras áreas de projetos de recomendação de uso do solo etc. (Geólogo)

É uma situação bastante nova, precisaria entender mais sobre a temática para saber onde o Serviço Social poderá de fato contribuir. Meio que senso comum e da experiência que tivemos por aqui seria o de participar das discussões na defesa civil e na área de gestão, uma vez de certa forma lidamos com a população e conhecemos a realidade social. De uma forma geral, vejo que as contribuições deveria passar primeiro capacitando-se, compreendendo que é uma temática que deve ser trabalhada por todas as profissões; segundo aplicando o seu código de ética durante todo o processo. Precisamos nos aproximar mais dessa temática, pois ainda hoje me sinto despreparada, nos falta instrumentos para discutir esse assunto. Pois só somos chamados para atender após a catástrofe, não somos envolvidos para pensar a política socioambiental ou em ações de prevenção. (Assistente social)

Diante do exposto, é revelado pelos entrevistados que todas as áreas têm uma enorme contribuição, entretanto, ao não conhecerem de que forma podem pautar a atuação em situação de desastre, as contribuições se elevam ao caráter individualizado, em que cada profissional tenta executar o que sabe, sem dialogar com os demais, gerando entraves em alguns momentos quanto à condução dos seus serviços.

A questão que versava sobre a visão dos profissionais quanto às contribuições do assistente social, alguns sinalizaram que tiveram uma primeira aproximação com os profissionais dessa área a partir do desastre e que inclusive não sabiam que era uma profissão de nível superior; outros sinalizaram que também foi a partir do desastre de 2008 que perceberam a importância dessa profissão.

[...] Eu não conhecia bem a função do assistente social, mas o desastre de 2008 mostrou o quanto é importante essa profissão. Ao meu ver o assistente social pode contribuir e muito primeiro com o diagnóstico da situação socioeconômica das pessoas/população; esse diagnóstico junto com a avaliação de risco geotécnica identifica e consolida quais as áreas são vulneráveis, e isso sugere a formação de uma demanda social, especificamente direcionada à habitação. Isso consequentemente alimenta ou é alimentada pela lei de mercado: procura *versus* oferta. Ou seja, baixa renda, áreas mais baratas – mais vulneráveis. As demandas apresentadas pelos assistentes sociais que tive conhecimento acabou inclusive indicando uma mudança no conceito de segurança. E disso é possível buscar a implantação de novas ações a curto, médio e longo prazo. (Biólogo)

O assistente social é uma profissão muito importante. Na área da prevenção caberia, por exemplo, participar de treinamentos, auxiliando na formação de agentes comunitários; na mudança de cultura quanto à percepção de risco das comunidades; estudos sobre vulnerabilidade social da população; ser integrante na comunidade; e na área de respostas, responsável pela coordenação dos abrigos; coordenar ações dentro do quadro

funcional da defesa civil, entre outros. (Policial militar)

A atuação do assistente social é fundamental, porque é um profissional com uma formação voltada para atender a população. Ele faria a ponte entre o técnico científico e população. Nós não temos esse tipo de formação e nem estrutura emocional para lidar com essas situações. (Engenheiro)

Eu não conhecia bem a função do assistente social, nem sabia que era de nível superior, pensei que trabalhava somente com a pobreza. Mas no desastre de 2008, tive a oportunidade de trabalhar junto com vários profissionais, e o assistente social foi um deles. O assistente social mostrou ter uma habilidade para planejar, montar equipes, coordenar ações e principalmente trabalhar com a população que encontrava-se enfurecida nos abrigos. Os assistentes sociais fizeram um excelente trabalho e vi o quanto é uma profissão importante. (Educador social)

Pelas falas, um primeiro aspecto relativo à profissão de Serviço Social está na constatação de sua importância e da maior visibilidade que passou a ter para algumas áreas e órgãos, a partir da atuação no desastre de 2008. Outro aspecto refere-se à ideia inicial que alguns profissionais tinham da atuação do assistente social, como a de que não se tratava de uma profissão de nível superior e/ou estivesse voltada somente para segmentos mais empobrecidos da população.

Esses aspectos são importantes para perceber a identidade que a profissão ainda carrega. Segundo Gentilli (1998, p. 46),

O universo das atividades profissionais do Serviço Social materializa, ainda hoje, o espaço de uma história vinculada com imediatismos derivados da noção de ‘ajuda social’, decorrentes das contingências da divisão sócio-técnica do trabalho nos primórdios de sua institucionalização, sob a influência do Humanismo Cristão.

Isso quer dizer que, ainda no século XXI, com todos os movimentos da categoria em prol de um projeto ético-político, ainda transitam visões conservadoras, impregnadas pela história da profissão.

Resgatando as falas dos assistentes sociais, eles revelam que o desastre de 2008 promoveu uma ampliação quanto ao entendimento da profissão diante de outras áreas do conhecimento, entre órgãos e a população.

O desastre de 2008 de certa forma foi muito importante tanto para o município pois o alertou quanto à ausência de atenção para a fiscalização e mesmo ao direito de moradia, quanto especificamente ao assistente social, que conseguiu demonstrar melhor a sua especificidade, inclusive com isso garantiu que a política de assistência social fosse melhor compreendida pelos prefeitos, conseguindo ampliar o quadro de profissionais na área com a efetivação de alguns CRAS que foram legitimados motivados pelo desastre de 2008. (Assistente social, Luiz Alves)

As autoras Melo e Almeida (2000, p. 237) defendem que a interdisciplinaridade, principalmente a partir dos anos 1990, vem indicando à profissão suas possibilidades e desafios constituídos nos espaços ocupacionais do assistente social e lembram que

[...] tomemos a interdisciplinaridade em coerência com o projeto profissional que vem se delineando para o Serviço Social [...] de um profissional crítico e construtor de uma competência teórica, técnica e ético-política. Tomemos a interdisciplinaridade como uma relação horizontal, de objetivos claros, e realmente plurais.

Ao considerar o desastre de 2008, aponta-se a interdisciplinaridade como nova exigência para todos os profissionais, e não diferentemente para o assistente social. Ao contrário de discussões em que se toma a interdisciplinaridade como a simples junção de várias áreas, aqui a análise recai ao entendimento de que a interdisciplinaridade vem dentro de uma perspectiva de totalidade, a partir das contribuições de várias áreas para compor uma interpretação de determinada

realidade. Afirma Iamamoto (2002) que a interdisciplinaridade é uma perspectiva possível de atuação que exige maior explicitação das áreas disciplinares para convergirem para a consecução de projetos a serem assumidos de forma coletiva.

2.5 DESAFIOS LANÇADOS AO SERVIÇO SOCIAL REVELADOS PELAS MULTIFACES DO DESASTRE DE 2008

Situações de desastre estão cada vez mais frequentes, evidenciando, assim, a necessidade de uma discussão acerca da atuação dos profissionais e de demais instituições que são acionadas para atuar antes, durante e após o desastre.

É notório que a profissão de Serviço Social participa da reprodução da vida social, definindo, a partir dela, as estratégias profissionais e políticas visando à garantia de direitos. Considerando o desastre de 2008, o assistente social vem sendo desafiado às novas requisições profissionais quanto à necessidade de pautar na categoria a temática ambiental, uma vez ser um tema que vem interpelando o cotidiano profissional, não apenas pelas situações de desastres em si, mas principalmente pelas faces econômica, política, cultural, social e ambiental que o compõem.

A face econômica, atrelada às perdas econômicas tanto para a população quanto para o Estado, as empresas, etc., computadas em situações de desastres por danos humanos e materiais, traz no seu interior a apropriação privada dos recursos da natureza, constituindo o metabolismo entre capital e meio ambiente. “[...] cada progresso da agricultura capitalista [...] é um progresso na arte de saquear o solo, [...] quanto mais um país [...] se inicia com a grande indústria como fundamento do seu desenvolvimento, tanto mais rápido esse processo de destruição” (MARX, 1988, p. 100).

Nesse sentido, a face econômica denota ao Serviço Social demandas quanto à intensificação da pobreza e das desigualdades, e necessidades de habitação, saneamento etc. E o desafio é o de apreender os desastres como consequência das apropriações do desenvolvimento econômico, fazendo leituras críticas das demandas que lhe são dirigidas, ultrapassando a mecanização e o tecnicismo no seu fazer profissional.

o espaço profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica de demandas [...], sendo

necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade. [...] Em síntese, importa reconhecer o fio contraditório que percorre os fenômenos históricos e as instituições que abrigam o trabalho profissional (IAMAMOTO, 2009, p. 344-345).

Portanto, a face política revelada pelo desastre de 2008, dada a ausência e/ou a negligência do Estado perante a apropriação da terra e dos recursos naturais realizados em prol do desenvolvimento econômico, trará demandas quanto à institucionalização de ações sociais e de políticas. Esse é contexto que o assistente social passa a compor como trabalhador. Portanto, terá desafios quanto às ingerências partidárias e às relações de poder, à convivência com o retraimento das funções do Estado, ao enfrentamento da situação de assalariado e também à convivência com as subcontratações, terceirizações, entre outros. No meio de tudo isso, visa garantir direitos.

[...] os processos de re-estruturação produtiva atingem também o mercado de trabalho do assistente social, com a redução de postos governamentais, principalmente nos níveis federal e estadual, e a sua transferência para os municípios em virtude dos processos de descentralização e municipalização dos serviços públicos [...] em alguns campos de atuação, como é o caso da habitação social [...], a terceirização vem se consolidando como novo modelo de produção e de gestão da habitação [...]. Na política de assistência social [...] verifica-se também a adoção, pelos estados e municípios, de variadas modalidades de terceirização [...] (RAICHELIS, 2009, p. 383).

A face cultural, revelada em situações de desastres, está atrelada à forma como é apreendida a relação homem e natureza, sociedade e meio ambiente, ou seja, compõe interesses e interpretações da problemática ambiental, o que envolve o socioambiental e as denominadas alternativas sustentáveis que vêm orientando práticas das mais diversas, seja em ações locais, seja em nacionais e mesmo em internacionais, conformando uma cultura ambiental.

a visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente de reconhecer que, para apreender a problemática ambiental, é necessária uma visão complexa de meio ambiente, em que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também culturais e sociais (CARVALHO, 2008, p. 38).

Evidencia-se na contemporaneidade que as discussões em torno da problemática ambiental, como já mencionado na primeira seção, ao configurar uma cultura de proteção ao meio ambiente e a adoção de estratégias de enfrentamento aos problemas ambientais, vêm exigir ações educativas. Nesse contexto, o Serviço Social também é uma das profissões chamadas a intervir em programas voltados ao meio ambiente, reafirmando o caráter pedagógico ou socioeducativo da profissão. Como reforça Silva (2010, p. 152), “Constitui, portanto, um dos principais desafios ao Serviço Social desvelar a natureza teórica e política das propostas de educação ambiental nas quais a profissão é convocada a intervir [...]”.

E, ao desvelar as propostas de educação ambiental, é possível contribuir com o entendimento dos nexos existentes entre a temática ambiental e os processos sociais, considerando os aspectos socioeducativos como via emancipatória. Segundo Mioto (2009, p. 509),

[...] é possível dizer que as ações socioeducativas, realizadas no âmbito dos processos socioassistenciais criam condições para que ele elabore, de maneira crítica e consciente, sua própria concepção de mundo e que participe ativamente na produção da história do mundo construindo uma nova cultura.

A face social, anunciada pelo desastre de 2008, traduz expressões da questão social, como pobreza, violência, habitação, emprego, entre outras; são situações em que o assistente social já possui uma trajetória

interventiva bastante sólida, com a prestação de serviços diretamente à população. Segundo o contexto histórico da profissão, a partir dos anos 1980, por meio da releitura da profissão, incorpora-se a temática dos movimentos sociais, dos espaços de controle democrático, das estratégias de participação social, além dos espaços sócio-ocupacionais, a exemplo das empresas, das ONGs, das fundações, entre outras.

E a face ambiental conjugará todas as demais faces, trazendo à profissão exigências quanto à apreensão da temática ambiental também como categoria de análise. Dessa forma, as particularidades do exercício profissional do assistente social no contexto da problemática socioambiental trazem desafios.

São desafios no que tange a descortinar as novas demandas suscitadas pelo tema ambiental, tanto no campo interventivo quanto no espaço acadêmico, exigindo da profissão uma leitura da realidade de forma crítica e política capaz de permitir os nexos entre pensar e fazer a profissão e a realidade concreta. “Em outros termos, repõe-se, nas particularidades condições de trabalho do assistente social [...], o clássico dilema entre causalidade e teleologia, entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito” (IAMAMOTO, 2009, p. 348).

São desafios quanto aos espaços sócio-ocupacionais em si que engendram a relação trabalho e trabalhador, como bem lembra Iamamoto (2009, p. 347):

o dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado significa, por um lado, a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução das ações profissionais, socialmente legitimadas pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma profissão liberal.

São desafios quanto a “[...] romper as unilateralidades presentes nas leituras do trabalho do assistente social com vieses fatalistas, ora messiânicos” (IAMAMOTO, 2009, p. 349).

São desafios quanto ao de apreender as contradições sociais e ambientais encontradas no presente, pela forma do agravamento das desigualdades sociais, pelo uso abusivo dos recursos naturais, pela mercantilização do campo e da cidade, entre outros. São na verdade

desafios historicamente engendrados por um sistema com um poder altamente destrutivo.

É um desafio a defesa intransigente dos direitos:

[...] os assistentes sociais dispõem de um manancial de denúncias sobre violação dos direitos humanos e sociais e, desde que não firmam as prescrições éticas do sigilo profissional, podem ser difundidas e repassadas aos órgãos de representação e meios de comunicação, atribuindo-lhe visibilidade pública na defesa dos direitos [...]. Ela não se reduz ao mero repasse de dados sobre as normas e recursos legais; é uma informação transmitida na ótica do direito social, em que os sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos em suas necessidades coletivas e demandas legítimas, considerando a realidade macrossocial de que eles são parte e expressão (IAMAMOTO, 2009, p. 356).

As situações de desastres, ao revelarem multifaces, trazem a interdisciplinaridade como uma prerrogativa, tanto na formação quanto no contexto profissional.

Na formação, a interdisciplinaridade vem com o intuito de criar bases para as interpretações da realidade e as apreensões do objeto da profissão. Trata-se de reconhecer que a interdisciplinaridade se torna uma necessidade na produção do conhecimento quando se considera o caráter dialético da realidade social.

Frigoto (1995) lembra que o reconhecimento da interdisciplinaridade no meio acadêmico necessita vencer alguns obstáculos, tais como o da institucionalização, o das reações corporativas e o da busca incessante dos nexos entre uma disciplina e outra, ou entre um saber e outro, ou entre as realidades apresentadas no cotidiano profissional e/ou trazidas pela temática ambiental.

No contexto profissional, o fato de o trabalho interdisciplinar supor a interlocução entre várias disciplinas e áreas faz com que seja necessário, portanto, clareza das atribuições, dos princípios, dos marcos legais que regem a profissão, obtidos por meio de processo de formação e pela participação ativa das discussões quanto às requisições profissionais que em cada momento histórico são sinalizadas aos profissionais.

[...] a preservação dos espaços ocupacionais subordina-se à capacidade demonstrada pelos assistentes sociais de responder às novas competências: clareza em como respondê-las. Isso remete às responsabilidades da formação acadêmica, dotada de um perfil generalista, complementada pelo fomento de especialização e da formação continuada [...] que resulte num intelectual com qualificação operativa para além do adestramento técnico (IAMAMOTO, 2008, p. 279).

Diante do exposto, evidenciou-se que o desastre de 2008 denota desafios ao Serviço Social. Ao tecer a premissa de que os desastres vêm sendo incorporados como fatos isolados e/ou explicados somente a partir de seu impacto econômico, é perceptível que existirão várias leituras, por isso afirmou-se haver faces. As faces indicam implicações, seja na condução de ações de prevenção e de respostas, seja na formulação de políticas públicas.

Assim, considerando que o Serviço Social transita dentro da realidade social como operador de direitos, os conflitos advindos pelos diferentes interesses agregados pelas multifaces existentes na ocorrência de um desastre exigem da categoria repensar sobre os parâmetros interventivos que em situações de desastres se configuraram como peculiares.

Portanto, o que se tentou trazer até aqui foi o entendimento de que a formulação de ações de prevenção e de respostas atualmente existente no Brasil e no Estado de Santa Catarina estão alicerçadas em fundamentos norte-americanos, que em geral estão voltados ao tecnicismo. Também é importante lembrar que as situações de desastres não podem ser pensadas somente quando ocorrem, exigindo articulações entre as áreas, as políticas e os profissionais.

E, dentro do contexto interventivo, foi visível a complexidade que envolve a atuação dos profissionais, sendo sinalizados por eles o trabalho interdisciplinar e a intersetorialidade como um viés possível e necessário para a formulação de políticas e a indicação de como agir em situações similares.

Outrossim, reforçando o assistente social como um grande copartícipe nessas situações, ao ser chamado fica evidente que sua contribuição vai desde a formulação de políticas, passando pelas instituições e chegando na intervenção direta, seja pela assistência através das ações socioeducativas, seja pela atuação em equipes

interdisciplinares no campo emergencial. Portanto, ao ser chamado a intervir, precisa ter o posicionamento claro da categoria quanto à dimensão do trabalho social diante de situações de desastres, que hoje se encontra inconcluso. A construção dos nortes no interior da profissão é extremamente importante para não perder o horizonte da luta por direitos assumidos como compromisso ético-político da profissão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de construção deste trabalho, reafirmou-se a intenção de apontar elementos relevantes para a análise dos desafios lançados ao Serviço Social em situações de desastre. Ressaltou-se a vinculação entre a problemática ambiental e os determinantes históricos de apropriação da terra e do trabalho explícitos nas contradições de determinado modo de produção.

Historicamente, o homem se relaciona com a natureza, principalmente, para a produção de seus meios de subsistência (MARX, 1982). Com o desenvolvimento do capitalismo, houve a apropriação universal da natureza, que, pela primeira vez, se converteu puramente em objeto para a humanidade. A natureza, antes idolatrada pelos homens, deixou de ser reconhecida como um poder em si mesma para ser subjugada às necessidades humanas segundo a lógica do capital, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção (MÉSZÁROS, 1989).

No capitalismo, a terra passa, assim como os homens, a ser percebida como um objeto de e para a dominação. Ambos foram transformados em mercadorias, em propriedades privadas. A separação dos produtores de mercadorias dos meios de produção e subsistência e dos produtos de seu trabalho insere-se em uma condição de produção que explora a sua força de trabalho e a natureza. A partir disso, determinadas porções do globo terrestre foram monopolizadas por certas pessoas como esfera exclusiva de sua vontade privada, excluindo todos os outros dessa condição (MARX, 1982).

Dentro desse contexto, situou-se a discussão da problemática ambiental em nível mundial, despertando o movimento empreendido para lidar com as consequências da degradação ambiental. Evidenciou-se que a temática ambiental passa a constituir o palco de debate de vários segmentos, a exemplo dos movimentos sociais e ambientalista, pelo Estado, pelas empresas, pelas ONGs, pelas fundações, além das agências internacionais. A partir disso, foi visível o ideário do desenvolvimento sustentável nas agendas política e pública, expressando medidas voltadas à preservação do meio ambiente. O conjunto dessas iniciativas norteará as chamadas ações socioambientais.

Fundado em um princípio ético – o compromisso intergeracional – o conceito de Desenvolvimento sustentável passa a nortear ações socioambientais

que advogam um modelo econômico que seja ‘inclusivo’ socialmente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado (SILVA, 2010, p. 232).

Esse é o pano de fundo em que as situações de desastres aparecem, levantando implicações no cenário contemporâneo e sinalizando alerta ao futuro da humanidade e, por que não dizer, do próprio planeta. Aqui, remete-se a importância do entendimento do desastre não apenas como fenômeno natural, mas, sobretudo, como uma questão socioambiental emergente para a economia, a política, a cultura, a sociedade e o ambiente.

A globalização ambiental tem resultado em três conseqüências para a sociedade, que nos levam a pensar na responsabilidade em termos nacionais e internacionais: poluição sem fronteiras; degradação dos ecossistemas que transcendem fronteiras geopolíticas e interdependência no uso dos recursos naturais disponíveis (LOUREIRO, 2006, p. 33).

Esse contexto, atrelado ao aumento nas últimas décadas de ocorrência de eventos extremos, a exemplo de furacões, *tsunami*, enchentes, deslizamentos de terra etc., tem trazido déficits espantosos para muitos países, intensificando ainda mais desigualdades e revelando a degradação ambiental de forma desenfreada, a pobreza em larga escala, a ausência de políticas de defesa do meio ambiente, o planejamento urbano, entre tantas outras questões expressas no contexto social.

A crise ambiental, que se percebe por suas manifestações, não é apenas uma evolução da dinâmica natural da natureza, mas é claramente aceita como resultado de um processo social ligado intimamente ao modo de produção e de consumo da sociedade em curso no último século (SEIFFERT, 2008, p. 20).

E, ao resgatar-se o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, em seu capítulo VI, tem-se: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e

essencialmente à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Ou seja, o meio ambiente como um bem coletivo deve ser a orientação das políticas. Entretanto, a forma como vêm sendo delineadas as ações de prevenção e de respostas diante das situações de desastre, por exemplo, sinaliza que o meio ambiente não vem sendo considerado um bem coletivo.

Tomando o entendimento dos desastres como fenômenos socioambientais, resgatados a partir dos autores Mattedi (1999, 2000, 2008), Frank e Pinheiro (2003) e Theis, Mattedi e Tomio (2000), obtiveram-se subsídios para a análise do desastre de 2008 no Vale do Itajaí, reforçados pela problematização do processo de construção social do desastre, em que se defenderam as cinco faces do desastre de 2008: econômica, política, cultural, social e ambiental.

O desastre de 2008, ao ser explicado por um conjunto de fatores econômico, político, cultural, social e ambiental, confirmou haver multifaces. Portanto, as multifaces do desastre de 2008 no Vale do Itajaí indicaram as lacunas quanto

- às discussões da complexidade que envolve os desastres socioambientais;
- às dificuldades associadas à estruturação da Defesa Civil, ao desconhecimento do poder público, da comunidade e das demais profissões sobre as atividades de defesa civil;
- à inexistência de quadro permanente de funcionários na Defesa Civil atuando basicamente com trabalho voluntário e sofrendo ingerência temporal conforme eleições;
- à interrupção sistemática da estrutura estadual, à administração isolada e desintegrada, à ausência de ações ordinárias, seja de prevenção, seja de resposta;
- à não implementação da Política Nacional de Defesa Civil;
- à necessidade de se avançar na instrumentalidade e na especificidade das profissões em situações de desastres;
- ao reconhecimento da necessidade de se trabalhar interdisciplinarmente, tendo clareza do real papel do assistente social;
- à necessidade da discussão do modelo que vem causando impactos sociais por conta dos desastres e/ou da degradação ambiental;
- à necessidade de o Serviço Social pautar como categoria de análise e de intervenção a temática ambiental;
- ao aprofundamento da discussão das linhas que vêm norteando atuações profissionais para não cair no fatalismo e no tarefismo e perder o horizonte da luta por direitos; e

- ao reconhecimento de que a questão ambiental tem particularidades, mas é transversal a outros temas.

Dessa forma, a identificação dos nortes para a discussão da atuação do assistente social no âmbito da prevenção e das respostas às situações de desastres também trará reflexões para a categoria sobre os desafios, bem como a reafirmação de fundamentos críticos no âmbito da formação e do espaço profissional diante das múltiplas expressões da questão social. Como bem lembra Iamamoto (2009, p. 25),

O serviço Social é assim reconhecido como uma especialização do trabalho, parte das relações sociais que fundam a sociedade do capital. Estas são, também, geradoras da “questão social” em suas dimensões objetivas e subjetivas, isto é, em seus determinantes estruturais e no nível da ação dos sujeitos. [...] Reafirmar-se a “questão social” como base de fundação sócio-histórica da profissão, salientando as respostas do Estado, do empresariado e as ações das classes trabalhadoras no processo de constituição, afirmação e ampliação dos direitos sociais. Este ângulo de análise exige decifrar as multifacetadas refrações da “questão social” no cotidiano da vida social [...].

Considerando que os desastres socioambientais estão demandando ao profissional inúmeros desafios, discutir esse tema é imprescindível. Esses desafios vêm exigir um pensar sobre as multifacetadas refrações nas quais a relação sociedade e meio ambiente vem se situando, bem como um posicionamento crítico e investigativo acerca das mudanças na relação Estado e sociedade civil, que vêm sendo desenhadas ao longo do século XXI para a compreensão das formas com que as expressões da questão social são suscitadas e intensificadas em situações de desastres.

No desastre de 2008, viu-se que as situações de desastres envolvem diferentes órgãos das instâncias municipal, estadual e federal, de maneira assimétrica e diferente: Secretaria de Assistência Social, Saúde, Segurança Pública, Obras, Ministério Público, entre outros. Contudo, foi concedido destaque à Defesa Civil por ter a responsabilidade de garantir um conjunto de medidas permanentes destinadas a evitar ou minimizar as consequências dos desastres

socioambientais, entre outros. Outro ponto sinalizado pela atuação foram os enfoques interdisciplinar e intersetorial como necessários, principalmente, em situações de desastres, uma vez que esses possibilitam a minimização dos desastres e dos seus impactos.

Em linhas gerais, pensar o Serviço Social em situações de desastre supõe

- pautar a temática ambiental como categoria importante para o conhecimento e as intervenções do assistente social;

- buscar base interdisciplinar para a produção de análise da realidade como um pressuposto para a não fragmentação da sociedade, como lembra Loureiro (2010, p. 20): “[...] tamanha fragmentação na leitura da realidade [...] traz também como consequência a simplificação na proposição de alternativas factíveis, esvaziando a política, desconsiderando as contradições público-privado, pulverizando políticas públicas por meio da ênfase em projetos de parceria e criminalizando movimentos sociais [...]”;

- delinear a natureza ético-política contida no projeto profissional, articulando o processo de formação ao exercício profissional, desmistificando o hiato entre teoria e prática, entre o pensar e o fazer a profissão. Reforça-se aqui a afirmação de Almeida (2009, p. 648): “[...] a profissão tem empreendido processos internos que, ao mesmo tempo em que produzem respostas sociais, são determinados pelas próprias condições históricas que busca superar [...]”;

- formular projetos que materializam o compromisso com o atendimento às situações sociais, pautados em princípios fundamentais previstos no Código de Ética profissional: “[...] opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária” (CFESS, 2006, p. 39);

- conhecer e aprofundar a participação do Serviço Social na gestão dos desastres preconizada e deliberada atualmente por órgãos responsáveis por ações de prevenção e de respostas às situações de desastre;

- legitimar a participação do assistente social nos espaços deliberativos e operativos, a exemplo da sua inserção no Grupo integrado de ações coordenadas-Grac, entre outros.

O trabalho, ora apresentado, não se propôs apenas a cumprir uma exigência acadêmica, mas, acima de tudo, a apresentar a sistematização de um estudo que venha suscitar novas pesquisas e reflexões acerca da importância das discussões que envolvem a problemática ambiental *versus* os desastres socioambientais, sinalizando desafios ao Serviço

Social e às demais categorias profissionais que são chamadas a intervir nessas situações.

Ao concluir, tem-se a convicção de que o processo de conhecimento que aqui é finalizado apresenta apenas uma ponta do *iceberg*, o todo é muito mais complexo do que o esforço empreendido neste estudo permitiu desvendar. Entretanto, almeja-se que este estudo possa motivar outros e novas reflexões, tanto no interior do Serviço Social quanto os demais profissionais e órgãos responsáveis por garantir o presente e o futuro da humanidade.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Disponível em: <www.abepss.org.br>. Acesso em: 12 dez. 2010.

ABESS/CEDEPSS. *Currículo mínimo para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABESS/CEDEPSS, 1996.

_____. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, 1997a.

_____. *Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate*. Recife, set. 1997b.

ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

AGENDA 21. *Desenvolvimento sustentável*. Brasília: MMA, 2004.

_____. Disponível em: <www.agenda21local.com.br>. Acesso em: 10 nov. 2010.

AGENDA 21 CATARINENSE. *O desenvolvimento sustentável em Santa Catarina*. Florianópolis: Tempo Editorial, 2004.

ALCÁNTARA-AYALA, I. Geomorphology, Natural Hazards, Vulnerability and Prevention of Natural Disasters in Developing Countries. *Geomorphology*, n. 47, p. 107-124, 2002.

ALMEIDA, N. L. T. Magistério, direção e supervisão acadêmica. In: CEFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências sociais*. Rio de Janeiro: CEFESS/ABEPSS, 2009.

ALVES, M. L.; GOMES JUNIOR, C. A. *Capacitação em Defesa Civil: prevenção e redução de desastres*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2003.

AMAVI. Disponível em: <www.amavi.org.br>. Acesso em: 5 out. 2010.

AMMVI. Disponível em: <www.ammvi.com.br>. Acesso em: 5 set. 2010.

ANA. Agência Nacional de Águas. *Sistema de alerta contra enchentes na bacia do rio Itajaí*. 2009. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/gestaorechidricos/UsosMultiplos/arqs/Alerta_Itajaís.pdf>. Acesso em: 15 ag. 2009.

ANDERSON, P. *Linguagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasilense, 1989.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 9. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARELLANO, M. G. Pobreza y desastres em México: um estúdio exploratório. *Revista de La Universidad Cristobal Colon*, n. 20, 2005. Disponível em: <<http://www.eumed.net>>. Acesso em: 12 abr. 2009.

AREOSA, J. *O risco no âmbito da teoria social*. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 2008.

ARRETCHE, M. T. S. *Descentralização, democracia, reforma do Estado e bem-estar: conceitos que não se equivalem*. São Paulo: Fundap, 1995. Mimeografado.

BAKER, H. When Hell came to Halifax. *History Today*, v. 52, n. 12, p. 42, 2002. Disponível em: <http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m1373/is_12_52/ai_95206654>. Acesso em: 13 ago. 2010.

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial*. Washington, 1997.

_____. Disponível em: <www.bancomundial.com.br>. Acesso em: 10 set. 2010.

BATES, F. L.; PEACOCK, W. G. Long Term Recovery. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, v. 7, n. 3, p. 349-365, 1989.

BECK, U. *Risk Society: Towards a New Modernity*. Newbury Park: Sage Publications, 1992.

_____. From Industrial Society to the Risk Society: Questions of Survival, Social Structure and Ecological Enlightenment. *Theory, Culture & Society*, Londres, 2000.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Oeiras: Celta Editora, 2000.

BLUMENAU. Prefeitura Municipal de Blumenau. Disponível em: <www.blumenau.sc.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2010.

BORN, R. H. Agenda 21 brasileira: instrumentos e desafios para a sustentabilidade. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. (Orgs.). *Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio 92*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURCKHARDT, V. Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, 1981.

_____. *Constituição Federal de 1988*. Brasília, 1988.

_____. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Regulamenta a profissão de assistente social. Brasília, 1993.

_____. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade: diretrizes gerais da Política Urbana. Brasília, 2001.

_____. Decreto n. 5.376, de 17 de fevereiro de 2005. Brasília, 2005.

_____. *Política Nacional de Defesa Civil*. Brasília, 2007.

_____. Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010. Brasília, 2010.

_____. Ministério das Cidades. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 8 abr. 2010.

BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

BORN, R. H. Agenda 21 brasileira: instrumentos e desafios para a sustentabilidade. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. (Orgs.). *Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio 92*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BOSCHETTI, I. et al. (Orgs.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

CAMARGO, A. (Org.). *Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio 92*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CAMPOS, C. C.; FREITAS, R. C. M. Serviço Social em situações de desastres: sistematização da experiência profissional no atendimento às vítimas da enchente de 2008 em Blumenau. In: CBAS, 2010, Brasília.

CARLOS, J. G. *Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidades*. 2006. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ppgec/dissertacoes/proposicoes/proposicao_jairocarlos.pdf>. Acesso em: 13 set. 2011.

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. Campinas: Papyrus, 1990.

CARVALHO, I. C. M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, C. S.; GALVÃO, T. (Orgs.). *Prevenção de riscos de deslizamentos em encostas: guia para elaboração de políticas municipais*. Brasília: Ministério das Cidades; Cities Alliance, 2006.

CASANOVA, P. G. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo, 2006.

CASTELLS, M. *The Information Age: Economy, Society and Culture. The Power of Identity*. Oxford: Blackwell, 1997.

CASTRO, A. L. C. *Glossário de defesa civil: estudo de riscos e medicina de desastres*. Brasília: MPO; Departamento de Defesa Civil, 1998. 283 p.

_____. *Manual de Planejamento em Defesa Civil*. Brasília, 1998.

_____. *Manual de Planejamento em Defesa Civil*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Departamento de Defesa Civil, 1999. v. 1. 133 p.

_____. *Manual de Desastres*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2000. v. 1. 174 p.

_____. *Segurança global da população*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Sedec, 2007. Disponível em:

<<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/seguranca.asp>>.
Acesso em: 3 ago. 2010.

_____. *Glossário de defesa civil, estudos de riscos e medicina de desastres*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2008. 173 p.

CEPAL. Disponível em: <www.cepal.org/brasil>. Acesso em: 6 jan. 2010.

CEPAL/UNEP. *The Sustainability of Development in Latin America and the Caribbean: Challenges and Opportunities*. Santiago, Chile, Jul. 2002. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cepal/eclac>>. Acesso em: 8 jul. 2009.

CEPED. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Por uma ação integral e contínua: caderno de diretrizes aprovadas. In: 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA, 2010, Florianópolis: CEPED/UFSC.

_____. Disponível em: <www.ceped.ufsc.br>. Acesso em: 4 mar. 2010.

CFESS. *Legislação Brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do assistente social*. 2. ed. São Paulo: CRESS, 2006.

_____. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 2 fev. 2010.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Orígenes comunes de la crisis económica y la crisis ecológica. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 19, n. 2, jul./dez. 2009.

CNAS. Resolução n. 145, 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004.

_____. Resolução n. 130, 2005. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS. Brasília, 2005.

_____. Resolução n. 191, 2005. Regulamentação de entidades e organizações de assistência social. Brasília, 2005.

_____. Resolução n. 212, 2006. Regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social. Brasília, 2006.

COMITÊ DE ITAJAÍ. *Jornal do Comitê*. n. 12, jan. 2009. Disponível em: <<http://comiteitajai.org.br/dspace/handle/123456789/1450>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

_____. Disponível em: <www.comiteitajai.org.br>. Acesso em: 13 jan. 2010.

CORREIA, M. V. C. A relação Estado e sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 77, ano XXV, mar. 2004.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. *Cadernos ABESS: Ensino em Serviço Social: Pluralismo e Formação Profissional*, São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 119-207.

COUTINHO, R. “Crise ambiental” e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo “selvagem”. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 19, n. 2, jul./dez. 2009.

COUTO, Berenice Rojas. O processo de trabalho do assistente social na esfera municipal. In: CEFESS et al. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 2: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEFESS; ABEPSS; CEAD; Unb, 1999.

CRED. Centre for Research on the Epidemiology of Disasters. Using Disaster Footprints, Population Databases and GIS to Overcome Persistent Problems for Human Impact Assessment in Flood Events. *Nat Hazards*, n. 58, p. 845-852, 2011. Disponível em: <<http://www.cred.be/publication/using-disaster-footprints-population-databases-and-gis-overcome-persistent-problems-huma>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

CRESS. Disponível em: <www.cress-sc.org.br>. Acesso em: 10 mar. 2010.

CRID. Centro Regional de Informação sobre Desastres. *Vocabulário controlado sobre desastres*. São José, 2001. Disponível em: <http://www.crid.or.cr/crid/esp/vocabulario_controlado.html>. Acesso em: 13 fev. 2011.

CUNHA, G. R. *Uma discussão sobre o conceito de hazards e o caso do Furacão Catrina*. Passo Fundo: Embrapa, 2004.

DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEFESA CIVIL. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Núcleo de Pesquisa, Concepção e Conteúdo. Projeto Percepção de Risco. *Manual de Desastres: desastres naturais*. Brasília: MIN, 2003. v. 1.

_____. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Manual de Desastres: desastres naturais*. Brasília: MIN, 2007a. v. 1.

_____. SNDC. Conferência Geral sobre Desastres para Prefeitos, Dirigentes de Instituições Públicas e Privadas e Líderes Comunitários. Brasília: MIN, 2007b.

_____. *Relatório de ações: enchentes em Santa Catarina*. Centro de Operações de Defesa Civil, dez. 2008. Disponível em: <http://www.desastre.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=109&Itemid=30>. Acesso em: 16 ago. 2009.

_____. *Relatório de ações: enchentes em Santa Catarina*. 2009. Disponível em: <<http://www.desastre.sc.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

_____. Disponível em: <www.defesacivil.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2010.

DEFESA CIVIL SANTA CATARINA. *Enchentes 2008*. Disponível em: <www.desastre.sc.gov.br>. Acesso em: 21 maio 2010.

_____. Disponível em: <www.defesacivil.sc.gov.br>. Acesso em: 24 jun. 2010.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DIETERICH, H. *Novo guia para a pesquisa científica*. Blumenau: FURB, 1999.

DUARTE, L. R. *Os CONSEGs e a redução de risco*. 2. ed. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2008.

EIRD/ONU. International Strategy for Disaster Reduction. *La integración de la reducción del riesgo de desastres en las políticas y la planificación del desarrollo sostenible*. 2000. Disponível em: <<http://unisdr.org/hfa>>. Acesso em: 10 maio 2009.

_____. *Terminology: Basic Terms of Disaster Risk Reduction*. 2003. Disponível em: <<http://unisdr.org/eng/library/lib-terminology-eng-p.htm>>. Acesso em: 11 maio 2009.

_____. *Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters*. UM/ISDR, 2005. Disponível em: <http://www.unisdr.org/files/1037_hyogoframeworkforactionenglish.pdf>. Acesso em: 13 maio 2009.

_____. Disponível em: <www.eird.org>. Acesso em: 14 jul. 2010.

EM-DAT. Emergency Database. Disponível em: <<http://www.emdat.be/Database>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

_____. Disponível em: <www.emdat.be>. Acesso em: 5 ago. 2010.

ENGELS, F. *A dialética da natureza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FAGNANI, E. *A contra-reforma em marca (1993-2002)*. Política social no Brasil (1964-2002): entre cidadania e caridade. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2005.

FERREIRA, L. C. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1998.

FIORI, J. L. Globalização econômica e descentralização política: um primeiro balanço. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 295-311, 1994.

FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Unicamp, 1995.

_____. La cuestión ambiental em Marx. *Ecología Política*, Barcelona, n. 12, p. 35-148, 1996.

FOLLARI, R. A. Algumas considerações práticas sobre interdisciplinaridade. In: BIANCHETTI, L.; JANTSCH, A. *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995a.

_____. Interdisciplina y dialectica: acerca de um malentendido. In: BIANCHETTI, L.; JANTSCH, A. *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995b.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANK, B. Projeto Crise. In: PNUD. *Estratégias e ações frente a desastres naturais*. Brasil: PNUD; MHU, 1987. p. 30-45.

FRANK, Beate; PINHEIRO, Adilson (Orgs.). *Enchentes na Bacia do Itajaí: 20 anos de experiências*. Blumenau: FURB, 2003.

FRANK, B.; VIBRANS, A. C. Uma visão integrada da bacia hidrográfica. In: FRANK, Beate; PINHEIRO, Adilson (Orgs.). *Enchentes na Bacia do Itajaí: 20 anos de experiências*. Blumenau: FURB, 2003.

FREIRE, S. M. *As armadilhas da recente notoriedade da sociedade civil no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

FREITAS, R. C. M.; CAMPOS, C. C. *Situações de desastres: novas demandas e desafios ao Serviço Social e ao trabalho interdisciplinar*. Projeto aprovado em Edital em dez. 2009. Florianópolis: FAPESC, 2009.

FREITAS, R. C. M.; CAMPOS, C. C. Questões socioambientais e gênero: a participação da mulher em situação de desastre. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 9, 2010, Florianópolis: UFSC. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2010.

FREITAS, R. C. M.; MARQUES, C. C. Serviço Social: fios condutores para a prevenção e atendimento de ocorrência de eventos extremos. In: CBAS, 2010, Brasília. *Anais...* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2010.

FRIGOTTO, G. Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. In: JANTASCH, A. P.; BIANCHETTI,

L. (Orgs.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995.

FUNTWICZ, S. O.; RAVETZ, J. *Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

FURB. Disponível em: <www.furb.br>. Acesso em: 13 ago. 2010.

GARCIA, R. Interdisciplinaridad y sistemas complejos. In: LEFF, E. et al. *Ciências Sociais y formación ambiental*. Barcelona: Gedisa, 1994.

GASTAL, A. Efeitos sociais e econômicos dos desastres naturais na América Latina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESTRATÉGIAS E AÇÕES FRENTE AOS DESASTRES NATURAIS, 1987, Brasília: PNUD.

GENTILLI, R. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Veras, 1998.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOHN, M. G. O novo associativismo e o terceiro setor. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 58, 1999.

GOMEZ, J. A. D.; AGUADO, O. V.; PEREZ, A. G. *Serviço Social e meio ambiente*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GOOGLE. *Imagens*. Disponível em:

<<http://images.google.com.br/q=imagens+enchente+Blumenau+SC+2008>>. Acesso em: 10 out. 2009.

GUARNIZO, C. et al. *Funciones de trabajo social en situaciones de emergencia y desastre*. Colombia: Ministerio de Salud, 1987.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. Porto Alegre: Globo, 1977.

_____. *O caminho da servidão*. Porto Alegre: Globo, 1993.

HERMANN, M. L. P. (Org.). *Atlas de desastres naturais do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2005.

_____. *Atlas de desastres naturais do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: SEAD/DGED, 2007.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992a.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1992b.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do assistente social em questão*. Brasília: CFESS, 2002.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I. et al. (Orgs.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008b.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

IANNI, O. *Dialética & capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

_____. *A era do globalismo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *A sociedade global*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

IBGE. *Censo 2007 da população brasileira*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/>. Acesso em: 12 jun. 2009.

IPCC. *Nosso Futuro Comum*. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

IPEA. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 4 set. 2010.

ISDR. International Strategy for Disaster Reduction. *Living with Risk: A Global Review of Disaster Reduction Initiatives*. Genebra, Suíça, 2004. 152 p. Disponível em: <<http://www.unisdr.org>>. Acesso em: 12 set. 2009.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JASWAL, S. Disasters and Mental Health. *The Indian Journal of Social Work*, v. 61, n. 4, p. 521-526, 2000.

JORNAL ON-LINE TERRA. *Santa Catarina: vítimas de enchentes estão em abrigos desde 2008*. 2009. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5353035-EI8139,00-SC+Vitimas+de+enchentes+estao+em+abrigos+desde.html>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

JUNQUEIRA, L. A. P. *Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal*. Rio de Janeiro: RAP, 1999.

KAZTMAN, R. *Activos y estructura de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Montevideo: CEPAL; PNUD, 1999.

_____. *Los desafíos que plantean las transformaciones del mercado de trabajo al desarrollo humano en Uruguay*. Montevideo: CEPAL; PNUD, 2001. (Cap. IV Del Desarrollo Humano).

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KREPS, G. A. Disaster and the Social Order. *Sociological Theory*, v. 3, n. 1, p. 49-64, 1989.

KROLL-SMITH, J. S.; CROUCH, S. R. What is a Disaster? An Ecological-Symbolic Approach to Resolving the Definitional Debate. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, v. 9, n. 3, p. 355-366, 1991.

LABHIDRO. *Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos*. Disponível em: <<http://www.labhidro.ufsc.br/Artigos/Livro/PrevencaoDesastresNaturais.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2009.

LEFF, E. Naturaleza y sociedad em el materialismo histórico. In: _____. *Ecologia y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*. 2. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1994.

LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, E. J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia, 1996.

_____. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis: UFSC, v. 10, p. 37-45, 2007.

LOUREIRO, C. F. Ambientalismo e lutas sociais no Brasil. *Revista Libertas*, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 2, n. 1, jan./jun. 2002.

_____. Reflexões sobre os conceitos de ecocidadania e de consciência ecológica. In: MATA, S. F et. al. (Orgs.). *Educação ambiental, desafio do século: um apelo ético*. 2. ed. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 2006.

LOUREIRO, C. F. (Org.). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável. In: SILVA, M. G. *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

MACÍAS, J. M. Significado de la vulnerabilidad social frente a los desastres. *Revista Mexicana de Sociologia*, n. 4, 1992.

MAD BLUMENAU. Disponível em:
<www.madblumenau.wordpress.com>. Acesso em: 12 out. 2010.

MMA. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 5 out. 2010.

MANGINI, F. N. R.; MIOTO, R. C. T. A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho. *Revista Katálysis*, Florianópolis: UFSC, v. 12, n. 2, p. 207-215, jul./dez. 2009.

MARCELINO, E. V. Desastres naturais e geotecnologias: conceitos básicos. In: INPE/ CRS. *Caderno didático*. Santa Maria: INPE/CRS, 2008. n. 1.

MARCELINO, E. V.; NUNES, L. H.; KOBİYAMA, M. *Banco de dados de desastres naturais: análise de dados globais e regionais*. Uberlândia: Caminhos de Geografia, 2006. v. 6. n. 19.

MARCELINO, I. P. *Análise de episódios de tornados em Santa Catarina*. São José dos Campos: INPE, 2003.

MARQUES, C. C. C. A configuração das ações de prevenção e enfrentamento às situações de desastres na América Latina. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2010, Rio de Janeiro: ENPESS.

MARQUES, C. C. C.; CAMPOS, J. C. *Os desastres naturais e os impactos na saúde pública: um estudo em comunidades atingidas pelo Furacão Catarina em 2004 no município de Araranguá*. Bagozzi, 2009.

MARQUES, C. C. C.; FREITAS, R. C. M. Serviço Social em situações de desastres: o atendimento às vítimas da enchente de 2008, em Blumenau. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2010, Brasília. *Anais...* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2010.

MARQUES, M. T. C.; RAMALHO, M. P. *Os movimentos ecológicos e a interdisciplinaridade*. São Paulo: Unicamp, 1986.

MARTINS DE SÁ, J. L. (Org.). *Serviço Social e interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*: temas de Ciências Humanas. São Paulo: Grijalbo, 1977. n. 2.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1982. (Os Pensadores).

_____. O processo de trabalho e processo produzir mais-valia. In: _____ . *O Capital*: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 1-209. v. 1. Livro 1. (Os Economistas).

_____. *Para a crítica da economia política*: salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes: economia vulgar. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec. 1996.

_____. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Tradução de Silvio Donizete Chagas. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. *O Capital*: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro I.

MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas em três volumes*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963.

_____. *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*. Tradução de Jose Carlos Bruni e Marco Aurelio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MATTEDI, M. A. *As enchentes como tragédias anunciadas*: impactos da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina. Tese (Doutorado) – Unicamp, São Paulo, 1999.

_____. Subsídios para a análise das relações sociedade-natureza no Vale do Itajaí. In: THEIS, Ivo Marcos; MATTEDI, Marcos Antonio; TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas (Orgs.). *Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a histografia de Blumenau*. Blumenau: FURB, 2000. p. 215-239.

MATTEDI, M. A.; BUTZKE, I. C. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. *Revista Ambiente & Sociedade*, n. 9, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2001000900002>. Acesso em: 22 abr. 2009.

MATTEDI, M. A. et al. O desastre se tornou rotina... In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Orgs.). *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau: Agência do Vale do Itajaí, 2009.

MEC-SESU. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 2001.

MEC-SESU/CONESS. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1999.

MELO, A. I. S. C.; ALMEIDA, G. E. S. Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional. In: _____. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 4*. Brasília: UnB, 2000.

MENEZES, J. G. R. *A tragédia do Morro do Baú*. Blumenau: Nova Letra, 2009.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1989.

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O desafio e fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. Tradução de Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIN. Ministério da Integração Nacional. *Glossário de Defesa Civil, estudos de riscos e medicina de desastres*. Brasília: MIN, 2001.

_____. *Conferência geral sobre desastres para prefeitos, dirigentes de instituições públicas e privadas e líderes comunitários*. Brasília: MIN, 2007.

MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6. ed. Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

_____. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? *Revista Saúde e Sociedade*, Rio de Janeiro: Abrasco, v. 3, n. 2, 1994.

MIOTO, R. C. Estudos socioeconômicos. In: _____. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MMA. Agenda 21 brasileira. 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=908&idMenu=374>>. Acesso em: 10 maio 2010.

MOLINA, Emilia. *Proyecto de trabajo comunal universitario: organización y preparación en la prevención y atención de desastres naturales*. Universidad de Costa Rica: Escuela de Trabajo Social, 1992.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MONTIBELLER FILHO, G. M. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

MORAES, A. C. R. *Universidade e meio ambiente: uma avaliação*. Florianópolis: UFSC, 1997.

MORAES et. al. *Hacia patrones sostenibles de producción y consumo en Latinoamérica y el Caribe*. México: PNUMA, 2002.

MOTTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MULLER, M. L. Uma filosofia da crise ecológica. In: _____. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência: série 3*. Campinas: Unicamp, 1996. v. 6. n. 2.

NEGREDO, J. C. A Defesa Civil que não se conhece ou que não se vê. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Orgs.). *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 50, ano XVII, abr. 1996.

_____. Relendo a teoria marxista da História. In: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis (Orgs.). *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Revista Temporalis*, Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Questões da Nossa Época).

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NOGUEIRA, M. A. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

NOSSO FUTURO COMUM. *Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Brundtland)*. FGV, 1987.

OCHA. Disponível em: <<http://ochaonline.un.org>>. Acesso em: 10 out. 2010.

OFDA/CRED. The Office of US Foreign Disaster Assistance/Centre for Research on the Epidemiology of Disasters. *Annual Disaster Statistical Review 2008: The Numbers and Trends*. Brussels, Belgium, 2009. Disponível em:

<www.emdat.be/Documents/Publications/ADSR_2008.pdf>. Acesso em: 14 out. 2010.

OLIVEIRA, F. Políticas sociais: das carências ao direito do cidadão. In: _____. *Boletim de conjuntura: política social*. São Paulo: Fundap, 1994. p. 14-44. v. 14.

ONU. *Meio ambiente e desenvolvimento: seu ensino*. Nova York: ONU, 1991.

_____. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 3. ed. Brasília, Distrito Federal: Senado Federal, 1999.

ONU BR. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php>. Acesso em: 10 jun. 2009.

_____. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br>. Acesso em: 11 out. 2010.

OPAS. Organización Panamericana de la Salud. *Informe regional sobre la evaluación 2000 em la región de las Américas: agua potable y saneamento, província actual y perspectivas*. 2001. Disponível em: <www.paho.org/projet>. Acesso em: 10 maio 2009.

O POVO. *Trajédia em Santa Catarina*. 18 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/busca/?q=DESASTRE+DE+2008+EM+SC>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

PARK, L. *La civilisation du risque: catastrophes technologiques et responsabilité sociale*. Paris: Seuil, 1991.

PELANDA, C. Disaster and Sociosystemic Vulnerability. *Rassegna Italiana di Sociologia*, v. 22, n. 4, p. 507-532, 1981.

PEREIRA, P. A. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. *Revista Ser Social e Serviço Social*, Brasília: UnB, n. 6, p. 119-132, jan./jun. 2000.

_____. *Política social: temas & questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

PIRES, M. F. C. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino. *Revista Debates*, p.173-182, fev. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/10.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2009.

PNDC/SEDEC. Polícia Nacional de Defesa Civil. 2005. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/index.asp>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

_____. Política Nacional de Defesa Civil. 2007. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

PNUD. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 8 set. 2010.

PNUD/ONU. *Os objetivos do desenvolvimento do milênio e a redução dos riscos de desastre: a redução do risco de desastre – um desafio para o desenvolvimento*. 2000. Disponível em: <http://www.pnud_redução-riscosdesastres.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2009.

_____. Agenda 21. Fortalecimento do papel dos grupos principais: medidas mundiais em favor da mulher para atingir um desenvolvimento sustentável equitativo. *Nosso Futuro Comum*, Paris, 2007.

PREFEITURA DE BLUMENAU. Disponível em:
<www.blumenau.sc.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2010.

PUY, A.; ARAGONÉS, J. L. Percepción social de los riesgos de las emergências ambientales. *La Red*, v. 8, n. 1, p. 41-54, 1994.

QUARANTELLI, E. L. Patterns of Sheltering and Housing in Disasters. *Disaster Prevention and Management*, USA: University of Delaware, v. 4, Issue 3, p. 43-53, 1995. Disponível em:
<<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=870870>>. Acesso em: 2 jul. 2009.

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: _____. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

RAUD, C. As dinâmicas territoriais do desenvolvimento: reflexões teóricas e aplicação à análise do pólo têxtil-vestuário de Blumenau. In: THEIS et al. *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau: FURB, 2000.

RELATÓRIO MUNDIAL DE DESASTRES. Alerta precoce, ação antecipada. Genebra: International Federation of Red Cross and Crescent Societies, 2009. Disponível em: <www.ifrc.org>. Acesso em: 10 jul. 2010.

REVISTA PRAIA VERMELHA. Estudos de Política e Teoria Social. *Questão ambiental: o planeta em risco?* Rio de Janeiro: UFRJ, v. 19, n. 2, jul./dez. 2009.

RIBEIRO, W. C. Desenvolvimento sustentável e segurança ambiental global. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, n. 312, 14 sept. 2001. Disponível em:
<<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-312.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIZZOTTO, M. L. F. *O Banco Mundial e as políticas de saúde no Brasil nos anos 90: um projeto de desmanche do SUS*. 2000. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp, Campinas, 2000.

ROJAS, D. F. Trabajo social e intervención em desastres. *Revista Costa Rica de Trabajo Social*, Costa Rica, n. 3, out. 1993.

ROSETTE, A. *Cartografia do Rio de Janeiro: do bairro ao mundo uma viagem geográfica*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. Disponível em: <http://www.geocart.igeo.ufrj.br/pdf/trabalhos/2002/Simposio_Cart_Cri an%E7a_2002.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2009.

SACHS, I. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vertice, 1981.

_____. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Nobel; Fundap, 1993.

SALAMA, P. Para uma nova compreensão da crise. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAMAGAIA, J.; ANGIONI, M. Situação dos desabrigados/atingidos pelo desastre e a assistência (des)organizada. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Orgs.). *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau: Agência da Água do Vale do Itajaí, 2009.

SANTA CATARINA. *Percepção de risco: a descoberta de um novo olhar*. Disponível em: <www.percepcaoderisco.sc.gov.br/?ver=projeto>. Acesso em: 10 out. 2009.

SANTA CATARINA. Defesa Civil. Disponível em: <<http://www.defesacivil.sc.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2010.

SANTOS, R. *Serviço Social e meio ambiente*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHIOCHET, V. A ação governamental frente ao desastre. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Orgs.). *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

SCIELO. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 5 nov. 2010.

SEDEC-RJ. *Administração para abrigos temporários*. Rio de Janeiro: Sedec, 2006.

SEIFFERT, M. E. B. Environmental Impact Evaluation Using a Cooperative Model for Implementing EMS in Small and Medium-Sized Enterprises. *Journal of Cleaner Production*, v. 16, p. 1447-1461, 2008. Disponível em: <http://www.advancesincleanerproduction.net/third/files/sessoes/4B/4/Peixe_BCS%20-%20Paper%20-%204B4.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

SEIFFERT, N. F. *Política ambiental local*. Florianópolis: Insular, 2008.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. *Revista Katalysis*, Florianópolis: UFSC, v. 10, p. 64-71, 2007.

SEVEGNANI, L. et al. Gente socorrendo gente. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Orgs.). *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

SIGABRASIL. Sistema de Informações sobre Orçamento Público. 2011. Disponível em:
<http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/SigaBrasil>. Acesso em: 13 maio 2011.

SIQUEIRA; H. S. G.; PEREIRA, M. A. A interdisciplinaridade como superação da fragmentação. *Caderno de Pesquisa*, Universidade Federal de Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Educação, set. 1995. Número 68: Uma nova perspectiva sob a ótica da interdisciplinaridade.

SILVA, M. G. *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA E SILVA, M. O.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.

SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolíticação? *Revista Katálysis*, Florianópolis: UFSC, v. 7, n. 1, p. 19-30, jan./jun. 2004.

SIMIONATTO, I.; NOGUEIRA, V. M. R. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 66, ano XXII, jul. 2001.

SMITH, K. A. Interdisciplinaridade no ensino. In: CARVALHO, A. M. P. et al. *Ciências no Ensino Fundamental: o conhecimento físico*. São Paulo: Scipione, 2000.

SPOSATI, A. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Revista Katálysis*, Florianópolis: UFSC, v. 10, p. 15-25, 2007.

STEIN, R. H. A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias (revisão teórico-conceitual). *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 54, p. 75-96, jul. 1997.

STEPHENSON, W. J. *Administração de risco*. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

TEIXEIRA, R. C. F. A passagem do ‘direito ao trabalho’ para a ‘empregabilidade’: a privatização do espaço público através das políticas sociais de emprego na contemporaneidade. *Unimontes Científica*, v. 5, n. 1, p. 83-94, jan./jun. 2003.

THEIS, I. M.; MATTEDI, M. A.; TOMIO, F. R. L. (Orgs.). *Nosso passado (in)comum*: contribuições para o debate sobre a história e a histografia de Blumenau. Blumenau: FURB, 2000.

THEIS, I. M.; TOMIO, F. R. L.; MATTEDI, M. A. *Novos olhares sobre Blumenau*: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente. Blumenau: FURB, 2000.

THEIS, I. M.; ZENI, G. A. Dilemas do desenvolvimento do Médio do Vale do Itajaí. In: THEIS, I. M.; TOMIO, F. R.; MATTEDI, M. A. (Orgs.). *Novos olhares sobre Blumenau*: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente. Blumenau: FURB, 2000. p. 19-48.

THOMPSON, M.; WILDAVSKY, A. The Cultural Theory of Risk. In: KUNREUTHER, H. C.; LEY, E. V. *The Risk Analysis Controversy: An Institutional Perspective*. Berlin: Springer-Verlag, 1982.

TOBIN, G. A.; MONTZ, B. E. *Natural Hazards: Explanation and Integration*. New York: The Guilford Press, 1997.

TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

TRISTÃO, E. L.; LUPATINI, M.; LARA, R. O processo de mundialização do capital e sua forma “adequada” de conhecimento. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 98, p. 245-282, abr./jun. 2009.

UNECE. Disponível em:

<http://www.unece.org/env/teia/english/R_10.htm>. Acesso em: 10 out. 2010.

UNICEF. *A redução dos desastres começa na escola: fortalecimento da gestão do risco no setor educativo da América Central*. Disponível em: <<http://www.unicef.org/lac/dipeco/>>. Acesso em: 12 set. 2009.

UNISDR. *Managing Disaster Risk in Emergin Economies*. Washington: Arnold, 2005.

_____. *A redução dos desastres começa na escola: campanha mundial 2006-2007*. Disponível em: <http://www.unisdr.org/eng/public_aware/world_camp/2006-2007/pdf/WDR-2006-2007-Spanish-fullversion.pdf>. Acesso em: 12 set. 2008.

_____. *Marco de Ação de Hyogo 2005-2015. Estratégia Internacional para a Redução de Desastres*. 2009. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/hfa>>. Acesso em: 15 maio 2009.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Disponível em: <www.uc.pt>. Acesso em: 7 dez. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. Serviço de Referência. Trabalho Acadêmico: Guia fácil para diagramação. Disponível em: <http://www.bu.fusc.br/Guia_Rapido_Diagramação_Trabalhos_Acadêmicos.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2010.

_____. Biblioteca Universitária. Disponível em: <www.bu.fusc.br>. Acesso em: 7 dez. 2010.

USAID. Disponível em: <www.usaid.gov>. Acesso em: 5 nov. 2010.

USAID BRAZIL. Disponível em: <www.brazil.usaid.gov>. Acesso em: 5 nov. 2010.

VALBUENA, O. *Programa de Prevencion de Desastres y Reconstrucion Social*. Venezuela, 2007. Disponível em: <<http://www.efib.m2014.net/ubriques15.html>>. Acesso em: 3 maio 2009.

VALENCIO, N. Sustentabilidade e sociedades tradicionais: a terra para além da exploração predatória. *Revista de Ciências Sociais*, UFMS, 2008.

VALENCIO, N. et al. *A produção social do desastre: dimensões técnicas e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas*. São Carlos: UFSCAR, 2003.

VALENCIO, N. et al. *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima Editora, 2009.

VASCONCELOS, E. M. (Org.). *Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, P. F. A problemática ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990. In: _____. *Boletim Informativo de Ciências Sociais*. Florianópolis: UFSC, 1992.

_____. Pesquisa e formação em ciências ambientais na UFSC: possibilidades e obstáculos à integração interdisciplinar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL UNESCO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1993, Curitiba.

VIOLA, E. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

WEFFORT, F. (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 2001. v. 1.

WILCHES CHAUX, G. *Ni de Riesgos!* Herraientas sociales para la gestion de riesgos. Colombia: Fondo para la Reconstruccion y Desarrollo Social del Eje Cafetero, 2001. Disponível em: <<http://www.eumed.net/ver/rucc>>. Acesso em: 15 maio 2009.

YASBEK, M. C. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: _____. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 2*. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 1999.

_____. O Serviço Social e o movimento histórico da sociedade brasileira. In: _____. *Legislação brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do assistente social*. São Paulo: CRESS-SP, 2006.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. In: _____. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-141.

ZUCCO, F. D.; MAGALHÃES, M. R. A.; MORETTI, S. L. A. Gestão de riscos e desastres naturais no turismo: um estudo do município de Blumenau/SC. *Turismo em Análise*, v. 21, n. 3, p. 594-620, dez. 2010.

APÊNDICE A – SELEÇÃO DOS MATERIAIS DE ESTUDO E CARACTERIZAÇÃO DA ANÁLISE DOCUMENTAL

Base de estudo

- Marco de Hyogo
- Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD/ONU)
- Política Nacional de Defesa Civil
- Agenda 21 brasileira e catarinense
- Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres de Santa Catarina
- Plano diretor e plano de contingência do município de Blumenau

Elementos de análise

- Objetivo do documento
- Fundamentos e conceitos utilizados nos marcos internacional, nacional, regional e local que envolvam os temas meio ambiente, desenvolvimento, sustentabilidade, desastre e seus nexos
- Relação desses temas e nexos com as ações de prevenção e respostas às situações de desastres normatizadas no Brasil
- Dimensão institucional e legal das ações implementadas em Santa Catarina diante do desastre socioambiental de 2008

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Pesquisa (tema) **AS MULTIFACES DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DO VALE DO ITAJAÍ: DILEMAS E DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL E AO TRABALHO INTERDISCIPLINAR**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa acima. O objetivo desta é analisar o trabalho interdisciplinar, em situações de desastres, enfatizando o exercício profissional de Serviço Social, e sua contribuição no âmbito da prevenção e respostas.

A sua participação será por meio de uma entrevista, gravada com duração de trinta minutos. Seu conteúdo versará sobre a atuação dos profissionais que trabalham e/ou trabalharam no atendimento às situações decorrentes do desastre socioambiental ocorrido em 2008, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Os desdobramentos e perspectivas desta pesquisa estão na identificação das configurações das ações de prevenção e de respostas em situações de desastres e na identificação dos nortes para a discussão da interdisciplinaridade e da atuação do assistente social no âmbito da prevenção e respostas às situações de desastres, trazendo reflexões sobre os desafios e dilemas.

Se você estiver de acordo em participar, basta assinar o referido termo. As informações fornecidas serão confidenciais e somente serão utilizadas tendo em vista a realização da pesquisa.

A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Título do Projeto: As multifaces do desastre socioambiental do Vale do Itajaí: dilemas e desafios ao Serviço Social e ao trabalho interdisciplinar

Autora: Mestranda Cristiane Coelho de Campos Marques

Orientadora: Prof.a Dr.a Rosana de Carvalho Martinelli Freitas

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes à realização da pesquisa que irá compor a dissertação de mestrado e que será realizada, visando atender a requisito parcial do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social, do DSS/UFSC, e concordo que as informações e os dados que fornecer sejam utilizados para a realização da mesma.

Florianópolis, _____ de _____ de 2011.

Nome por extenso do entrevistado

Assinatura

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM
PROFISSIONAIS ACIONADOS PARA ATUAR NO DESASTRE
DE 2008**

Roteiro I – Fios condutores ao trabalho interdisciplinar em situações de desastre

I – Identificação

1.1 – Entrevistado

- a) Sexo: () F () M
 b) Estado Civil: () Solteiro () Casado () Outro
 c) Natural de: _____
 d) Escolaridade: _____
 e) Profissão: _____
 f) Área de atuação: _____
 g) Instituição que trabalha: _____
 h) Função que desempenha na Instituição: _____

1.2 – Instituição

- a) Local: _____
 b) Quantos funcionários: _____
 c) Finalidade: _____
 d) Maior demanda: _____
 e) Vínculo com a Defesa Civil: () direta () indiretamente
 () nenhum

II – Estruturação de ações de prevenção e respostas no município

2.1 – O município de Blumenau possui ações de prevenção às situações de desastre? Se positivo, quais?

2.2 – Que ações de respostas foram desenvolvidas em Blumenau em decorrência do desastre de 2008?

2.3 – Quais foram os órgãos/instituições envolvidos na gestão do desastre de 2008? Quais deveriam estar participando deste processo e não participaram?

2.4 – Quais foram os profissionais envolvidos na gestão do desastre de 2008? Quais deveriam estar participando deste processo e não participaram?

2.5 – Existiu interação entre os profissionais responsáveis por ações no âmbito da prevenção e respostas aos desastres? Quais foram as facilidades e dificuldades para a realização das atividades?

2.6 – O que você sabe sobre o Grupo Integrado de Ações Coordenadas da Defesa Civil (GRAC)?

2.7 O que você sabe sobre Plano de Contingência? Você conhece o plano de contingência do município de Blumenau?

III – Atuação dos profissionais no desastre de 2008

3.1 – Você foi acionado para atuar no desastre de 2008? Se positivo, comente sobre esse acionamento e sua participação (considerar Instituição que lhe acionou, papel desempenhado etc.):

() Sim () Não

3.2 – Na sua opinião, quais foram os dilemas encontrados para a atuação dos profissionais?

3.3 – O desastre de 2008 trouxe algum desafio à sua profissão?

3.4 – Na sua opinião, qual a contribuição da sua profissão em ações de prevenção e respostas às situações de desastres?

3.5 – Na sua opinião, qual a contribuição do assistente social em ações de prevenção e respostas às situações de desastres?

3.6 – Na sua opinião, quais as dificuldades em se trabalhar de forma interdisciplinar?

IV – As faces dos desastres na sociedade
--

4.1 – O que mudou no seu município, após dois anos do desastre de 2008?

4.2 – O município está preparado para lidar com novos fenômenos adversos (chuvas, deslizamentos de terra etc.)?

4.3 – O que existe no seu município na área da prevenção e respostas às situações de desastres? Comente.

4.4 – Na sua opinião, por que ocorreu o desastre de 2008 no Vale do Itajaí? E quais os dilemas e desafios apresentados ao Estado de Santa Catarina?

4.5 – Para você quais são as causas dos desastres socioambientais ocorridos no Brasil e no mundo?

4.6 – Como é possível evitar a ocorrência do desastre?

4.7 – Como você define desastre?

Obrigada!

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS

Roteiro II – Dilemas e desafios lançados ao Serviço Social a partir do desastre de 2008, no Vale do Itajaí, Santa Catarina

I – Identificação

1.1 – Entrevistado

- a) Sexo: () F () M
- b) Estado Civil: () Solteiro () Casado () Outro
- c) Natural de: _____
- d) Escolaridade: _____
- e) Profissão: _____
- f) Área de atuação: _____
- g) Instituição que trabalha: _____
- h) Função que desempenha na Instituição: _____

1.2 – Instituição

- a) Local: _____
 - b) Quantos funcionários: _____
 - c) Finalidade: _____
 - d) Maior demanda: _____
 - e) Vínculo com a Defesa Civil: () direta () indiretamente
() nenhum
 - f) Função do seu órgão/instituição em situações de desastres
-

II – O exercício profissional do assistente social em situações de desastres

2.1 – Você atuou no desastre de 2008? De que forma se deu o acionamento?

2.2 – Como ocorreu seu trabalho durante o desastre de 2008 no atendimento à população usuária? Quais foram as facilidades e dificuldades para a realização do atendimento e/ou para você intervir profissionalmente?

2.3 – Quais foram os órgãos/instituições envolvidos na gestão do desastre de 2008? Quais deveriam estar participando deste processo e não participaram?

2.4 – Existiu interação entre esses órgãos/instituições responsáveis por ações no âmbito da prevenção e respostas aos desastres? Quais ações foram realizadas conjuntamente?

2.5 – Você necessitou buscar novos conhecimentos para atuar no desastre /e ou buscou após a ocorrência do desastre? (leituras, cursos, treinamentos, conferências etc.)

2.6 – Como você define desastre?

2.7 – Atualmente você vem atuando com alguma situação e/ou demanda decorrente do desastre de 2008? (qual, o que fizeram e por quê etc.).

2.8 – De que maneira, você acredita que o assistente social pode pautar suas ações frente às situações de desastre socioambiental?

2.9 – Durante seu trabalho no desastre de 2008 você atuou com profissionais de outras áreas? Quais?

2.10 – Quais foram as facilidades e dificuldades apresentadas no trabalho junto com os profissionais de outras áreas?

2.11 – Como as dificuldades poderiam ser superadas?

2.12 – Como você avalia as atividades desenvolvidas pelos órgãos que atuaram no desastre de 2008?

2.13 – Você sabe algo sobre o Grupo Integrado de Ações Coordenadas da Defesa Civil (GRAC)?

2.14 – O que você sabe sobre Plano de Contingência? Você conhece o plano de contingência do município de Blumenau?

2.15 – Em algum momento, você, enquanto assistente social, participou de reuniões gerenciais para a discussão de ações de prevenção e respostas às situações de desastre, e/ou na formulação de um plano de contingência? Como foi?

2.16 – Na sua opinião, o que precisa ser feito para que o Brasil avance no sentido de diminuir o risco de desastres, e como o assistente social pode contribuir?

Obrigada!

APÊNDICE E – LISTA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NO VALE DO ITAJAÍ

Análise do Exercício Profissional do Assistente Social – Vale do Itajaí

Código	Município	Gravado ou não
15	Benedito Novo	Sim
16	Blumenau	Sim
17	Brusque	Sim
18	Gaspar	Sim
19	Ilhota	Sim
20	Itajaí	Sim
21	Luiz Alves	Sim
22	Rio dos Cedros	Sim
23	Rodeio	Não
24	Timbó	Não
25	Pomerode	Não

Total de entrevistas: 11

APÊNDICE F – LISTA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM BLUMENAU

ENTREVISTAS

Análise Interdisciplinar – Blumenau

Código	Profissional	Gravado ou não
01	Téc. Defesa Civil	Não
02	Geólogo	Não
03	Geógrafo	Não
04	Arquiteto	Não
05	Engenheiro	Não
06	Biólogo	Não
07	Contador	Sim
08	Assistente Social – Hab.	Sim
08B	Assistente Social – Saúde	não
08C	Assistente Social – Semascri	Sim
08D	Assistente Social – Abrigos	Sim
08E	Assistente Social – Cras	Sim
08F	Assistente Social – Fundação	Não
09	Psicólogo – Abrigos	Sim
10	Educador Social	Sim
11	Enfermeiro	Sim
12	Bombeiro	Sim
13	PoliciaI Militar	Sim
14	Exército	Não

Total de entrevistas: 19 profissionais

ANEXO A – APROVAÇÃO DA PESQUISA NO COMITÊ DE ÉTICA DA UFSC

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pro-Reitoria de Pesquisa e Extensão
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CERTIFICADO Nº 615

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Pro-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, instituído pela PORTARIA N.º 0184 GE 99 de 04 de novembro de 1999, com base nas normas para a constituição e funcionamento do CEPSH, considerando o conteúdo no Regimento Interno do CEPSH, CERTIFICA que os procedimentos que envolvem seres humanos no projeto de pesquisa abaixo especificado, estão de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP.

APROVADO

PROCESSO: 615 FR: 122337

TÍTULO: SITUAÇÕES DE ANTES: NOVAS DEMANDAS E DESAFIOS AO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

AUTOR: Rosana de Carvalho Marçal Peixoto, Cristiano Coelho de Campos

FLORIANÓPOLIS, 29 de Março de 2010


Coordenador do CEPSH/UFSC

Prof. Washington Pereira de Souza
Coordenador do CEP/PPPe/UFSC

ANEXO B – FICHA DE AVALIAÇÃO DE RISCO



DEFESA CIVIL
BLUMENAU

FICHA DE AVALIAÇÃO DE RISCO

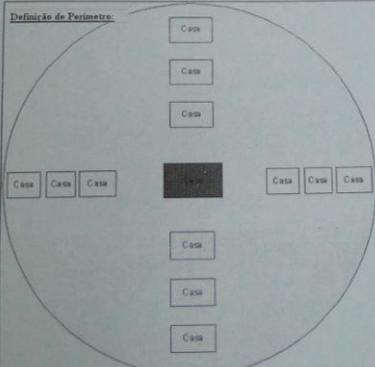
Primeiro atendimento (telefone) - 199

Nome:	Hora chamada:
Endereço:	Telefones:
Bairro:	

Edificação	Num. Andares	Muros	Barrancos	Declividade
<input type="checkbox"/> Madeira	<input type="checkbox"/> Térreo	<input type="checkbox"/> bloco	<input type="checkbox"/> h < 1,0m	<input type="checkbox"/> baixa
<input type="checkbox"/> Alvenaria	<input type="checkbox"/> 2 Pisos (+)	<input type="checkbox"/> h < 1,5m	<input type="checkbox"/> h > 1,0m	<input type="checkbox"/> média
<input type="checkbox"/> Mista	<input type="checkbox"/> Prédios	<input type="checkbox"/> h > 2,5m(+)	<input type="checkbox"/> h > 2,5m	<input type="checkbox"/> alta

Observações:

Definição de Perímetro:



LEGENDAS:

-  CASA RACHADA
-  CASA DESABADA
-  RACHADURAS NO TERRENO
-  ARVORES TORTAS
-  POSTE TORTO
-  ABERTURA NA TERRA POR ENXURRADA
-  MURO C/ RACHADURAS
-  RUA
-  SOBE TERRENO
-  PEDRAS

Filtro/coordenador Urgência

Observações da equipe de campo:

ORIENTAÇÃO

FICAR **SAIR**